

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento de Geografia**

**Christiane Vilela Cardoso**

**AS INTERFACES SOCIOAMBIENTAIS DE UM LUGAR  
EM RECONSTRUÇÃO:  
DISTRITO SERRA DO CIPÓ/MINAS GERAIS**

**Minas Gerais - Brasil**

**Agosto – 2008**

Universidade Federal de Minas Gerais

Departamento de Geografia

Christiane Vilela Cardoso

AS INTERFACES SOCIOAMBIENTAIS DE UM LUGAR  
EM RECONSTRUÇÃO:  
DISTRITO SERRA DO CIPÓ/MINAS GERAIS

Minas Gerais - Brasil

Agosto – 2008

Christiane Vilela Cardoso

**AS INTERFACES SOCIOAMBIENTAIS DE UM LUGAR  
EM RECONSTRUÇÃO:  
DISTRITO SERRA DO CIPÓ/MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

**Área de Concentração:** Análise Ambiental  
**Orientador:** Prof. Bernardo Machado Gontijo

Belo Horizonte  
Departamento de Geografia da UFMG  
2008

**C268i**

**2008**

**Cardoso, Christiane Vilela.**

**As interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução**

**[manuscrito] : distrito Serra do Cipó/Minas Gerais / Christiane Vilela**

**Cardoso. – 2008.**

**140 f. : il., fots. (color), mapas (color.).**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,**

**Instituto de Geociências, 2008.**

**Área de concentração: Análise Ambiental.**

**Orientador: Bernardo Machado Gontijo.**

**Bibliografia: f. 141-145.**

**Inclui anexos.**

**1. Áreas de conservação de recursos naturais – Cipó, Serra do –**

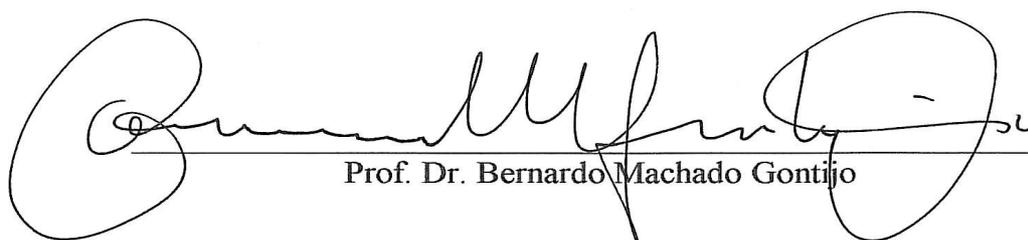
**Teses. 2. Cultura – Teses. 3. Identidade – Teses. I. Gontijo, Bernardo**

**Machado. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de**

**Geociências. III. Título.**

**CDU: 911:577.4(815.1)**

Dissertação defendida e aprovada, em 12 de agosto de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



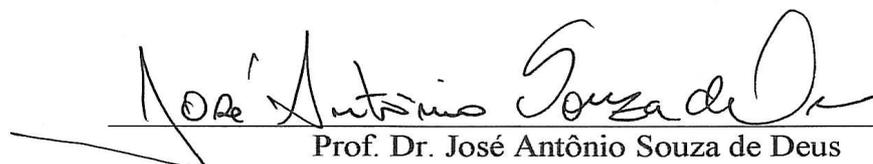
---

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo



---

Profa. Dra. Maria Aparecida Tubaldini



---

Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus

A Gustavo, amor que transformou minha história  
A Davi, fruto desse amor que ilumina nossa história.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por ser o Grande Criador.

A meus pais que me proporcionaram a existência e sempre apoiaram as minhas escolhas e acreditaram em meu potencial. Especialmente, a minha mãe, que com seu exemplo e muitas conversas me orientou para os nobres valores da vida.

Ao Gustavo, de forma mais que especial, por ser um companheiro dedicado que me deu força em vários momentos de exaustão e esteve sempre disposto a contribuir; e a Davi, meu filho querido, que trouxe luz e sentido para nossas vidas.

A minha madrinha querida, tia Lourdes que já nos deixou, mas, permanece viva em meu coração.

Aos meus irmãos, cada um a seu modo, demonstraram apoio; em especial, a Vívian que me ‘salvou’ em momentos de extrema importância.

Aos meus tios, primos e amigos que compartilharam comigo cada etapa deste processo.

A tia Beré que junto com mamãe, dedicaram carinho e atenção ao Davi, em minhas idas e vindas da UFMG.

Ao professor Bernardo, mais que mestre-orientador, um amigo compreensivo que com sabedoria, respeitava e indicava as direções, em etapas decisivas desta jornada. A história que moveu essa pesquisa, não seria possível, se não fosse a seu lado.

A professora Márcia Spyer, co-orientadora deste trabalho e ‘*fada-madrinha*’ que com sua percepção iluminou os caminhos a serem percorridos.

A comunidade cipoense que me acolheu e enriqueceu esta pesquisa com informações relevantes e ‘causos pitorescos’.

A Fina, diretora da E.E.D. Francisca Josina que me apoiou desde o início.

Ao Sr. José Belizário e Maria Estela que prontamente me forneceram documentos e livros para pesquisar. Aos funcionários do Ibama, em especial ao chefe do Parque, Sr. Henry Collet que além de dados, me possibilitou um convívio ativo na U.C.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

*“O que sabemos dos lugares  
é coincidirmos com eles  
durante um certo tempo  
no espaço que são.  
O lugar estava ali,  
a pessoa apareceu,  
depois a pessoa partiu,  
o lugar continuou.  
O lugar tinha feito a pessoa  
e ela havia transformado o lugar.”*

*José Saramago*

## SUMÁRIO

<b>Resumo .....</b>	<b>p.09</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>p.10</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>p.11</b>
<b>Lista de Mapas.....</b>	<b>p.12</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>p.13</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>p.14</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>p.22</b>
<b>Capítulo 1- Levantamento teórico-bibliográfico</b>	
1.1-Trabalhos realizados na área .....	p.26
1.2-Unidades de Conservação no Brasil .....	p.37
1.3-O lugar e desenvolvimento local .....	p.43
1.4-Comunidade, cultura e identidade .....	p.48
<b>Capítulo 2 - Serra do Cipó: caminhos e descaminhos .....</b>	<b>p.54</b>
2.1 – Contextualização histórico-geográfica .....	p.58
2.2 - Nos caminhos dos anos 80 .....	p.65
2.3 – Trilhando pelos anos 90 .....	p.69
2.4 - Percepções da atualidade .....	p.71
<b>Capítulo 3 – O Parque Nacional da Serra do Cipó e a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira .....</b>	<b>p.76</b>
3.1 – Antecedentes e Precedentes .....	p.76
3.1.1 – Localização geográfica do PNSCi .....	p.87
3.1.2 – Aspectos físicos do PARNA .....	p.89
3.2 - Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira.....	p.95
3.2.1 – Zoneamento da APAMP .....	p.98

**Capítulo 4 – Um lugar em reconstrução: da implantação das UC's ao asfalto, transformando o espaço e a cultura da comunidade local ..... p.102**

**4.1 – Do Parque ao asfalto ..... p.102**

**4.2 – Reconfiguração espacial e cultural ..... p.105**

**4.3 – Turismo: situação atual ..... p.115**

**4.4 A inserção da comunidade diante das novas perspectivas de planejamento: Plano Diretor e Plano de Manejo ..... p.125**

**Considerações Finais..... p.134**

**Referências Bibliográficas..... p.141**

**Anexos**

## RESUMO

O distrito Serra do Cipó, ex Cardeal Mota, vem se constituindo em palco de mudança socioespaciais desde a implantação das Unidades de Conservação: Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira. O crescimento urbano e populacional, ao longo da rodovia MG-010, e o incentivo à atividade turística, geram um contexto de desenvolvimento, com aspectos predatórios e de grande impacto sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da comunidade local. A preocupação com a preservação da identidade cultural definiu o escopo desta pesquisa, que através da perspectiva histórica, visa analisar as transformações e permanências, a partir da criação das UC's e, até que ponto, pode influenciar na organização socioambiental, com a chegada de outros atores sociais, o outsidersness.

A exclusão de segmentos da comunidade, nos processos decisórios, vem comprometendo o desenvolvimento local, assim como, privilegiando interesses que não apontam para a valorização da sua cultura. Os novos arranjos espaciais refletem no modo de vida de uma comunidade que vem recebendo influências externas, ameaçando a identidade e o saber tradicional. A prática conservacionista e a atuação dos órgãos públicos colocam a comunidade local, a margem do processo de gestão do lugar. Torna-se urgente e necessário o encontro de novas modalidades de envolvimento dessa comunidade para promover a sustentabilidade cultural, ecológica, social, a partir da retomada dos valores tradicionais e participação política.

A metodologia adotada parte do levantamento teórico bibliográfico, dos temas pertinentes a esse estudo; observação participante, proporcionada pela vivência na localidade e a oralidade, instrumento fundamental de percepção de toda complexidade que envolve o estudo. Pretendeu-se fazer um recorte histórico do lugar e perceber a singularidade, dos hábitos e costumes da comunidade, assim como os reflexos, na dinâmica interna. O primeiro capítulo trata da contextualização histórico-geográfica do distrito, considerando os aspectos físicos, econômicos e sociais, perpassando por todo o processo de ocupação. O segundo capítulo aborda a criação do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, promovendo um reordenamento do lugar. O terceiro capítulo realça os reflexos da implantação das Unidades de Conservação no asfalto, tendo em vista a transformação local, a cultura e a identidade da comunidade, a partir do avanço das atividades com o turismo, e o último capítulo reflete sobre a elaboração do Plano Diretor do município de Santana do Riacho e o Plano de Manejo do PARNASC e APAMP, constituindo como vetores de participação comunitária e articulação dos órgãos públicos, na perspectiva de uma gestão compartilhada.

**Palavras-chaves:** *unidades de conservação, comunidade local, cultura, identidade.*

## ABSTRACT

Since the implementation of the conservation units ( C.Us Parque Nacional da Serra do Cipó and Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira), the Serra do Cipó district, ex-Cardal Mota, is a place of social and spatial changes. The growth of the population alongside MG-010 highway and the incentive for tourism bring development with predatory aspects and great impact over environment and local community life quality. The preservation of cultural identity is the main aspect of this dissertation, which over historic perspective, wishes to analyze the transformations and maintains from the C.Us creation.

The exclusion of community from main local decisions has endangered the local development, attending interests out of local cultural values. The new spatial scenarios show a community life style that has been influenced from outside, threatening the identity and traditional knowledge. The conservationists and the government put the local community alongside the local management process. It urges to meet new ways to this community, promoting cultural, social and ecological sustainability, from recovering of the traditional values and political participation.

The methodology starts with bibliographic studies, inside observations by local experience of life which was fundamental to understand the whole complexity of this study. The intent was to show a historic view of the place, and to feel the uniqueness of the community habits and costumes. The first chapter shows the geographic and historic contextualization of the district, considering the economic, social and physics aspects. The second chapter deals with the creation of the C.Us, bring a new order for the local. The third chapter shows the consequences of the C.Us implementation on the highway, bringing tourism activities advances. The last chapter is about the management plane of the Santana do Riacho city and the C.Us handling plane, by means of community and government together participation.

**Key- words:** *conservation units, local community, culture, identity.*

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Foto aérea da Cachoeira Farofa de Cima.....</b>	<b>p.80</b>
<b>Figura 2 - Cachoeira do Gavião.....</b>	<b>p.82</b>
<b>Figura 3 - Portaria do Parque Nacional da Serra do Cipó.....</b>	<b>p.83</b>
<b>Figura 4 – Foto da Comunidade do Açude.....</b>	<b>p.109</b>
<b>Figura 5 – Prainha.....</b>	<b>p.120</b>
<b>Figura 6 - Foto aérea da Cachoeira Grande.....</b>	<b>p.121</b>
<b>Figura 7 - Lapa do Morcego.....</b>	<b>p.123</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1 - Reserva da Biosfera .....</b>	<b>p.53</b>
<b>Mapa 2 – Zona urbana do distrito Serra do Cipó .....</b>	<b>p.72</b>
<b>Mapa 3- Porcentagem de área dos municípios que compõem o Parque e APA....</b>	<b>p.78</b>
<b>Mapa 4 - Imagem satélite com o limite do Parque e Apa.....</b>	<b>p.88</b>
<b>Mapa 5 - Localização geográfica do Parque, Apa e MG- 010 .....</b>	<b>p.89</b>
<b>Mapa 6 - Imagem satélite das curvas do rio Cipó.....</b>	<b>p.90</b>
<b>Mapa 7 - Classificação vegetacional das UC´s .....</b>	<b>p.93</b>
<b>Mapa 8 - Estrutura fundiária do PNSCi .....</b>	<b>p.94</b>
<b>Mapa 9 – Parque Nacional e APA no contexto federal e estadual .....</b>	<b>p.96</b>
<b>Mapa 10 – Limite das UC´s nos municípios integrantes.....</b>	<b>p.100</b>
<b>Mapa 11 - Imagem satélite da rodovia MG-010.....</b>	<b>p.104</b>
<b>Mapa 12 - Imagem satélite do adensamento local.....</b>	<b>p.106</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABETA – Associação Brasileira de Esporte de Turismo de Aventura**

**ACJNP – Associação Comunitária João Nogueira Duarte**

**APAMP – Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira**

**CEMIG – Companhia Elétrica de Minas Gerais**

**COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais**

**IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

**IEF – Instituto Estadual de Florestas**

**ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

**ONG – Organização não Governamental**

**ONU – Organização das Nações Unidas**

**PARNA – Parque Nacional**

**PNSCi – Parque Nacional da Serra do Cipó**

**PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais**

**RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural**

**SEEMG – Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais**

**SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**

**UC's – Unidade de Conservação**

**UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais**

Esta pesquisa nasce com a preocupação na preservação socioambiental de uma comunidade que experimenta rearranjos no que tange à organização espacial, ao longo de sua história, em função da mudança do foco de exploração econômica, de agrícola para turística.

O cenário escolhido para essa investigação é o distrito da Serra do Cipó (ex-Cardenal Mota), situado na porção sul do Maciço do Espinhaço e vem sendo palco de atrativos que variam de visitação à especulação imobiliária. O lugar e suas múltiplas possibilidades apresentam um terreno fértil para a pesquisa-ação, onde interesses convergem e conflitos se estabelecem a partir da posição geográfica, em um processo de desterritorialização e reorganização espacial, devido à área estabelecida como de proteção integral e, portanto, passível de desapropriação, com reflexos para a comunidade.

As interfaces entre órgãos públicos, a comunidade e iniciativa privada representam contradições e ajustes constantes no reordenamento do lugar, não só do ponto de vista físico, mas também social, para o desenvolvimento local.

O tema proposto consiste em abordar até que ponto Unidades de Conservação influenciam na organização socioespacial da comunidade do distrito Serra do Cipó, partindo da observação da dinâmica interna da comunidade local no atual momento, em relação à sua organização e participação, tendo em vista as associações e entidades representativas, a construção do Plano Diretor do município de Santana do Riacho e o Plano de Manejo do Parque Nacional Serra do Cipó e Área de Preservação Ambiental Morro da Pedreira.

A Serra do Cipó é um lugar conhecido hoje mundialmente por sua riqueza natural, grandiosa beleza cênica e biodiversidade endêmica. Recebeu da UNESCO, em 2005, o título de Reserva do Homem e da Biosfera, como forma de salvaguardar para a humanidade o enorme potencial da região.

Seu território abrangente e disperso, ao longo do Espinhaço, traz confusão àqueles que por ali passam quanto à exata localização da Serra.

Por ser o portal de entrada do Maciço, convencionou-se chamar o distrito de Cardeal Mota – município de Santana do Riacho - como Serra do Cipó. Em 2003, a Câmara de Vereadores aprovou a mudança do nome para distrito Serra do Cipó, mas, a legitimação da troca ainda precisa passar pela aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.

A partir do início do século XXI, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e sua rigorosa legislação, essa área passou a ser incorporada às medidas vigentes por conter duas relevantes UC's: Parque Nacional Serra do Cipó (PNSCi) e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APAMP).

Em uma região já de intensa atividade turística, as interfaces socioambientais representam o reflexo da dinâmica local.

A comunidade que se apresenta como escopo deste estudo possui particularidades que experimenta transformações, também devido a influências externas, fruto do avanço das atividades turísticas. Novos hábitos são incorporados ao cotidiano e se fundem com os velhos costumes locais.

O que chamamos de comunidade local constitui-se em um “mosaico social” formado por famílias tradicionais, novos habitantes, semi-residentes e turistas.

Adequar-se ao ritmo de mudanças - oriundas da demanda com o turismo - e manter tradições torna-se um desafio. Por outro lado, essa dinâmica apresenta a identificação de um modo de vida novo e mais participativo da comunidade, o que vem a promover uma melhor gestão do lugar. Os entraves para um desenvolvimento dito sustentável balizam na urbanização emergente, assim como nos mecanismos incipientes de participação da comunidade local.

Em 1984, com a mudança do Parque Estadual para a esfera federal, deflagraram-se conflitos na região devido à regularização fundiária, no processo de desapropriação de famílias que viviam dentro dos 31.600 ha (área total do PARNA). A resistência aos dirigentes do Parque, as queimadas predatórias e a falta de perspectiva de vida das famílias envolvidas são alguns dos reflexos negativos da implantação de uma Unidade de Conservação de proteção integral. Já os impactos positivos estão relacionados à preservação ambiental, manutenção da biodiversidade na área e valorização do ponto de vista turístico.

Em 1990, na tentativa de minimizar os impactos na região ao redor do Parque, foi criada a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, com 99.362 ha, formando um “cinturão de proteção” do Parque.

A comunidade então sofre um choque, por sair de sua condição agrária – criação de gado, cultivo de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, algodão e milho - e assumir um novo papel em um espaço que se torna essencialmente voltado para o turismo.

A Serra do Cipó ocupa um papel importante nesse processo, uma vez que é no distrito que se encontra o maior fluxo de turistas e onde está a infra-estrutura necessária para abrigar e encantar os que por ela passam. A região conta, desde o início do século XIX, com descrições feitas por naturalistas europeus, que naquela época muito se interessavam em descrever e estudar sua flora, fauna e situação sócio-econômica.

Surgindo como um cinturão do Parque, em 1990, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira se torna Unidade de Conservação do distrito, envolvendo todo o entorno do Parque como “zona de amortecimento”, sendo gerida pelos mesmos dirigentes do PARNA. Este tipo de U.C. permite o chamado “desenvolvimento sustentável”, não cabendo aqui abrir discussão sobre seu significado e o uso indiscriminado do termo, mas voltaremos a essa questão em momento oportuno dentro deste estudo.

Com as transformações impostas pela mudança de atividade econômica, a comunidade local experimenta rearranjos e adequações às restrições impostas às Unidades de Conservação e ao crescimento da indústria turística. Os mecanismos de ação humana se manifestam em um lugar que vai sendo reordenado em decorrência da forma como ele está sendo conduzido.

Esta reflexão visa pensar o espaço como mutante em consequência de seu “valor de uso” e, por se tratar de uma área de relevante interesse ambiental, necessita de uma maior participação, na gestão, pelos atores envolvidos. Agora que essas terras adquiriram novo valor, se tornam palco de atração de novos interesses.

*“... essa jóia está sendo cobiçada em nome de um ecoturismo apropriado inadvertidamente por praticantes e promotores da ação turística, fazendo com que o patrimônio ambiental da Serra do Cipó viesse sendo sistematicamente assediado e ameaçado, o que suscitaria preocupação e a participação efetiva dos atores envolvidos e*

*comprometidos com a preservação da qualidade ambiental da região.” (GONTIJO, 2007-Cadernos Manuelzão)*

Detalharemos o modo de vida das famílias tradicionais e das que chegaram após a introdução das Unidades de Conservação, assim como as transformações e permanências decorrentes de sua criação.

A metamorfose do lugar gerada pela demanda turística cria também novos segmentos da comunidade com poder representativo – atores sociais. Associações e entidades se organizam para acompanhar o ritmo atual e defender seus interesses e necessidades que estão diretamente relacionados à gestão local.

Um trabalho científico deve realmente cumprir sua função que, acima de qualquer outra definição, está na contribuição à sociedade. Tratamos de investigar o aspecto social de um espaço, entendendo como socioespaciais todas as relações da sociedade em um determinado espaço, e sociedade como expressão da vida humana, através das relações sociais temporalmente estabelecidas.

Estaremos nos referindo a essa sociedade como *comunidade local* por considerarmos o termo muito abrangente e almejarmos descrever as peculiaridades e especificidades da comunidade inserida no distrito Serra do Cipó.

No que tange ao papel da Geografia como área do conhecimento, ela sempre expressou sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entorno natural).

Segundo Álvaro Heidrich (1998, p.67), a diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é, por sua apropriação como território, em parte determinada pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, e de outro lado por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutro extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial

passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder.

Há um confronto de interesses dessa comunidade que gera alguns dificultadores, tais como a falta de dados acerca da comunidade local, a subjetividade e complexidade da questão, além da falta de material científico ligado ao tema proposto. Esses elementos, por se apresentarem como obstáculos, por outro lado aumentaram o interesse por esta investigação, uma vez que parecem contribuir para o entendimento da dinâmica social no distrito.

A atividade turística se deu de forma explosiva, a partir de 1990, quando a região passou a ser amplamente conhecida e visitada. Essa repercussão provoca conflitos, como a pressão de visitantes por espaços de lazer que leva à degradação de áreas de preservação, empresários que investem nessa indústria e moradores adequando-se ao turismo.

Com o crescimento acelerado das atividades turísticas e a reordenação espacial devido à maior ocupação, tornou-se urgente a construção do Plano Diretor do município de Santana do Riacho, contendo diretrizes para a APAMP e o Plano de Manejo do PNSCi e objetivando promover a gestão dessa Unidade de Conservação.

A comunidade local, que até então se manteve à margem do processo de expansão do turismo, agora possui instrumentos legais que lhe conferem direitos e “voz ativa” na elaboração destes Planos. Para se apropriar de seu lugar no processo, vem experimentando um despertar gradual de seus interesses.

A região vive um importante momento de organização de suas instituições, com vistas a um salto de qualidade de toda a infra-estrutura da comunidade, tanto da parte da sociedade civil organizada, quanto das instituições públicas aqui instaladas.

Mesmo já conhecendo esse espaço desde 1987, antes da federalização do Parque, e possuindo uma natural atração pelos diversos elementos que compõem a esfera social, foram 20 anos depois, com residência na localidade, que mergulhamos decididamente neste universo.

Em 2007, com a mudança para o distrito, com o objetivo de realizar o trabalho de campo que traria a essência deste estudo, fomos contemplados com o feliz momento que o

distrito atravessa – construção do Plano Diretor e Plano de Manejo - e nossa inserção no meio possibilitou uma maior aproximação com o objeto de análise.

A partir do envolvimento na dinâmica local e participação em reuniões, eventos e oficinas, traçamos um perfil de como os mecanismos do poder, órgãos públicos e gestão municipal atuam e se manifestam neste lugar e, em contrapartida, como a comunidade, através de seus representantes, vem agindo e “fazendo valer” seus direitos. Interessa-nos também perceber os fatores que a impedem de participar, tais como a alienação, fruto da falta de informações, mecanismos de comunicação ineficientes e estratégias utilizadas pelo poder.

Do ponto de vista histórico, a comunidade cipoiense possui hábitos e costumes enraizados em sua tradição rural e, ao mesmo tempo, assimila os valores externos, oriundos do turismo, interiorizando-os e promovendo sua manifestação. Os mecanismos de construção da identidade local estão estreitamente relacionados à atividade econômica exercida.

A falta de registros, documentos e dados acerca do tema dificultaram o processo de análise, mas, por outro lado, instigaram ainda mais o nosso interesse nesta investigação.

No distrito Serra do Cipó são muitas as carências sentidas pela comunidade. Para começar, em termos de espaços públicos que promovam o aprimoramento da convivência social - praças, quadras de esportes, centros de lazer e cultura. A própria localização, ao longo da rodovia MG010, passa uma noção dispersa do lugar que se estende sem uma referência centralizadora. A criação de espaços públicos, objetivando promover a sociabilidade e a afirmação identitária da comunidade, é uma necessidade latente e que se faz urgente na localidade.

Acreditamos que a construção da identidade se firma na convivência e no modo de vida comum, uma vez que, ausentes esses espaços de troca, a comunidade fica mais vulnerável a influências externas. De acordo com (DOWBOR, p.9) *“é bastante impressionante a distância entre as formas tradicionais de formação, por exemplo, no serviço social ou na administração pública, e o tipo de problemas práticos enfrentados pelos agentes sociais no dia a dia”*.

Os gargalos provocados pela movimentação turística geram uma mudança no ritmo local, que volta a seu cotidiano sem estabelecer uma relação mais estreita entre a dinâmica que movimenta a economia e a comunidade. Parece faltar uma maior articulação entre os segmentos para somarem os ganhos com o turismo ao bem estar social.

Pretendemos desvendar o que está por trás dos mecanismos de articulação da gestão das Unidades de Conservação e se essa dinâmica ameaça os valores da comunidade local e sua identidade.

## **QUESTÃO NORTEADORA**

---

Até que ponto as Unidades de Conservação podem influenciar na organização socioespacial da comunidade e contribuir para a permanência ou mudança na tradição local, com a chegada de ‘novos atores’?

## **OBJETIVO GERAL**

---

- Analisar como a comunidade cipoense se relaciona com as Unidades de Conservação, sem que com isso perca sua identidade, e como vem participando do processo organizacional do espaço, tendo em vista a demanda turística.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

---

- Promover reflexão sobre as modificações históricas e socioambientais ocorridas no processo de implementação e consolidação das Unidades de Conservação, do distrito da Serra do Cipó – PNSCI e APAMP.
- Analisar as formas de integração da comunidade local com a dinâmica atual, desenvolvimento do turismo, reordenamento da localidade e suas implicações

para as Unidades de Conservação, através de associações e organizações da sociedade civil.

- Evidenciar como ocorre a confluência entre poder público, comunidade local e turismo, comparando a situação anterior e a atual, para refletir em gestão participativa do lugar.
- Observar como a construção do Plano Diretor do município de Santana do Riacho e o Plano de Manejo para o Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental incorporam a demanda da comunidade no processo de implementação dos mesmos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, primeiramente foi feito um amplo levantamento teórico - bibliográfico de autores que abordam os temas aqui propostos, em função do suporte e sustentação teórica ao objeto de estudo.

Em seguida, foram revisados trabalhos científicos onde os autores beberam na mesma fonte, ou seja, utilizaram o mesmo cenário para analisar e tecer suas considerações. Com base em estudos acadêmicos realizados, foi possível delimitar qual seria nosso foco. Pensamos então em trabalhar um tema ainda pouco discutido, que é como a comunidade cipoense se relaciona com as Unidades de Conservação, sem que com isso perca sua identidade, e como pode participar do processo organizacional do espaço, tendo em vista a demanda turística.

Segundo Becker (1993) é através do método que atingimos o grau de confiabilidade do conhecimento adquirido.

Consideramos a visão de Becker um tanto quanto reducionista, pois o método nem sempre inspira tanta confiabilidade, assim como um método, muitas vezes, não é suficiente, sendo necessários vários métodos para se chegar aos objetivos propostos.

De acordo com Morin (1997), somos atraídos por um ciclo vicioso que a partir da ciência do homem postula uma ciência da natureza, a qual, por sua vez, postula uma ciência do homem. Este mesmo autor sugere como reflexão associativa da descoberta do melhor método que

*“a transformação do círculo vicioso em circuito produtivo e da enciclopédia impossível em movimento cíclico são inseparáveis da constituição dum princípio organizador do conhecimento que associa, à descrição do objecto, a descrição da descrição (e a description do descriptador), e que dá tanta força á articulação e á integração como à distinção e à oposição.” (MORIN, 1997, p.23)*

Independentemente do método utilizado ou da escolha dos métodos mais adequados, o que realmente importa é a pesquisa atingir o ponto que objetiva. Para tal, é fundamental

incorporar as diversas dimensões e complexidades que envolvem o objeto de estudo, e essa percepção passa, necessariamente, pelo método.

*“Hoje, a nossa necessidade histórica é encontrar um método capaz de detectar, e não de ocultar, as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências e as complexidades”. (MORIN, 1997, p.19)*

Optamos pelo método qualitativo de pesquisa, que engloba uma conduta participante por parte do pesquisador, revitalização da memória coletiva através de relatos de vida, análise de conteúdo e entrevista não-diretiva.

Conforme CHIZZOTTI

*“observando a vida cotidiana em seu contexto ecológico, ouvindo as narrativas, lembranças e biografias, e analisando documentos, obtém-se um volume qualitativo de dados originais e relevantes, não filtrados por conceitos operacionais, nem por índices quantitativos”. (2001, p.85)*

Assim, consideramos possível perceber como os reflexos da implantação das Unidades de Conservação estão atingindo e afetando a comunidade local. Coletamos informações no PNSCi, IBAMA, Prefeitura de Santana do Riacho, Associação Comunitária João Nogueira Duarte, Associação Comercial, Subprefeitura do distrito Serra do Cipó e comunidade local, formado pelos atores envolvidos nessa dinâmica.

Outro procedimento metodológico que utilizamos foi a Observação Participante. Ao vivenciarmos o cotidiano na localidade, foi possível perceber o modo de vida local, sua complexidade e a atuação dos órgãos gestores do distrito e Unidades de Conservação.

*“A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”. (CHIZZOTTI, 2001, p.90)*

Por se tratar de relações que se separam e se aproximam por uma linha tênue, a imersão no lugar trouxe luz à complexidade de todo o processo.

*“É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela*

*resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras”. (BOURDIEU, 1998, p.695)*

A vivência da pesquisadora no lugar em estudo promoveu uma maior aproximação com os segmentos de análise e, conseqüentemente, um mergulho mais profundo no universo de cada um deles.

*‘[...]não podemos compreender uma trajetória, sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado, ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 1998, p.190)*

Já nos referimos acima à dificuldade de conseguir dados precisos sobre a localidade e a ausência de trabalhos científicos que forneçam pistas sobre o tema. Muitas pessoas foram procuradas e respondiam que não detinham conhecimento acerca do que estava sendo abordado. As informações são difusas e pouco convincentes. Este fato abre precedentes para outros trabalhos acadêmicos e pode ser inspirador de novas investigações científicas.

Tendo em vista os elementos que dificultaria o processo, como a ausência de registros históricos e documentos, ocorreu-nos tratar a História Oral como procedimento legitimador das ocorrências locais. Segundo Neves (2000), a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas.

Para Lang (2000, p.123) quanto à utilização metodológica História Oral, “trata-se de uma metodologia qualitativa de pesquisa, adequada ao conhecimento do tempo presente; permite conhecer a realidade passada e presente, pela experiência e pela voz daqueles que a viveram”.

Várias conversas informais e algumas entrevistas foram realizadas e gravadas. Em seguida, foram transcritas e analisadas essas manifestações orais, que contribuiriam para a compreensão do que move essa pesquisa: como a comunidade lida com as interfaces ambientais, em conseqüência do reordenamento de seu espaço.

*“A memória passa a se constituir como fundamento da identidade, referindo-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica – relaciona-se à inserção social e histórica de cada depoente”. (NEVES, 2000, p.109)*

Foram escolhidos cinco grupos de atores envolvidos no distrito Serra do Cipó – moradores tradicionais, novos residentes, semi-residentes, associações da sociedade civil organizada e órgãos públicos – compondo a comunidade local.

Realizamos entrevistas com questionários semi-estruturados e analisamos essas “conversas informais”, que constituem rico material para o entendimento do estudo aqui realizado. Considerando o rigor acadêmico, acreditamos que a pesquisa qualitativa adquire êxito se realmente for levada em conta toda a complexidade que envolve a questão, através dos relatos dos atores envolvidos e suas impressões.

*“O conhecimento está ligado, por todos os lados, à estrutura da cultura, à organização social, à práxis histórica. Ele não é apenas condicionado, determinado e produzido, mas é também condicionante, determinante e produtor”. (MORIN, O Método 4, p.31)*

Por fim, visa analisar os instrumentos de participação da comunidade, através da construção do Plano Diretor do município de Santana do Riacho e o Plano de Manejo do PNSCi, como canais políticos, decisórios e legitimadores de uma gestão compartilhada.

### **1.1 - TRABALHOS REALIZADOS NA ÁREA**

O distrito de Cardeal Mota, conhecido como Serra do Cipó, já foi foco de muitas pesquisas científicas. O que antes era pesquisado por biólogos, geólogos, naturalistas e arqueólogos, atualmente ganha a atenção de outros campos da ciência, como a ciências humanas, com o intuito de abarcar o universo humano que compõe a região.

Com a pressão crescente do turismo, alguns pesquisadores como Gontijo (2003), Gama (2000), Moura (2002) e Pereira (2001) chamaram a atenção para elementos que aparecem como “fragilizadores” do meio ambiente em um sistema de ocupação e exploração predatória dos recursos naturais.

A preocupação nasce com os “rumos que as Unidades de Conservação” estão tomando, no sentido de promover um diálogo entre Parque Nacional Serra do Cipó (PNSCi) e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APAMP). Com a elaboração de um Plano de Manejo que seja a ponte entre as duas unidades e, ao mesmo tempo, a reflexão, como já sinaliza Gontijo: “será possível um turismo com desenvolvimento sustentável na Serra do Cipó?”.

A ameaça está no patrimônio cultural, numa região de extrema beleza, em que os valores se misturam, fundindo-se em novos “modos de vida”.

*“A locomotiva da sustentabilidade do desenvolvimento na Serra do Cipó reside em seu patrimônio natural e cultural - trata-se de uma sustentabilidade que deve ser, portanto e antes de mais nada, sócio-ambiental, pois é a partir do aproveitamento turístico desse patrimônio que um processo de promoção do desenvolvimento pode ser concebido” (GONTIJO, 2003).*

Embora o turismo perpassasse todo o processo de estudo de áreas protegidas, devido ao fato de as Unidades de Conservação se tornarem alvo de interesse daqueles que buscam um contato maior com belas paisagens, este aspecto já vem sendo bem trabalhado por autores como Gontijo e Moura, além de outros pesquisadores interessados em lançar luz no universo turístico crescente na região.

Segundo Gontijo (2003), a dessacralização da natureza pelo turista de hoje, implica na necessidade de incorporação de uma postura ética e ecológica profunda para aqueles que buscam lugares privilegiados pelo natural.

*“Um turista que se queira ecológico não precisaria se converter a nenhuma religião ou passar a adotar um estilo indígena de viver. Bastaria recuperar dentro de si aquele vínculo sagrado, e esquecido, com a terra, reconhecer sua pequenez diante do Cosmos e tentar passar a agir segundo uma ética ecocêntrica”.*

O autor observa que é preciso abordar o problema do ecoturismo na Serra do Cipó a partir de uma referência interdisciplinar e intercultural, na medida do possível. Partindo da Lapinha como ponto fulcral, procurou identificar o maior número possível de elementos/dimensões de análise que auxiliem na formulação de uma tentativa de conhecimento da rede de interações que lá acontecem.

Um dos objetivos da tese desse autor é propor uma nova concepção de postura para o turista na qual ele incorpore a noção de que é parte indissolúvel da natureza e que sem uma convicção profunda de respeitabilidade ao ambiente ele não pode ser rotulado de “eco” turista.

*“Identificar o maior número possível de elementos concernentes a turismo, ambiente e sustentabilidade que dialoguem entre si e que eventualmente forneçam pistas da grande teia de fenômenos interacionais que se desenrolam na Serra do Cipó de modo a buscar o melhor caminho possível na busca de seu (eco) desenvolvimento”.*

Baseando-se no tripé Turismo/ Sustentabilidade/ Ambiente, faz uma análise minuciosa da Lapinha, a partir do paradigma de complexidade sugerido por Morin. Inclui também todos os elementos envolvidos no processo e procura estabelecer articulações e inter-relações na multidisciplinaridade que caracteriza o pensamento complexo. *“Conjugar o local com o global, o ecossistema com a história, o contrário e até o contraditório com a totalidade mais abrangente”.*

Gontijo busca estabelecer um diálogo entre as possíveis inter-relações do turismo em Lapinha com a realidade mais ampla da Serra do Cipó, o que também serviu para pautar a inserção dos principais atores ao longo dessa história, de modo a compreender melhor seu papel em relação à situação atual e futura da Lapinha.

*“A análise multidimensional permitiu constatar qualitativamente, o grau de sustentabilidade da atividade turística em Lapinha, o que, em certa medida, é revelador do estágio atual dessa atividade na Serra do Cipó. Diante dessa constatação buscou-se, finalmente, traçar as ações possíveis e/ou desejáveis para Lapinha e, por inferência direta, para a Serra do Cipó.” (Gontijo, 2003)*

Em capítulo escrito por Gontijo no livro do Projeto Manuelzão - Rio das Velhas: das Minas às Gerais -, ele propõe ações concretas, que impliquem no envolvimento e participação das comunidades assediadas pela movimentação turística, assim como uma regulamentação adequada do parcelamento, uso e ocupação do solo e a efetiva implementação de uma infra-estrutura mínima de serviços, não só para turistas e novos moradores, como para a população local, sendo essas medidas, na prática, minimizadoras dos impactos do turismo desordenado que se verifica na região.

Gama desenvolveu um estudo sobre o processo de urbanização na Serra do Cipó e seus desdobramentos; considera que há uma ocupação desordenada e impactante, fruto da chegada de “novos moradores”, aqueles chamados de “semi-residentes” ou “moradores de fim-de-semana”.

Esse fenômeno é motivado também pela fuga da violência das cidades metropolitanas, que vem gerando um estado de ansiedade crônica nos cidadãos. Tal fato leva-os a buscar, nos fins de semana, lugares vizinhos que possam lhes proporcionar o antídoto para essa ansiedade, ou seja, o lazer em contato com uma paisagem mais natural e com um ritmo mais lento.

*“O fenômeno de apropriação do campo pelas populações citadinas em busca de lazer, é, sem dúvida, uma das faces da nova modernidade que, se de um lado gera a globalização, a desterritorialização e a busca pelas intensidades urbanas, de outro gera o desejo de novas cosmicidades, de um resgate da natureza, de re-territorialização na busca de lugares singulares com identidade própria, o que vai ter repercussão no projeto de paisagem”. (Gama, 2000)*

Essa autora aponta que a região vem se constituindo num alvo de mudanças socioespaciais ocasionadas pelo afluxo cada vez maior de visitantes e turistas, além da crescente ocupação caracterizada pelas segundas residências de lazer. As transformações alteram o modo de vida local e *“provocam conflitos entre as populações nativas e as exógenas na disputa pelo espaço”*.

A criação do Parque provocou a desapropriação de muitas famílias que tiveram seus meios de vida rompidos.

*“Expulsar as pessoas que sempre habitaram uma terra e a povoaram com seus mitos e seu imaginário, significa cortar os elos que se enraizaram à terra ao longo da história de vida desses povos”.*  
(DIEGUES, 1996)

Gama propõe pensarmos na criação de áreas protegidas, como espaços territoriais, onde a relação entre homem e natureza seja colocada de uma maneira incluyente, para que estas áreas venham a beneficiar e a serem beneficiadas pelas populações tradicionais. Mas para isso é fundamental que as comunidades locais participem do processo de transformação por que vêm passando tais lugares. Para participarem é necessário considerar os valores que são atribuídos pelas pessoas às coisas e aos acontecimentos, ou seja, seus afetos e percepções. Esses valores, manifestados pelos diferentes atores sociais envolvidos em um local, sejam eles moradores permanentes ou pendulares, turistas, agentes institucionais ou empreendedores do turismo, condicionam atitudes e relações com o meio.

A importância de considerar tais aspectos se encontra na construção da história humana, uma vez que a perda de referências leva à perda da memória coletiva e individual.

Conforme artigo de Gama sobre Paisagem na Serra do Cipó, um dos problemas do lugar está na falta de referência e identidade local para os que chegam de fora. Ela propõe a criação de uma consciência na população, através da Educação Ambiental; execução de maquetes pedagógicas para expressarem a configuração do espaço; formação de “mão-de-obra local”, visando o conhecimento e a valorização dos potenciais do lugar através da sensibilização ética e estética e o incentivo à formação de grupos de associação e ação local que possam discutir/ viabilizar propostas e organizar atividades.

De acordo com suas observações, a ótica mercadológica do turismo destrói a identidade local, portanto, há que se realizar um trabalho intersubjetivo numa perspectiva de aprendizagem evolutiva e coletiva.

Para Pereira, que em seu estudo de caso aborda as Unidades de Conservação da região da Serra do Cipó, o objetivo é compreender a dinâmica dos atores nos meios naturais sensíveis; suas formas de participação; e os múltiplos usos encontrados na região (as atividades turísticas e o ecoturismo).

Procura verificar duas hipóteses: – a disparidade das representações dos grupos de atores é responsável pela emergência de conflitos e de pressões; – a vontade da comunidade e sua mobilização em termos de participação pública podem reduzir esses conflitos e pressões ou mesmo eliminá-los.

Apresenta em seu trabalho recomendações aos agentes locais, no que diz respeito aos conflitos, pressões e dificuldades observadas ou manifestadas pelos atores. Através de questionários organiza as respostas em categorias que obedecem aos parâmetros da análise do discurso, segundo sua associação, ordenação, justaposição e oposição. A degradação ambiental é a categoria de conflitos mais notada, seguida pela infra-estrutura e/ou organização e a crise econômica e/ou política.

Essas categorias permitem à autora apontar as possíveis causas de tais conflitos, resultantes das pressões por usos abusivos. *“Todas essas causas estão associadas à falta de consciência ambiental”*.

Pereira levanta a questão da ameaça aos valores locais, influenciados pela pressão externa: *“os valores locais são perturbados pela introdução de valores externos, particularmente pelos valores urbanos, que ameaçam a memória coletiva e a tradição local”*.

A presença de costumes citadinos compromete a identidade local à medida que

*“as diferenças de valores são percebidas através da introdução de outros valores, particularmente os urbanos, acompanhados de novos hábitos de consumo e novos comportamentos, além de transformações espaciais causadas por novas construções”*. (Pereira, 2002)

Ela observa que os conflitos são produzidos entre os atores e as finalidades dos usos, em diferentes escalas geográficas e institucionais. Se por um lado, essas relações mostram a emergência dos conflitos; por outro, as formas de participação dos atores demonstram que a mobilização e participação pública podem reduzir e eliminar os conflitos reais ou potenciais.

Identifica as participações individuais, através dos questionários, com as iniciativas empreendidas para resolver problemas, sugestões para melhorar ou tornar mais agradável este espaço e soluções para os problemas identificados pelos atores.

Em seguida analisa as participações coletivas, entendidas como redes que “*possuem normas, valores e elementos estruturantes das representações dos atores. Elas podem também evidenciar os papéis (passivo, reativo e proativo) assumidos pelas comunidades*”.

Aqui são observados os grupos de atores que trabalham em parceria e as formas de participação da comunidade local nos processos de elaboração de planos e desenvolvimento regional. Cita os projetos e instituições que intervêm na região, além das universidades e faculdades que desenvolvem ou desenvolveram algum projeto na Serra do Cipó e as ONGs atuantes na região.

Ao levantar os responsáveis indicados para cuidar deste espaço

*“a gestão plural é a categoria mais mencionada por todos os grupos. Essa forma de responsabilidade combina esforços através dos quais o governo, a comunidade e as organizações privadas partilham compromissos e direitos, no intuito de se obter êxito no processo de conservação ambiental”.* (id, Ibid.)

Para completar, avalia as percepções dos atores com relação ao futuro da região, concluindo que a maior parte das percepções é positiva. O desenvolvimento da infraestrutura/ administração é a principal categoria citada pelos atores, seguida pela melhoria da condição ambiental e o desenvolvimento de atividades econômicas.

O último aspecto analisado pela autora diz respeito aos múltiplos usos atribuídos ao meio ambiente, o que intensifica ou faz emergir pressões e conflitos.

*“A criação de espaços protegidos altera a dinâmica das zonas naturais, sociais e econômicas nas quais eles são implantados. Entre outras modificações, a nova dinâmica reestrutura as relações sociais, frequentemente estabelecidas de forma sólida”.* (Pereira, 2002)

A implantação de UC's reconfigura a percepção espacial e limita o acesso e uso a bens naturais antes acessíveis e disponíveis. “*Os conflitos das sociedades contemporâneas nascem da desigualdade do acesso das pessoas aos recursos*”.

Vários fatores como a presença de residentes no interior do Parque, a manutenção de certas práticas tradicionais agropastoris, as queimadas, a utilização de pesticidas e

incêndios para protestar contra a expropriação assinalam como é delicado o processo de criação de Unidades de Conservação.

Quanto à percepção das potencialidades da região, Pereira enfatizou os recursos naturais, turísticos e econômicos, que foram valorizados pelos atores nesta ordem. Em síntese, é colocado que os múltiplos usos produzem impactos sobre o meio ambiente que ocasionam relações de conflito como falta de infra-estrutura, o limite de usos do solo, a inflação, a falta de empregos, a desordem e o aumento da degradação ambiental.

*“Esses conflitos correspondem, sobretudo às finalidades dos usos relativos ao desenvolvimento ou a conservação face às necessidades do desenvolvimento local”. (Pereira, 2002)*

Porém, o meio ambiente não se constitui somente de pressões e conflitos. Considera-se também, a visão dos atores sobre os recursos e o potencial da região para desenvolver as Unidades de Conservação e sua vocação turística, que necessita ser mais valorizada para atingir seus objetivos de conservação e o desenvolvimento da área em seu entorno, concomitantemente.

A pesquisa de Moura indica que *“tanto o meio natural quanto o espaço geográfico e suas inter-relações e interdependências compõe-se de elementos que envolvem e influenciam as pessoas que, ao interagirem com estes, o transformam e o reestruturam constantemente, conscientes disto ou não”*. Conforme seu trabalho sugere, a comunidade local *“desconhece os parâmetros básicos que norteiam o eco turismo como atividade econômica diferenciada, principalmente o seu caráter educativo e de sustentabilidade ambiental”*. (Moura, 1999)

Quando descreve sobre as Unidades de Conservação da Serra do Cipó, ressalta que a área de aproximadamente 100.000 ha engloba

*“as regiões mais significativas da Serra do Cipó, tanto do ponto de vista geo-ambiental quanto histórico-social”* sendo *“as mais visitadas e impactadas pelos conflitos decorrentes da ocupação do território sem nenhum tipo de planejamento.”* (Id. Ibid.)

Assegura também que, apesar da criação de APA's visar o bem-estar das populações nativas, *“a comunidade local não participou do processo de criação das unidades de conservação”*.

Um dos objetivos de seu estudo é contribuir para que as pessoas conheçam realmente a Serra do Cipó e a partir daí *“que reconstruam suas idéias e percepções a seu respeito, ajudando a preservá-la ao exercer um papel multiplicador de comportamento e conduta ecológica e humanista”*.

A essência de sua problematização está no papel do ecoturista como contribuinte da preservação, quem é esse ecoturista e se há como ensinar ou apreender a prática do ecoturismo.

Uma região de tanta riqueza histórica não é devidamente valorizada pelos turistas que a conhecem.

*“Esse patrimônio, de grande valor histórico, arqueológico, espeleológico e cultural, tem suas potencialidades turísticas negligenciadas e sofre impunemente todo tipo de agressão por parte dos “modernos” visitantes”. (Moura, 1999)*

O autor apresenta uma caracterização histórico-cultural e sócio-econômica da Serra do Cipó compreendida pelos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Taquaraçu de Minas e Nova União. Entretanto, situa o distrito de Cardeal Mota como *“centro de atração, de apoio e dispersão dos visitantes da Serra do Cipó e, principalmente, o centro econômico e social da região”*.

Em seguida, ele reserva um capítulo para tecer um diagnóstico dos impactos sócio-ambientais do turismo e de atividades afins na região da Serra do Cipó.

O trabalho, que tem como elemento balizador se há realmente a prática do ecoturismo na Serra do Cipó, procura perceber, através da preservação do patrimônio ambiental e cultural da região, da consciência ambientalista de seus praticantes e da população nativa e da promoção do bem-estar social que

*“não se pratica o ecoturismo propriamente dito na Serra do Cipó, simplesmente porque o conjunto da atividade turística local não contempla esses quesitos para podermos considerá-la como tal”. (Id.Ibid.)*

Identifica os principais problemas ou dificuldades que impedem a implantação efetiva e o desenvolvimento do ecoturismo.

*“O principal problema da região da Serra do Cipó, e a partir do qual se reproduzem outros mais específicos, é a total falta de um*

*planejamento sócio-econômico e monitoramento ambiental que valorize o seu conhecido e riquíssimo patrimônio natural, que resgate e promova o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável”.*

Sua pesquisa sugere que a região precisa urgentemente de um plano diretor efetivo, *“elaborado a partir da participação de todos os setores da comunidade envolvida e da economia local e onde sejam expostas suas necessidades e ansiedades quanto aos destinos da Serra do Cipó”.*

Enfatiza ainda que as localidades de Cardeal Mota, Lapinha e São José da Serra carecem de um plano diretor específico para a atividade turística *“dado ao grande fluxo de turistas para essas regiões e as fortes transformações ocorridas em seu espaço geográfico em função da sua falta de planejamento e monitoramento”.*

Dentre os problemas levantados por Moura está a falta de consenso quanto à vocação econômica regional; infra-estrutura urbana deficiente, como por exemplo, os diversos usos da água, o lixo e os esgotos; infra-estrutura turística deficiente; a manutenção da rodovia MG-010 e das estradas vicinais e de acesso aos atrativos; a expansão urbana desordenada e a proliferação de condomínios fechados que gera conflitos quanto ao uso coletivo dos rios e cachoeiras e demais atrativos turísticos; informação deficiente ou ausente e impactos decorrentes da deficiência administrativa do IBAMA.

A partir dos problemas detectados, apresenta propostas de soluções como a criação de um centro cultural comunitário, qualificação profissional das pessoas envolvidas com o turismo, participação comunitária, investimentos em marketing ecoturístico, mudança de comportamento e de atitudes, monitoramento da qualidade e balneabilidade das águas regionais, construção de fossas sépticas, uma forte campanha intermunicipal de educação sanitária, criação de um sistema efetivo e eficiente de coleta de lixo, criação de uma usina de compostagem e instalação de lixeiras nas proximidades dos locais mais visitados.

Quanto à infra-estrutura, propõe-se, como já citado anteriormente, a criação de um plano diretor; um selo que identifique o padrão e a qualidade das pousadas locais; a capacidade de suporte das áreas de camping e dos atrativos naturais e o estímulo à produção artesanal e às manifestações culturais locais.

Em relação à manutenção da rodovia MG- 010 sugere pesquisas científicas, para a recomposição vegetal das áreas impactadas e terra e cascalho para a recomposição do leito das estradas.

Sobre a expansão urbana desordenada, novamente é citada a falta de um plano diretor municipal e a necessidade de se propor diretrizes para um zoneamento ambiental e sócio-econômico da região. Para o problema de informação, apresenta a proposta de criação de mapas ecoturísticos, contemplando os principais atrativos naturais e turísticos de seu entorno imediato, as vias de acesso mais utilizadas, as principais atividades turísticas e a localização geográfica dos equipamentos urbanos e serviços existentes. Ressalta que “*é imprescindível o envolvimento do poder público no processo para legitimar e orientar as iniciativas privadas e garantir os direitos e deveres coletivos*”.

A respeito dos impactos decorrentes da deficiência administrativa do IBAMA - a presença de animais domésticos dentro do Parque, a desapropriação efetiva das terras da unidade de conservação, as queimadas sistemáticas, as coletas de espécies nativas e a depredação do patrimônio arqueológico e espeleológico -, propõe que o IBAMA invista seriamente na indenização definitiva e não permita o uso de áreas do parque como pasto para animais domésticos. Outra sugestão é a implantação de um projeto turístico moderno para a região da Serra do Cipó e a criação de uma brigada de incêndios. Também propõe a criação de um programa de educação itinerante para a comunidade, orientação constante ao visitante e exigência de uma atitude efetiva de fiscalização para coibir as atividades predatórias na região através de vistorias técnicas, de programas de controle e manejo racionais.

Como elemento final, apresenta a proposta de um atlas de atividades didáticas sobre a Serra do Cipó, para crianças, onde serão apresentadas e descritas as características naturais e sócio-culturais da região, com destaque para as áreas de conservação locais, ou seja, o Parque Nacional- PARNA- da Serra do Cipó e da Área de Proteção Ambiental- APA- Morro da Pedreira.

Moura conclui seu trabalho acreditando que “*as mudanças mais significativas que ocorrem na sociedade surgem em seu próprio seio e não a partir de decretos, leis e normas estipuladas por tecnocratas e burocratas a serviço do poder instituído*”.

Considera a preservação do patrimônio natural e cultural da Serra do Cipó compatível com as atividades ligadas ao ecoturismo. Como desdobramento, cita uma gestão presente e futura dos recursos hídricos e a fixação do nativo local à sua região de origem.

Uma pesquisa que em suma, acredita que qualquer programa de desenvolvimento para a região tem que aproveitar de forma sustentável o fantástico potencial natural da região, cuidando para que a cultura local não perca seu vínculo histórico com o passado.

Todas essas considerações dos trabalhos científicos citados estimularam e ajudaram a apontar a direção desta presente pesquisa. Traçam a trajetória em algum momento da Serra do Cipó e já levantam pontos interessantes a serem percebidos e denunciados, como a necessidade da construção de um Plano diretor, os conflitos sociais oriundos da transformação do espaço, o processo de urbanização crescente na região e o papel do chamado “ecoturista”, não necessariamente nessa ordem.

Percebemos que as pesquisas realizadas na região fizeram emergir problemas e possíveis soluções ao traçarem características da localidade, com relação mais ou menos aprofundada, de acordo com seu foco. Foram realizadas entrevistas, levantamento e cruzamento de dados, análise de documentos, o que os possibilitou a sugerir propostas de melhoria do quadro vigente.

Após a realização dessas pesquisas já houve mudanças significativas e algumas propostas nesses trabalhos foram adotadas. A comunidade vem caminhando para aprender a participar de uma gestão mais democrática, ou seja, com mais interesse e atuação social. Um lugar como a Serra tem que ser governado por todos que se apropriam, em algum momento, do que ela tem a oferecer.

Nosso trabalho parte daí, com base em informações levantadas por eles buscamos saber como está o desenrolar dos acontecimentos em uma comunidade que vem crescendo e passando por transformações, fruto de influências externas e do seu rearranjo espacial em função das UC's.

## **1.2 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL**

A partir de um extenso programa de reforma pública federal, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, como autarquia descentralizada, permitindo maior eficiência na implantação de políticas públicas.

Ao final da década de 80, a análise do governo indicava que deveria haver uma única instituição para gerir a política de conservação dos recursos naturais renováveis do país. Foi criado então, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a partir da fusão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e da Superintendência da Borracha (Sudhevea).

No governo de Médici e Geisel foram criados o I PND, II PND, respectivamente. O Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como uma das metas, medidas concretas em favor da proteção ambiental no Brasil. Na gestão de Médici, foram criados Parques Nacionais, Reserva Biológica e identificadas diversas áreas nas quais se sugeria a criação de unidades de conservação.

Já o Plano de Desenvolvimento II, proposto por Geisel, tinha como objetivo atingir o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular, sem devastar o patrimônio nacional de recursos naturais. A revisão das metas do II PND incluiu “criar parques nacionais e reservas biológicas; executar os estudos e pesquisas para a elaboração do Plano do Sistema de Parques Nacionais e os planos de manejo para os parques e reservas”.

Em nível internacional, na 11ª Assembléia Geral da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial pela natureza (IUCN), realizada em 1972, em Banff, no Canadá, o princípio do zoneamento foi incorporado na definição de parques nacionais aprovada anteriormente, em Nova Delhi, em 1969. O avanço mais importante da incorporação do zoneamento ao conceito de parque nacional foi o reconhecimento de que as comunidades humanas, com características culturais específicas, faziam parte desses ecossistemas.

Em 1979 e 1982, o IBDF e a Fundação para a Conservação da Natureza (FBCN) propuseram o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, que foram

baseados no documento preliminar da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da IUCN, definindo objetivos, critérios e categorias para as áreas protegidas.

*“Em 1997, a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Mundial pela Natureza (IUCN) realizou uma conferência denominada “As Áreas Protegidas no Século XXI: de Ilhas a Redes”, em que foram identificados os principais desafios a serem enfrentados pelas UC’s no século XXI. Entre eles se destacam: 1) mudar o enfoque das UC’s de “ilhas” para “redes”; 2) fazer com que as áreas protegidas sejam manejadas por, para e com as comunidades locais, e não contra elas; 3) aumentar os padrões de gestão e capacitação para enfrentar os desafios identificados”. (ARAÚJO, 2007, p. 87)*

Ao longo do período compreendido entre os cinco congressos mundiais de parques, surgiram algumas tendências que apontam para uma nova direção na maneira de gerir as unidades de conservação. O novo paradigma se baseia nas experiências obtidas e está relacionado à participação da população local, a técnicas e capacidade de manejo, à administração e sobretudo aos seus objetivos.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC- foi estabelecido através da Lei 9984/2000 e já incorpora as conquistas socioambientais. Entre elas, podemos destacar a exigência de conselhos consultivos/deliberativos e de consulta pública para a criação de alguns tipos de UC’s e a valorização das unidades de uso sustentável. Esses apontamentos são indicadores do aprimoramento da gestão participativa, além de contribuir na resolução dos conflitos existentes, a partir da implantação de Unidades de Conservação.

O SNUC define conservação como: manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Para Sunkel (1983), a conservação, na prática, se limita à proteção, manutenção e restauração do mundo natural, com medidas como a implantação de áreas protegidas, corredores ecológicos, desconectados das aspirações e necessidades das populações locais.

O Sistema Nacional de áreas naturais protegidas deve objetivar também o desenvolvimento humano sustentável, e nesse sentido as conclusões do IV congresso Mundial de Parques Nacionais definiram como um dos papéis das áreas naturais protegidas o de “*encontrar as necessidades das pessoas*”.

*“Além disso, nas conclusões desse congresso, essas áreas “não devem ser ilhas num mar de desenvolvimento, mas precisam ser parte de estratégias de manejo sustentável e do sábio uso dos recursos naturais pelos países e devem fazer parte do contexto do planejamento regional” (UICN, CPNAP, CMMC, 1994, p.38).*

Dentre os objetivos nacionais de conservação estabelecidos pelo SNUC, que devem nortear as ações das entidades envolvidas na gestão ambiental, estão: proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Há uma polêmica também em relação a “áreas de conservação” e “áreas de preservação”. Conservar significa criar condições para a manutenção do ecossistema, manejado para garantir sua sobrevivência, é o que viria ao encontro do tão desgastado termo “desenvolvimento sustentável”; já preservar é manter a natureza intocada, sem intervenção nenhuma.

Tal dilema parte da separação do homem e natureza, desde o advento industrial do séc. XVIII que remonta à supremacia da sociedade sobre os bens naturais. Fundamental é considerarmos o caminho do meio, que trata de “áreas protegidas”. Eis a palavra-chave: proteção. Se realmente protegermos nossos recursos, estaremos livrando-os da exaustão e mais ainda, promovendo o restabelecimento dos ciclos sistêmicos.

O Brasil, durante muitos séculos, foi ocupado por índios, que promoviam o “manejo da terra”, à medida que a deixavam descansar quando exauriam seus recursos. Com a Revolução Agrícola, passa-se à fixação no solo por conseguir se prover com seus cultivos. A partir da ocupação das terras brasileiras por europeus, a devastação dos recursos naturais se inicia. De lá para cá, e com mais intensidade nos séculos XIX e XX, sofremos um bruto processo de destruição aos ambientes naturais.

Infelizmente não há como reverter esse fato, no entanto, na tentativa de minimizar os impactos ao meio ambiente e como forma de maximizar a biodiversidade, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O estabelecimento de Áreas Protegidas é uma prática política adotada mundialmente, que visa atender às especificidades econômicas, políticas, culturais e de recursos naturais de cada país. Para tal, foram criadas diferentes categorias de manejo, atendendo a localidade e os objetivos que procura atingir. Essas categorias podem ser mais ou menos restritivas com relação ao uso de seus recursos naturais.

Em geral, a demarcação e estabelecimento das Unidades de Conservação têm acontecido em grandes áreas que sofreram pouca ou nenhuma modificação pela ação antrópica, priorizando aquelas que mantenham amostras de gens, espécies, ecossistemas e processos ecológicos no interior de seus limites, relevantes para a conservação da biodiversidade.

No Brasil, a partir de 1937, começaram a ser estabelecidas as UC's. Por iniciativa do governo federal já foram criadas várias unidades e hoje, também criadas por governos estaduais, já possuímos muitas áreas demarcadas ao longo do território brasileiro.

Muitas unidades brasileiras são consideradas avançadas, atendem seus objetivos e até já incorporam os saberes tradicionais e a manutenção da comunidade local como eficazes ao seu manejo. Mas há também aquelas que não saíram do papel ou se encontram em estado de “abandono” devido à falta de fiscalização e gestão das mesmas.

A Área de Proteção Ambiental é uma das categorias de Unidade de Conservação no modelo brasileiro de áreas protegidas. Esta categoria está inserida no grupo de Uso Sustentável, ou seja, permite o uso direto dos recursos naturais sobre o domínio público ou privado, sendo mais comum ocorrer em propriedade privada.

Para a criação de uma Área de Proteção Ambiental é necessária a identificação de atributos ou fatores ambientais que apresentem graus de fragilidade ou que apresentem demanda para proteger.

*“Cada APA é regida, individualmente, por seu decreto de criação e, posteriormente, de regulamentação, no qual são estabelecidas normas administrativas”. (CABRAL, 2002)*

A dificuldade na gestão pode ter relação com a maneira pela qual são elaborados esses decretos de criação, muitas vezes nada específicos ou muito restritivos, o que dificulta a construção da identidade desta categoria de unidade de conservação.

A capacidade de suporte, juntamente com o desenvolvimento dito sustentável, aliado à manutenção dos recursos naturais, configuram-se como fatores interessantes de manejo desta categoria de conservação.

*“Assim, a gestão ambiental não é pacífica, ou seja, incita discussões e conflitos a partir do momento em que ela se defronta como desafio crucial de integrar os diversos interesses e inserir a dimensão ambiental em processos decisórios privados e em políticas governamentais.” (CABRAL, 2002).*

É salutar ressaltar que a presença de aparato técnico e pessoas qualificadas tendem a minimizar os conflitos, uma vez que possibilitam uma fiscalização monitorada pela legislação vigente, transmitindo confiabilidade e segurança às partes envolvidas.

*“A gestão ambiental local supõe a existência de recursos humanos na área de planejamento que possam aprimorar as ações de controle e melhoria ambiental. A carência de pessoal qualificado constitui um problema para a efetiva ação ambiental em UC’s. Portanto, é um fator que dificulta a tomada de decisão no processo de gerenciamento”. (CABRAL, 2002)*

Segundo Alvarenga (1997), a análise da legislação referente às APAs (Lei nº 6.902/81, Lei nº 6.938/81 e regulamentações, resoluções Conama nº 10/88 e nº 13/90) permite depreender que elas são unidades de conservação que possibilitam a utilização econômica de determinados espaços públicos ou privados – com maior tendência a ocorrer nestes últimos -, considerados pelo Estado possíveis de conservação, por intermédio da imposição de limitações ao direito de propriedade, por meio de um conjunto de normas gerais definidas pela legislação federal e de um conjunto de normas específicas a serem estabelecidas pela legislação de criação da unidade. A partir dos instrumentos legais anteriormente mencionados, a APA é considerada instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

Côrte (1997) afirma que o instrumento APA tem sido usado, no território nacional, em caráter de correção e contenção da degradação ambiental. Admite que o fato de transformar uma área em APA não é o suficiente para controlar o processo de degradação

iniciado, necessitando que atue neste espaço um conjunto de ações de planejamento e gestão ambiental.

A elaboração do decreto de criação de uma Área de Proteção Ambiental configura-se em um elemento importante, na medida em que este é o primeiro instrumento normativo a ser usado na gestão da área.

As APAs, conforme a lei indica (Brasil, 2000) têm por objetivo disciplinar o processo de ocupação, proteger a diversidade biológica e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, observando a manutenção da qualidade dos atributos ambientais importantes, de propriedade comum ou não. Constituem instrumento institucional que aponta para a necessidade de reduzir as externalidades negativas que comprometem a eficiência econômica e o bem estar da sociedade, sem que para isso seja necessária a transferência integral dos direitos de propriedade para o Estado. Como consequência direta da restrição ao uso e à ocupação do solo, são palco de conflitos no que diz respeito a sua gestão ambiental.

Por permitirem atividades econômicas em seu interior, devem-se incentivar comportamentos de conservação dos recursos pelos proprietários das terras em Áreas de Proteção Ambiental, sejam estes públicos ou privados.

O desafio é balancear os interesses individuais nesse tipo de espaço protegido, como forma de possibilitar a proteção dos ecossistemas. Para que isso ocorra, a atenção deve ser voltada à gestão desses interesses e das atividades, de maneira que os proprietários, impulsionados por motivações individuais, optem pelo comportamento de conservação de recursos.

Dessa maneira, a Gestão Ambiental (GA) tem importante papel no arcabouço das Áreas de Proteção Ambiental, uma vez que está relacionada ao gerenciamento de todas as atividades humanas que tenham impacto significativo sobre o meio ambiente. Segundo Souza (2000), a abordagem sistêmica do meio ambiente, por meio da gestão ambiental, propicia uma aplicação mais próxima da realidade, pois cria canais de comunicação nos quais os fatores ambientais são identificados, analisados, ponderados e administrados, observando inúmeras áreas de conhecimento, permitindo, assim, a compreensão global dos problemas e também a aplicação de soluções ambientalmente mais adequadas.

Nesse contexto, cresce a importância do Conselho Gestor da APA como local (ou fórum) de debates em que os conflitos sejam equacionados. Entretanto, sem a efetiva participação da sociedade em todo o processo, bem como o apoio e a presença decisiva de órgãos da administração direta, é difícil imaginar que tais conselhos consigam dar conta dos enormes desafios presentes na gestão ambiental de Áreas de Proteção Ambiental.

### **1.3 - O LUGAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Ao longo de todo estudo, como base referencial teórica, usaremos o conceito de lugar para o distrito da Serra do Cipó, por acreditarmos que esse conceito, em suas diversas vertentes, atende a localidade aqui tratada.

O “lugar”, na perspectiva atual, assumiu um papel importante no estudo da geografia, por se tratar de um conceito que rompe com a geografia clássica do século XIX. Em sua visão restritiva, o sentido de lugar era basicamente locacional. Os caminhos preconizados pelos positivistas perdiam força, em uma concepção que remetia ao conceito da própria disciplina.

Para Sauer *apud* HOLZER (1999:68), o estudo da Geografia estava vinculado ao conceito de “paisagem cultural”, no qual “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”. (1983: 343) Este autor foi um dos pioneiros em desvincular o lugar deste sentido estritamente locacional, dando ênfase ao *sentido do lugar*.

Na Geografia Humanista, o lugar será identificado como base da própria existência humana, através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados (RELPH, 1980). Buttimer (1974) *apud* FERREIRA (2000:66), seguidor desta corrente, propõe uma geografia que dê relevância às questões referentes às pessoas em vários contextos.

Como o conceito primordial da geografia seria o de “localização” (*location*), definido por Lukermann (1964) *apud* HOLZER (1999:69) como a relação entre o arranjo interno de traços, ou sítio (*site*) com o seu entorno (*environs*), esta relação definiria o lugar. (HOLZER, 1999)

Para Lukermann, fazer o estudo completo da geografia era fazer o estudo dos lugares. No entanto, ao relacionar a internalidade de um lugar com sua externalidade, é preciso levar em conta os significados subjetivos dos lugares.

Tuan segue os preceitos de Lukermann na discussão dos significados de lugar; “*a geografia estuda os lugares sob duas óticas: a do lugar como localização (location) e a do lugar como um artefato único*”. (TUAN, 1975) Ele, porém, ficaria com a segunda perspectiva, conforme define “*o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto ‘especial’, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado*”. (TUAN, 1979:387) *apud* HOLZER (1999:70)

*“Os geógrafos humanistas, ao contrário dos positivistas clássicos, preocuparam em definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos.” (HOLZER, 1999)*

Segundo Tuan (1979:410) *apud* HOLZER (1999:72), o sentido do lugar também é demonstrado quando as pessoas aplicam seu discernimento moral e estético aos sítios e localizações. A identidade e a estabilidade são características dos lugares, apontada por vários autores.

*“A identidade refere-se ao espírito, ao sentido, ao gênio do lugar. Ela provém das intenções e experiências intersubjetivas, que resultam da familiaridade”.* (RELPH, 1976)

Tuan (1979:411) ressalta também que a estabilidade, assim como a convivência temporal prolongada, seria um fator fundamental na constituição dos lugares. Este mesmo autor afirma que o lugar é pausa no movimento. (1978a; 1983)

*“Isso não quer dizer, no entanto que o lugar esteja além da história ou seja atemporal, significa sim, que o lugar denota a relação inseparável entre espaço e tempo: a pausa, ao permitir a localização, transforma-se em um pólo estruturador do espaço, o que implica no estabelecimento de uma “distância”, sendo este um conceito, ao mesmo tempo, temporal e espacial.” (HOLZER, 1999)*

Holzer (1999) coloca que por se constituir de um centro de significados espaciais pessoais ou intersubjetivos o lugar não possui escala definida. “*O lugar pode se referir a uma variedade de escalas, em cada uma delas, em termos experienciais, há um limite característico com estrutura interna e identidade, no qual o local (insiderness) se distingue do estrangeiro (outsiderness)*”. (POCOCK, 1981)

Segundo Bourdin, para que a identificação seja fácil, é necessário poder atribuir a lugares facilmente delimitados características particulares, por exemplo, traços predominantes, utilizando códigos ou escalas de valor moderadamente espacializados e acessíveis sem pré-requisitos.

A relação entre Geografia e Fenomenologia foi inicialmente estabelecida por Relph. Este autor afirma que o lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que vivemos. “*Uma profunda e imediata experiência do mundo que é ocupado com significados e, como tal, é a própria base da existência humana.*” (RELPH, 1980:5) *apud FERREIRA (2000:67)*

Segundo Ferreira (2000), o conceito de lugar, adquire, deste modo, para a Geografia Humanista, um papel central, visto que é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço. “*O lugar é então definido como uma configuração espacial sem distância.*” (BOURDIN, p.51, 2001)

Tuan (1983) *apud FERREIRA (2000:67)* acrescenta que os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias de residente (*insider*), e relações externas, próprias do turista (*outsider*).

Para Relph, o processo de desenvolvimento de identidade de um lugar seria uma combinação de observação, ou seja, de contato direto com o lugar, e de expectativas estabelecidas antes deste contato. *A identidade de um lugar seria, deste modo, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento.* (FERREIRA, 2000)

A Geografia Humanista, com base na Fenomenologia, questiona as ações do mundo contemporâneo e o processo de globalização, que não valorizam a importância dos lugares. Esse fenômeno provoca a homogeneização das paisagens.

Buttimer vai além, ao propor que o geógrafo seja mediador da ação tanto do insider quanto do outsider, como importante mecanismo para evitar a extinção do lugar pelos processos de globalização capitalista.

Em última análise, as definições de lugar serão trabalhadas tanto pela Geografia Humanista quanto pela Geografia Radical. O que importa é encontrar uma integração entre tantos conceitos.

*“As novas concepções de lugar buscam compreendê-lo como um articulador das questões cruciais para a compreensão da vida humana e sua relação com um ambiente cada vez mais fragmentado e globalizado”. (FERREIRA, 2000)*

Em busca de uma compreensão profunda e multifacetada da realidade atual, o conceito de lugar adquire um formato mais adequado às novas tecnologias de informação. Os geógrafos buscam então uma mediação entre a perspectiva do insider e a do outsider, *“captando, deste modo, a intermediaridade característica do lugar. Compreender um lugar é, assim, compreender tanto a realidade objetiva quanto a subjetiva.” (FERREIRA, 2000)*

Ao se compreender o lugar como intermediaridade entre o interno e o externo, Entrikin (1997) *apud FERREIRA (2000:77)* coloca a questão sobre até onde se deve ser permeável ao mundo externo, buscando-se um equilíbrio entre o que deve ser mantido de fora – preservando as características da comunidade – e o que deve ser permitido entrar – evitando-se a esterilidade resultante do isolamento.

Para Merrifield *apud FERREIRA (2000:78)* o lugar é o terreno onde são vividas as práticas sociais, é onde se situa a vida cotidiana, é o espaço praticado. Já Graham (1998) compreendeu o sentido do conceito de lugar no mundo contemporâneo e afirma que *“a vida social e espacial torna-se sutil e continuamente recombina e combinações complexas de novos conjuntos de espaços e tempos que são sempre contingentes e impossíveis de serem generalizados”.* (GRAHAM, 1998:167) *apud FERREIRA (2000:79)*

Para este autor é necessário levar em conta as diferenças espaciais e temporais; *“o lugar deve ser compreendido, desse modo, a partir de sua vinculação com os processos espaço-temporais”.* (GRAHAM, 1998: 179) *apud FERREIRA (2000:79)*

Oakes também comunga desta idéia, ao colocar que um dado importante, é o fato do lugar não ser territorialmente delimitado, mas sim uma consequência de ligações através do espaço e do tempo “*que fazem o lugar ser mais uma rede dinâmica do que uma localização ou sítio específico*”. (OAKES, 1997:510) *apud FERREIRA (2000:80)*

Por fim, Ferreira (2000) em síntese, define muito bem o que seria compreender o lugar na atualidade: “compreender o lugar é compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação”.

O desenvolvimento local, segundo Benko, apresenta-se menos como uma teoria do desenvolvimento da região que como um paradigma novo do desenvolvimento: desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado, desenvolvimento “por baixo”, opondo-se ao desenvolvimento “por cima”, que fundava as práticas anteriores. Esse novo enfoque foi elaborado em meados dos anos 70, graças às idéias de W.Stohr, J. Friedmann e F. Taylor.

Desenvolvimento local é a flexibilidade, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do lugar.

Ele encarna a idéia de uma economia flexível, capaz de adaptar-se a dados mutáveis, e constitui alternativa para a economia das grandes unidades. A política do desenvolvimento local implica igualmente em estratégias de financiamento e de formação, e passa pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira.

#### **1.4 – COMUNIDADE, CULTURA E IDENTIDADE**

Um conceito de extrema relevância para este estudo é o de comunidade, por acreditarmos que o desenvolvimento local parte de uma determinada comunidade. Possuindo várias

vertentes de acordo com o contexto, seu significado tangencia o agrupamento de indivíduos em um lugar, através de parentesco, afinidade, temporalidade, afetividade, espacialidade e solidariedade.

Ultrapassando o vínculo sanguíneo, uma comunidade possui ligações com o espaço onde está inserida, sejam elas diretas ou indiretas. No caso de vinculação direta, esta ocorre por afinidade, afetividade e solidariedade; já o vínculo indireto, corresponde à ligação ao mercado de trabalho, instituições públicas, educação, legislação, dentre outras.

Para WEBER (1962), citado por FERNANDES (1973, p.140) *apud* OLIVEIRA (2000:28) comunidade se refere “a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social (...) repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. De acordo com OLIVEIRA (2007), dessa forma, o entendimento de comunidade encontra-se ligado ao “ser” e ao “pertencer”.

Sem pretendermos atribuir ao conceito de comunidade reducionismos ou generalizações, trazemos à luz a questão da identidade como determinante para a coesão de uma comunidade. No entanto, tanto na Geografia quanto na História, é necessário considerar as condicionantes: espaço e tempo.

Tendo em vista o caráter dominante da globalização, houve uma perda ou recrudescimento das identidades locais, fator este que contribuiu para um acelerado processo de massificação, ou seja, a desvalorização das comunidades e suas especificidades. Por outro lado, em busca de resgatar a classe de excluídos, houve uma reapropriação do conceito de comunidade, como culturalmente necessário para revitalizar certos grupos como, indígenas, moradores de favelas, aglomerados e zonas periféricas ou ainda, adeptos do mundo virtual.

SAWAIA (1996) *apud* OLIVEIRA (2007: 29) coloca que a comunidade é formada em “um lugar cujos habitantes inclinam-se ao bem naturalmente”. Esta visão um tanto quanto romântica sugere um modelo ideal, em que as pessoas não estão contaminadas pela civilização e seu conseqüente individualismo.

Em sua clássica obra *Comunidade e Sociedade*, FERNANDES (1973, p. 23) *apud* OLIVEIRA (2007:29) afirma que o termo comunidade não aparece como uma forma

específica de integração societária, pois é a partir dele que se passa a refletir melhor o sub-orgânico e o orgânico na organização da vida em sociedade.

OLIVEIRA (2007) acrescenta que “a sociedade passa a configurar-se como um termo mais abstrato e inclusivo, ao passo que comunidade seria mais restrito, considerado a partir de um ponto de vista da distribuição geográfica dos indivíduos e das instituições de que elas são compostas. Em outras palavras: cada comunidade é uma sociedade, mas nem toda sociedade é uma comunidade”.

Por fim, amarramos estas idéias ao conceito de GUARESCHI (1978) citado por CAMPOS (1996, p.95) *apud* OLIVEIRA (2007:30) por acreditarmos que sua visão mais se aproxima das premissas do desenvolvimento local e a comunidade: “*Vivendo em comunidade, as pessoas têm possibilidade de superar estes extremos [individualismo, ser humano auto-suficiente e fechado sobre si mesmo, competição, indivíduo como peça de máquina]*”]

Mantendo sua singularidade, mas necessitando dos outros para sua plena realização. Na comunidade as pessoas têm voz e vez, podem colocar em ação suas iniciativas, desenvolvem sua criatividade, mas seu ser não se esgota nelas mesmas: elas se completam na medida em que se tornam um “ser para”, exercitando sua plena vocação de animal político e social.

### **- AÇÃO COMUNITÁRIA**

De acordo com Lamoureux, ação comunitária “é uma prática cujo objetivo é trazer uma resposta coletiva e solidária aos problemas sociais vividos pelos indivíduos. Esta prática se atualiza pela emergência de recursos comunitários, a realização de atividades de educação popular, pelo desenvolvimento social e econômico das comunidades, o estabelecimento de novas relações de poder em favor de pessoas vítimas da exclusão ou da opressão e pela reivindicação de mudanças sociais, econômicas e políticas favorecendo uma maior justiça social”.

### **- INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA**

Segundo esse mesmo autor, a intervenção é um processo executado por uma ou mais pessoas, organismos ativos em meio comunitário para obter uma solução coletiva a um

problema social (coletivo), criando mudança institucional, uma decisão (governamental), uma visão (ideológica) ou uma relação de poder. O processo visa um objetivo, que através de estratégias e táticas respeite o funcionamento coletivo, democrático e educativo, favorecendo a autonomia e a solidariedade individual e coletiva. Assim, o processo de monitoramento é tão importante quanto o objetivo buscado.

## **- DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Conforme Lamoureux, o desenvolvimento comunitário é “sinônimo de ação comunitária e empregado de modo mais ou menos freqüente nos anos 50 e que retorna a moda. Ele é associado ao desenvolvimento social e econômico. No sentido restrito, é também um modelo de prática (intervenção) sustentado pelo processo participativo, coletivo e geralmente consensual em meio geográfico local ou regional que engloba habitualmente interesses e grupos sociais diferentes.

## **- ABORDAGEM COMUNITÁRIA**

Lamoureux coloca que a abordagem comunitária inspira diversos debates, particularmente nos organismos governamentais. Alguns a definem como uma perspectiva ou uma filosofia e outros como um modelo de intervenção. Assim, ela pode ser aplicada a diferentes modos de ação face aos indivíduos, familiares, pequenos grupos de comunidades e instituições.

*“O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que aí o homem se reconhece porque é o lugar da vida”.*  
(CARLOS, 1997)

Visto que o lugar é construído dentro da concepção do espaço e suas nuances, as relações humanas estabelecidas dentro dele são reflexos de sua cultura e identidade ao longo da história. Conforme CARLOS, o homem precisa estabelecer essas relações para se reconhecer no lugar e assim, se sentir parte fundamental no processo de evolução.

*“Se a identidade pode ser concebida como uma relação ao si-mesmo na relação com o outro – o que requer análises essencialmente interacionistas – e leva muitas vezes á insistência nas modalidades de sua construção, alguns a definem mais como um conjunto de*

*permanências que caracterizam um indivíduo ou um grupo”  
(Bourdin, p.43, 2001)*

GONÇALVES (2005) ressalta a importância da questão ambiental como campo que engloba os diferentes aspectos que compõem uma comunidade, sem perder de vista a comunicação, manifesta pela cultura, normas e valores que se entrecruzam, promovendo uma gestão democrática do lugar.

*“A questão ambiental é, assim, mais que um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não dicotômicas. Ela requer um campo de comunicação intersubjetiva não viciado e não manipulado para que a região comunicativa possa se dar efetivamente. Enfim, requer, fundamentalmente, democracia”.* (GONÇALVES, 2005, p.139)

Ao abordarmos o tema “cultura”, pensamos na complexidade que envolve seus conceitos e aplicabilidade conforme a área a ser enfocada; no entanto, não era possível deixar de nos referirmos a ela, por se tratar do ‘pano de fundo’ que envolve toda prática de uma comunidade e por estar sob a égide de influências externas.

*“Existe uma civilização mundial, saída da civilização ocidental, que desenvolve o jogo interativo da ciência, da técnica, da indústria e do capitalismo e que comporta um certo número de valores padronizados. Ao mesmo tempo em que compartilha múltiplas culturas em seu seio, uma sociedade também gera uma cultura própria”.* (Morin,1998)

Segundo Santos (1994), as várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto de preocupações que podemos localizar em duas concepções básicas: a primeira remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças de um povo.

Então, a cultura está intimamente relacionada ao lugar e vice-versa. Aqui nos cabe refletir até que ponto a expansão da localidade em estudo afeta ou (re) dimensiona a cultura local, tendo em vista a “invasão turística”. De acordo com CLAVAL (1997) as sociedades humanas são construções culturais cujas raízes estão mergulhadas na história.

*“O desenvolvimento sustentável não se limita a tornar compatíveis a conservação e o desenvolvimento, internalizando as condições ecológicas para um crescimento sustentado da economia; também leva a pensar o ambiente como um potencial para um*

*desenvolvimento alternativo, isto é, para construir um novo paradigma produtivo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas”. (LEFF, 1999, p: 66)*

A noção de identidade está atrelada às características comuns que compõem uma comunidade ou sociedade. Estas se apresentam como hábitos, costumes e valores ressaltados em um determinado lugar. A identidade, como o próprio nome sugere, é a identificação da comunidade; assim como ela identifica um determinado grupo de pessoas, também propicia a distinção de outras.

A lealdade a essas características comuns proporciona, segundo SILVA (2004), citado por OLIVEIRA (2007:32), uma identidade social comum realçada pelo ‘sentimento de nós’. “A idéia de que a comunidade – este ‘sentimento de pertencer e ser’ – está pautada em uma identidade que é construída e cujo significado precisa ser desvendado”. (CASTELLS, 1999) citado por OLIVEIRA (2007:32)

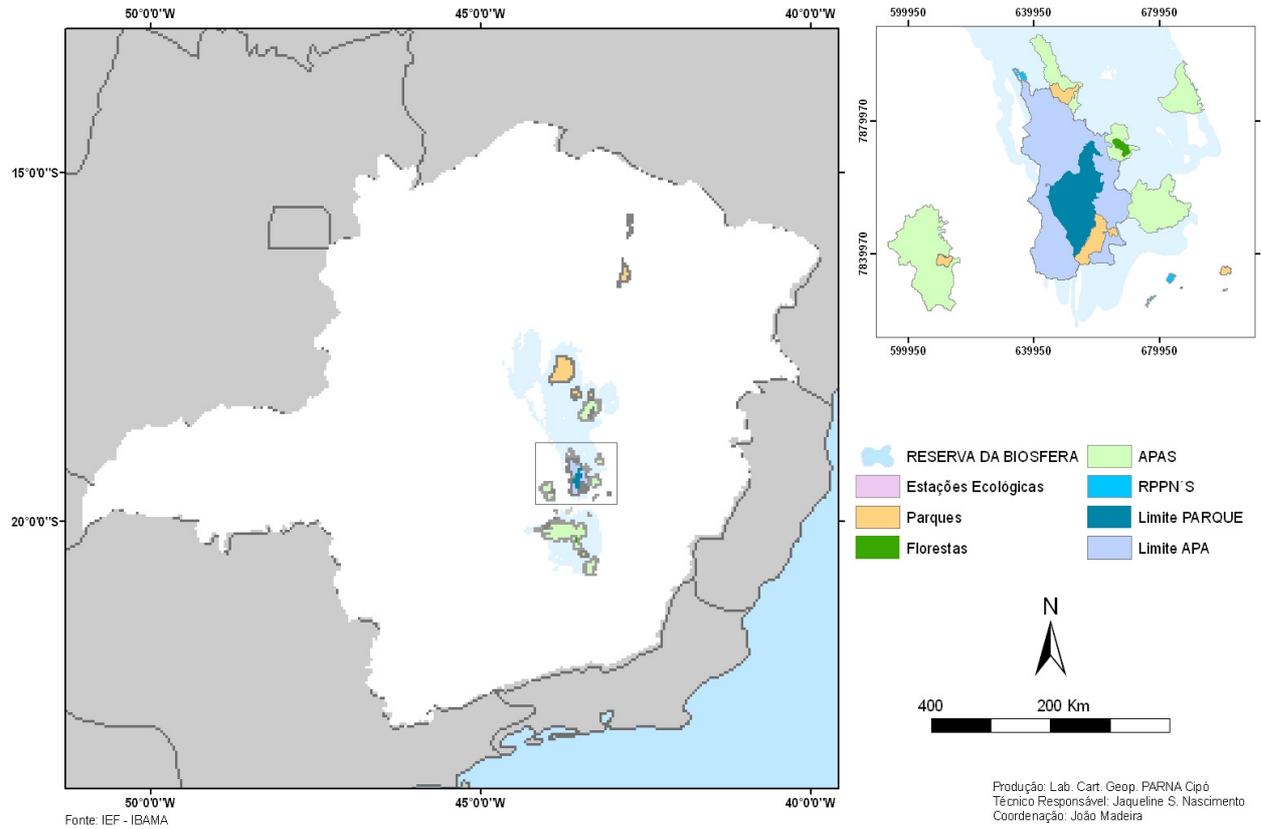
Um lugar contemplado com o título de Reserva do Homem e da Biosfera (Mapa 1) precisa ter sua identidade consolidada; para começar, o próprio nome da localidade gera controvérsias. O distrito, em 2003, teve seu nome mudado, pela Câmara de Vereadores, para Serra do Cipó (Anexo 1). Como não passou pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a alteração não foi legitimada, o que justifica ainda ser tratado por Cardeal Mota.

Os debates sobre a identidade giram em torno de outros objetos: a religião, a cultura, a etnia; a localidade é apenas contaminada por esses objetos. É, pois, tentador endossar o ponto de vista de Manuel Castells (1997, p.64): “*As comunidades locais, construídas na ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, são fontes específicas de identidade.*”

Esta pesquisa, que visa perceber a repercussão socioambiental de um lugar experimentando rearranjos no que tange à organização de sua comunidade, perpassa essencialmente pela afirmação identitária. Portanto, analisar as bases dessa comunidade é compreender até que ponto seus valores estão sendo mantidos ou transformados.

## UC's Reserva da Biosfera

*Em destaque Parque Nacional da Serra do Cipó e A.P.A. Morro da Pedreira*



*Mapa 1 – PNSCi Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, em destaque Minas Gerais e limites UC's e Reserva da Biosfera.*

### SERRA DO CIPÓ: CAMINHOS E DESCAMINHOS

---

*“A noite fresca e de um luar bellissimo parecia querer me convencer de que a serra não era absolutamente o inferno que me haviam descripto e, sim, um logar de panoramas admiraveis, um paraizo onde tanto havia de magestade como de poesia”. (SILVEIRA, 1908)*

A história e a geografia sempre caminharam intimamente relacionadas, embora a dissociabilidade tenha permeado os estudos e impedido um maior avanço entre as áreas nos últimos séculos. Atualmente os elos entre elas aumentaram, em grande medida, em função da indissociabilidade entre tempo e espaço. As possíveis leituras da realidade só se tornam eficientes se considerada a fusão entre esse binômio.

Na história da Serra do Cipó o ambiente acompanhou e sofreu modificações, em certa medida, em decorrência das mudanças ocorridas com a passagem dos anos e séculos. A transformação espacial afeta o meio físico, que por sua vez experimenta a prática de diferentes atividades: agricultura, criação de animais, extração de minerais, turismo e comércio.

As primeiras impressões registradas por Álvaro da Silveira retratam como o tempo vai mudando a história de um lugar. O que antes parecia intransponível se torna admirável cenário. É o caso da corrupiana, muito temida pelo alto da Serra, a partir também das Memórias de Ferreira (1999), em seu trabalho como recenseador: *“começou um vento frio, uma chuvinha fina e fria, caindo de banda. Quando cheguei no alto do morro, na tal vargem das flores e que tem a vista bonita de todo o vale do rio Parauninha, a serração desceu, a chuvinha apertou e o vento também. Peguei a famosa corrupiana da serra, como é conhecida esta chuva por lá”*.(p.93)

Moura (1999), em seu estudo sobre a Serra do Cipó, também enfatiza sobre o fenômeno climático local, que já gerou histórias fantásticas no imaginário popular. Descrita como uma neblina fria tocada por um vento gelado que de tempos em tempos recobre os altos da serra, reduzindo drasticamente a visibilidade, a corrupiana é na verdade um fenômeno ocasional que ocorre em diversas serras mineiras.

Para considerarmos a dimensão geográfica da história de um lugar, necessariamente passamos pelo fator tempo.

*“Falar em escalas temporais implica, então, em reconhecer a análise conjunta e indissociável entre as dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica da realidade”. (HAESBAERT, p.102)*

Estaremos, então, analisando a historiografia-geográfica deste lugar, como completude entre espaço e tempo, tendo como personagem central o homem e suas manifestações culturais, econômicas e sociais.

O lugar em que se passa nossa trajetória possui cenário privilegiado, primeiramente por abrigar uma parte do Maciço do Espinhaço e em segundo lugar por ser entrecortado pelo rio Cipó, tudo isso sob paisagens de cerrado que tornam o panorama encantador. A força daquela cadeia montanhosa, somada às curvas sinuosas daquele rio, compõem de forma majestosa esse lugar: distrito Serra do Cipó (ex-Cardal Mota).

*“A Serra do Espinhaço ganhou este nome porque lembra a coluna vertebral de um grande animal, com seu dorso ondulado. É uma imensa corcova que separa geograficamente as terras do mato-adentro, a leste, do sertão dos gerais, a oeste. Em outras palavras, é o divisor da mata atlântica, para o lado do nascente, com o cerrado, para o lado do poente. Ao todo são cerca de mil quilômetros de comprimento, com largura variando de cinquenta a cem quilômetros”. (GOULART, 2001, p.06)*

Para muitos visitantes a Serra já se tornou conhecida e, hoje em dia, com a ascensão da localidade em âmbito internacional, já está reconhecida e valorizada por instituições e organizações voltadas para o meio ambiente. Por se tratar de um lugar que possui influências externas (oriundas do turismo) e proximidade com a capital mineira, apresenta terreno fértil para a compreensão das manifestações culturais, fruto da tradição oral e, portanto, necessita de maior articulação entre os segmentos sociais, para somarem os ganhos desta ascensão ao bem estar da comunidade local.

A Serra do Cipó está impregnada de cultura, o que reflete em seu poder tanto do ponto de vista natural quanto social. Através da memória coletiva é possível revitalizar a história local ao longo do tempo. Assim o espaço é impregnado de significado e sentido.

*“Não é suficiente se reconhecer e se orientar. O explorador quer conservar na memória as terras que descobriu e fazer com que todos*

*a conheçam; para falar dos lugares ou dos ambientes, não há outro meio do que proceder ao batismo da terra e elaborar um vocabulário próprio para qualificar as diferentes facetas do espaço”.(CLAVAL,p.202)*

A colocação de Claval nos leva a pensar a gama de valores e sentidos que são atribuídos a um lugar; e, muitas vezes, influenciados pelo olhar do observador.

Ao denominarmos o título deste capítulo, pensamos na trajetória deste estudo que, em seu processo, encontrou caminhos e descaminhos, em função do leque de possibilidades que a pesquisa poderia contemplar. Em seu desenrolar, começávamos a engendrar por um caminho, considerando que traria pistas para o escopo da investigação e deparávamos com dificultadores que não contemplariam nossos objetivos. Até que, com idas e vindas, como a própria história da localidade demonstra, encontramos a real trilha a seguir. Esta perpassava por todo um levantamento da ocupação local até culminar na criação das Unidades de Conservação (PNSci e APAMP) e seus reflexos sócio-ambientais na atualidade.

Passaremos a esta descrição dando ênfase aos aspectos físicos, econômicos e sociais da localidade onde, poderemos, a partir daí, analisar a proporção do impacto para o distrito. Antes, porém, iremos perpassar por um breve histórico da ocupação local.

Os registros cravados em seus sítios arqueológicos, como Lapa da Sucupira e Lapa dos Gentios, ambas localizadas no distrito, remontam à presença de vida primitiva há pelo menos 8000 anos atrás. Observações mais recentes, realizadas por arqueólogos, consideram que os vestígios existentes são de pelo menos 12000 a 15000 anos, em alguns sítios da região<sup>1</sup>

Esta região era habitada por tribos indígenas do ramo Aratu-Sapucaí e, posteriormente, pelos Tupi-Guarani.<sup>2</sup>

*“Somos hoje, juntamente com os milhares de turistas que para lá afluem, os visitantes mais recentes de uma destinação já conhecida*

---

<sup>1</sup> Prous (2000) já atestava para a presença humana em Minas Gerais entre 11000 e 12000 anos atrás, a partir de pesquisas realizadas no “Grande Abrigo de Santana do Riacho”. Porém, essa nova afirmação ainda necessita de estudos mais precisos.

<sup>2</sup> Conforme registros, a descendência vem do tronco Macro-Gê .

*por naturalistas e bandeirantes muito antes de nós, e por índios e paleoíndios muito antes deles. Mais uma vez aqui a Serra vem exercendo seu fascínio, pois o registro desses primeiros visitantes lá ainda permanece. Procurar entendê-la na sua complexidade atual passa por também conhecer um pouco mais sobre seu passado”. (GONTIJO, 2002.p.48).*

Se no passado essas paragens foram ocupadas por homens primitivos, é possível nos certificarmos pelas suas impressões traduzidas em fascinantes pinturas rupestres. Estas representavam seu modo de vida, caça, pesca e alguns instrumentos utilizados por eles. Já em relação à presença indígena, muito pouco ou quase nada ficou...

Registramos através de Maria Estela Santos (comunicação pessoal), descendente também da família Ferreira e residente da Fazenda Cipó, que, quando menina, assistiu, impressionada, homens cavando próximo à propriedade e retirando restos mortais de índios que ali viveram. Não se sabe ao certo a localização da tribo, mas ela acredita ser um cemitério indígena. Ao indagar aos homens o que estavam fazendo, obteve como resposta: *“Esses ossos vão para um museu lá na Alemanha!”*

Ela observou que deviam ser índios enormes, pelo tamanho da ossada e os homens trabalharam incansavelmente, durante dias, até tirar tudo. Lamentavelmente, até nossas riquezas arqueológicas seguem para a Europa.

Os povos primitivos foram os primeiros habitantes da Serra do Cipó. *“As pinturas rupestres existentes nas paredes calcáreas e quartzíticas da região, principalmente no Abrigo de Santana do Riacho, testemunham que os primeiros habitantes foram os paleoíndios” (OLIVEIRA, 2002).*

Os arqueólogos acreditam na presença de ancestrais mongolóides na região. Prous (2000 a: 108) afirma que *“na Serra do Cipó, algumas figuras em forma de pente ou de grade parecem ser representações de armadilhas, dentro das quais os cervídeos aparecem presos”*.

Um descendente desses nativos que por aqui viveram e lutador da preservação cultural de seu povo relata:

*“É um lugar onde meus antepassados tinham registro, tinham deixado suas marcas. Essas marcas são desenhos nas pedras, nas montanhas, é um lugar muito forte, com cristais, com uma grande concentração*

*de energia mineral, a energia dos minerais. Nossos antigos tinham grande conhecimento deste lugar, onde faziam os ritos de passagem dos jovens guerreiros, ritos de propiciação da caça, da pesca, e da guerra quando pediam visões e sorte para as atividades que tinham que realizar para viver só daquilo que a natureza propicia aos homens que vivem na Natureza. (KRENAK, 2000, p.16)*

De acordo com Gontijo (2002) “*Krenak não tenta interpretar o significado das pinturas, ele simplesmente as traduz. Culturalmente mais próximo dos muito que pintaram aqueles painéis, Krenak, através de suas impressões transcende as tentativas de interpretação arqueológica*”.

Sabemos que esse lugar privilegiado por seus recursos naturais e encantador por sua beleza cênica atraiu homens em escalas temporais distintas, no entanto, foi no século XVIII que se deu início a sua ocupação efetiva.

## **2.1- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA**

*“O rio Cipó acompanha o sopé da serra desde a sua nascente na divisa do município de Itabira (distrito de Senhora do Carmo) com Jaboticatubas até desembocar no rio Paraúna a nordeste de Curvelo e sudeste de Diamantina. Foi certamente, por esta posição geográfica e pelo seu comprimento que o rio Cipó foi escolhido para marco divisório das fronteiras entre as Comarcas de Rio das Velhas e Serro do Frio, pelo Bando de 26 de abril de 1721, do Conde de Assumar”.*  
*(Rev.do Arq. Pub. Min. VI pág.592; cit. Carvalho, p.93)*

Foi através do sistema de doação de terras, para incentivar a ocupação no território brasileiro, que em 11 de maio de 1746, conforme documento do Arquivo Público de Minas Gerais, o Sr. José Ferreira obteve a outorga de grande extensão de terras, identificada como Sesmaria do Cipó. Essas terras receberiam, também, a denominação de Roça Santa Ana nas Jaboticatubas e, posteriormente, Fazenda Santa Cruz do Cipó.

A região, até então, não era habitada por “civilizados”, não havendo qualquer comunidade e nem sequer uma casa em toda essa área. Essa sesmaria tinha varias léguas de diâmetro, em uma grande extensão de terras, não sendo possível precisar seus contornos. Estima-se, entretanto, que seus limites abarcavam as atuais localidades de Jatobá, Vargem Gande, Curral Queimado, Espada, Usina, Vau da Lagoa, Palácio, Chapéu do Sol, Bandeirinhas, João Congo, Lapinha, Cardoso, Xiru, Açude, Campinho e Cardeal

Mota-Serra do Cipó, além de incluir as nascentes e primeiras vertentes dos rios Cipó e Paraúna. (AFONSO, 1957)

A propriedade da sesmaria foi transferida de José Ferreira aos irmãos Felício de Moraes e João de Moraes, vindos de Bom Jardim, localidade próxima à atual sede do município de Jaboticatubas. A primeira edificação erguida nessa área ainda encontra-se de pé, na Fazenda do Cipó. A atividade econômica explorada por eles foi o cultivo de mamona, que não lhes conferiu êxito. (AFONSO, 1957)

Em 1823, os irmãos Moraes venderam suas terras para o Guarda-Mor José dos Santos Ferreira, casado com Ana Teodora Bitencourt e Sá, de família abastada de Mato Grande, posteriormente chamado município de Santana do Riacho. O Guarda-Mor construiu novas instalações, a Casa Grande da Fazenda e uma Capela de São José Operário. A construção original permanece até hoje na sede da Fazenda do Cipó, que não sofreu transformações nestes 185 anos de existência. Estima-se que mais de 100 escravos trabalharam por lá. A população de negros era de mais de 300 e havia muitas senzalas. (AFONSO, 1957)

Possuíam animais e máquinas agrárias rudimentares, como eram todas daqueles tempos. Cultivavam milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, algodão e até mesmo o trigo. Havia na Fazenda do Cipó, às margens do rio, moinhos, engenhos de açúcar e atafonas.<sup>3</sup> Exportavam de tudo e só importavam o sal e tecidos finos, pois a roupa grosseira de trabalho era feita com pano de algodão, tecido pelas escravas nos teares da fazenda, nos quais se utilizava o algodão, também produzido por ali. Por meio de engenhosas atafonas e de pesadas prensas de madeira extraíam óleo de mamona e também de coco macaúba, este abundante e nativo nos seus terrenos. Os tropeiros faziam o escoamento das mercadorias e suas tropas chegavam, às vezes, perto do Rio das Velhas. (AFONSO, 1957).

As técnicas de cultivo eram atualizadas por autoridades próximas à família que traziam informações acerca da transformação agrícola adquiridas em viagens à Europa. As famílias tradicionalmente estabelecidas na região do Cipó descendem diretamente dos doze filhos do Guarda-Mor José dos Santos Ferreira e de seus escravos, como os Ferreira,

---

<sup>3</sup> Atafona – popular “tanfona”; espécie de engenho, máquina usada para quebrar mamona ou coco para fazer óleo. Movida por animais ou escravos.

os Santos, os Nogueira, os Siqueira, entre outras. A Serra do Cipó, primitivamente chamada de Serra da Lapa, ficou conhecida como Serra da Vacaria, segunda versão da família Ferreira da Fazenda Cipó, por ser pastagem do gado da Fazenda onde atualmente está o distrito.

Desde o século XIX, naturalistas estrangeiros passaram a viajar pelo interior de Minas Gerais. Conforme Gontijo (2003) constata, Eschwege chegou a Minas em 1811 e visitou desde a região do rio Guanhães, ainda habitada pelos índios Botocudos, até o Distrito Diamantino, passando pela Serra do Cipó, então chamada de “Serra da Lappa”. Assim como ele, Saint Hilaire, Spix & Martius, Langsdorf, Mawe, Burton entre outros, percorreram as terras mineiras, catalogando suas espécies da fauna e flora, além de produzirem um rico relato de suas paisagens.

A principal razão histórica para o estado de relativa preservação da Serra do Cipó foi a inexistência de jazidas significativas de mineral de alto valor. Durante o período de dominação da Coroa portuguesa era proibida toda e qualquer atividade produtiva em Minas Gerais, com exceção para o extrativismo mineral.

Saint Hilaire atravessou um trecho da Serra então denominada de Lapa, salientando sua importância ao ir do Tejuco (Diamantina) para Morro do Gaspar Soares (Morro do Pilar). O caminho que percorreu era privado, aberto pelo Intendente Câmara (Manoel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, Intendente do Distrito Diamantino), o mesmo que fez construir o primeiro alto-forno para produção de ferro da América Latina em Morro do Pilar. A Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar trouxe grande movimentação nessas paragens. Saint Hilaire conclui em seus relatos que esta serra é um dos trechos mais elevados e um importante divisor de águas.

*Mawe (1978), quando passou por Morro do Pilar, atestou para o início dos trabalhos que iriam culminar com a instalação da primeira siderurgia de minério de ferro brasileira (GONTIJO, 2003, p: 59).*

Quando era chamada de Vacaria, pertencia ao município de Santa Luzia; no entanto, hoje a área, na margem esquerda de quem vai subindo a Serra, antes da Cachoeira Vêu da Noiva, é conhecida como Vacaria.

Em 1939, com a emancipação do distrito de Ribeirão de Jaboticatubas para município Jaboticatubas, a região da Serra da Vacaria passou a pertencer a este. No ano de 1946 é

elevada a comarca, através de decreto-lei publicado em 15/5/1946, e a Serra da Vacaria a sub-distrito:

*“O sr. Interventor Federal submete ao Conselho Administrativo do Estado para estudo e aprovação, o incluso projeto de decreto-lei que visa a denominar “Cardeal Mota” a povoação situada entre os rios Cipó e Parauninha, distrito de Riacho Fundo, município de Jaboticatubas. Para isso, determina ainda a divisão do distrito de Riacho Fundo em dois sub-distritos, o primeiro compreendendo a vila deste nome e o segundo abrangendo, entre outros, o povoado anteriormente denominado Vacaria. Este último é que passa a chamar-se “Cardeal Mota”.*

Neste momento, muda-se o nome para Cardeal Mota em homenagem a D.Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, homem da igreja e com boa influência política, por descender de família tradicional da localidade (Santos Ferreira) e bisneto, pelo lado materno, do Guarda-Mor, mostrando interesse e disposição para valorizar a região junto ao Governador do Estado. A influência do cardeal pode ser percebida em testemunhos do tipo *“A dignidade de sua existência de homem só pode merecer uma comparação e esta com a própria dignidade do seu sagrado sacerdócio, esse mesmo que parece refugiar-se no seio de Deus de onde vem, como vínculo sagrado entre os atributos divinos e as fraquezas do homem”*, publicado no Jornal do distrito em 10/07/1973 (Arquivo Público Mineiro) .

O Sr. Antônio Dias Lage era prefeito nessa época e reabriu a escola que fora criada em 1946 e só funcionou de 1950 até 1954, por falta de professora e instalações adequadas. Em 03 de fevereiro de 1958 ela volta a funcionar, já como Escola Isolada D. Francisca Josina. O nome foi escolhido pelo Padre Olavo Ferreira de Araújo em homenagem à mãe de Cardeal Mota, que também tinha usado sua influência junto a políticos para abrir a escola.

*“D.Francisca Josina dos Santos Mota é o nome de uma distinta dama, virtuosa dessas que significam um dos marcos assinaladores do nosso patrimônio de reservas morais e das tradições de bondade do nosso povo”. (Jornal do distrito em 10/07/1973- Arquivo Público Mineiro)*

Em 1963, com a emancipação do distrito de Rancho Fundo para município de Santana do Riacho, Cardeal Mota é elevado a Distrito e passa a pertencer a esse município.

O primeiro prefeito eleito foi o Sr. José Ferreira Belizário, que mandou construir um prédio para a escola que funcionava no antigo Posto Fiscal de forma improvisada. Em agosto de 1965 estava pronto o novo prédio. Passou então a chamar-se Escolas Combinadas Dona Francisca Josina e, em 1966, Escolas Reunidas D.Francisca Josina.

Com o decreto nº 16244 de 08/05/74, recebeu a denominação de Escola Estadual “D. Francisca Josina” de 1º grau. Como pertencente à rede estadual a escola está completando, neste ano de 2008, cinquenta anos de muita luta para aqueles que fizeram parte de sua história. Somente no ano 2000 foi criado o Ensino Médio e desde 2006 estão funcionando turmas da Educação de Jovens e Adultos: EJA Fundamental e Médio.

O Sr. José Belizário também é proprietário do Hotel Veraneio, que representa o primeiro e mais tradicional meio de hospedagem da localidade. Criado em 1946 em um local privilegiado (nas margens do rio Cipó), o hotel recebia casais em núpcias e continua encantando turistas de todas as partes. Como um guardião da memória da Serra do Cipó, o Sr. José Belizário possui um dos únicos acervos relativo à história da localidade.

Em 1934 foi criada a Usina Doutor Pacífico Mascarenhas, pertencente à família Mascarenhas, para fornecer energia à Fábrica Têxtil Cedro Cachoeira. Sua barragem estourou em 1979 mas ela continua em atividade, abastecendo de potencial energético a indústria de São Vicente. Em Caetanópolis, foi construído um Museu com a história da empresa.

*“A família Mascarenhas instalou a Usina Dr. Pacífico Mascarenhas com turbinas e dois geradores produzindo uma energia de 2000 HP e uma capacidade para dar 6000 HP imediatamente, com possibilidade de elevar-se a 30000 HP mediante uma barragem em cima da serra. Esta barragem foi criada e criou um lago de extraordinária beleza panorâmica”. (CARVALHO, 1983)*

Outro marco importante da história da Serra do Cipó, com ênfase na concepção espacial, foi a construção da rodovia MG-10, estrada que a ligaria a Lagoa Santa e à nova capital, Belo Horizonte. Segundo relatos de Carvalho (1983) *esta serra opunha, porém, sério obstáculo às comunicações dos moradores da região oriental da mesma com a nova capital do Estado.*

Conforme observamos no “Mapa da Capitania de Minas Gerais com a Deviza de suas Comarcas” de José Joaquim da Rocha (1778), nenhuma estrada corria através do maciço

central da Serra do Cipó. Foi em 1922, com a posse do novo governo do Estado de Minas Gerais, que Raul Soares autorizou obras de melhoria da estrada que dava acesso a Vespasiano e aprovou a construção de uma estrada que desse acesso até a Serra, por haver apenas uma trilha para cavalos e bois.

*“No trecho de São José dos Almeidas até o sopé a linha fora lançada sem cuidadoso estudo prévio do traçado, em tangentes quase justapostas, sem atender às curvas de nível do terreno já bem acidentado, nem as possibilidades de vencer a serra do Cipó que se levanta abruptamente na direção da estrada”. (CARVALHO, p.102)*

Com muito empenho, o engenheiro Daniel de Carvalho fez parte da comitiva de estudos do Governo para definir a estrada de rodagem, sendo que *“aceitaram todos, afinal, o traçado da Vacaria até o Alto do Palácio. Daí em diante travou-se nova e renhida peleja na escolha da direção a seguir” (CARVALHO, p.112)*. A questão do traçado para Conceição do Mato Dentro não ficou resolvida com a bifurcação da linha na garganta do Alto do Palácio. Daí, a linha atingiria o vasto planalto da Serra, por onde se poderia desenvolver, com relativa facilidade, até encontrar a vertente oposta, cuja descida, viável por vários pontos, ainda oferecia bastante dificuldade. Todavia, alongaria a estrada para Conceição. O plano geral de execução da obra só foi aprovado em 1924, com seu traçado seguindo as diretrizes do plano rodoviário do Estado.

Carvalho (op.cit. p.119) afirma, ainda, que a linha lançada sobre a planta era a mais leve possível. Para evitar cortes e aterros faziam-se curvas a meia encosta, o que tornou, de certo modo, defeituoso o traçado, demasiadamente sinuoso e longo; mas as taxas regulamentares de declividade foram perfeitamente respeitadas. *“O serviço foi atacado por administração direta até o Alto do Palácio e, daí em diante, por empreitada, até Conceição. Os empreiteiros foram os engenheiros Hideiraldo Bandeirante da Rocha, mais tarde João Pedrosa e Maciel de Paiva” (CARVALHO, p.119)*.

Anos mais tarde, *“O Governo Milton Campos observou também o plano e, na estrada-tronco Belo Horizonte-Nordeste, prosseguiu no trecho N.S. do Porto- Guanhães- São João Evangelista e no tronco Belo Horizonte-Diamantina atacou as obras de Conceição a Serro. O Governo Juscelino Kubitschek, como parte do seu grande programa de energia e transportes, terminou em 1952, o trecho Conceição-Sêrro, da estrada Belo Horizonte-Serra do Cipó- Conceição- Diamantina e levando avante a estrada São João Evangelista-Peçanha, do tronco Belo Horizonte-Serra do Cipó” (CARVALHO, p.116)*.

De acordo com Gontijo (2003, p.66), “o século XX traria ainda algumas novidades em termos de intervenções humanas na Serra do Cipó. À tranqüila vida nas fazendas da região, que Ferreira (1999) deixa transparecer em suas memórias, somaram-se eventos relacionados tanto com a abertura de estradas como com a incursão de empreendedores, alguns bem sucedidos, outros nem tanto”. Neste momento, a localidade experimentava, assim como o restante do país, uma contínua corrente predatória dos recursos naturais.

*“Na Serra do Cipó repetiu-se o processo predatório de exploração que abrangia outras áreas do território brasileiro. Já naquela época, várias seqüelas no meio físico eram percebidas; e que ainda perduram até hoje e deverão levar algum tempo para cicatrizarem. O desmatamento, as queimadas sazonais, o pisoteio do gado nas várzeas, as lavras solteiras para extração mineral, era algumas das tarefas comuns nessa dinâmica de exploração” (OLIVEIRA, 2002).*

Em dezembro de 1962, uma grande enchente do Rio Cipó acontece, sendo que as águas cobriram todo o “terreirão da Fazenda Cipó”. A questão da água tem um caráter muito forte, por ser o lugar entrecortado por rios, nascentes e saltos magníficos na natureza. O principal rio possui um grande número de meandros e se apresenta como referência para a comunidade local.

É surpreendente a força trazida com as águas, através das estações e suas variáveis, impondo respeito e admiração pelos que estão sob sua influência. Outras enchentes vieram e tiveram a conotação da imposição da natureza lembradas e reafirmadas. Foram marcantes e sinalizam para a fusão entre tempo e espaço.

Nos anos 70, as atividades agrícolas e criação de gado e de outros animais continuavam a ser a forma de subsistência. Na fazenda Cipó, porém, havia uma fábrica. Seu Zé Croá, que foi um dos nossos primeiros entrevistados, saudoso, lembra:

*“Eles plantava roça em todo canto aí, né? Até lá pra cima da Serra da Bandirinha, o povo vivia de roça. Plantava mio, feijão, semente de algodão, arroz, andu. Cê conhece andu?”*

Ao responder que não, ele completa: “Andu é um feijão diferente né, dá numa arvorizinha, fava... É, eu trabalhei pode falar que a vida inteira foi lá no Cipó Veio, eles fala Cipó Veio- Fazenda do João Nogueira. Tinha uma fabricazinha de sabão né, sabão

*de côco macaúba, sabão muito bom. Eu trabalhei lá uns 40 anos mais ou menos. Vendia pra fora, pra todo canto, pra Vespasiano, Belo Horizonte, Conceição do Serro.”*

Esta fábrica encontra-se em atividade até hoje, e continua a fornecer sabão para várias localidades; significa o aproveitamento dos recursos naturais que existem no lugar, em grande quantidade. As macaúbas são marcantes e enchem de beleza a paisagem do cerrado.

## **2.2- NOS CAMINHOS DOS ANOS 80**

*“É, uns vinte anos atrás da ponte do campinho (Hotel Veraneio) até no pé da Serra tinha umas trinta casa, umas trinta casa só. E depois aumentô essa quantidade de casa”. (Seu Zé Croá, morador)*

É nesta década que o Parque passa da esfera estadual para federal, em 1984, e a ser gerido pelo IBAMA. Estaremos tratando desta questão mais detalhadamente no próximo capítulo. Mais é neste momento também em que o lugar começa a sentir os efeitos maiores do processo de transformação na sua configuração espacial.

Seu Zé veio para a Serra com 16 anos e acompanhou todas as mudanças nestes mais de cinquenta anos de vivência. Em relação ao Parque comenta: *“quando passou a ser federal veio o IBAMA. Aí já foi chegando e proibindo de prantá, o povo tinha muitos que prantava assim mesmo contra a vontade deles, mas aí eles foram apertando aos pouco pra não brigá né, foi apertando e agora não deixa”*.

A partir de uma compreensão antropogeográfica, a transformação do espaço, com o aumento da área de proteção integral, provocou um redimensionamento nas atividades da comunidade local. Além dessa mudança, os valores e a identidade local se viram ameaçados em função da chegada de novos atores<sup>4</sup>. *“As diferenças de valores são*

---

<sup>4</sup> Aqui entendidos como os novos moradores, semi-residentes ou residentes de fins de semana e os turistas.

<sup>5</sup> Segundo Fonteles (2004) o estudo socioambiental corresponde às características de uma sociedade ou comunidade relacionadas ao ambiente em que vive. É realizada uma leitura mais ampla do espaço, como ele é produzido, através dos processos ecológicos e não mais só ênfase no viés tecnológico.

*percebidas através da introdução de outros valores, particularmente os urbanos, acompanhadas de novos hábitos de consumo e novos comportamentos, além de transformações espaciais causadas por novas construções” (PEREIRA, 2001).* Desenvolveremos essa questão com mais detalhe ao longo do estudo, uma vez que a repercussão socioambiental<sup>5</sup> das UC’s representa o questionamento central desta pesquisa.

Podemos sentir, através das entrevistas, que os novos moradores e turistas se apropriaram do lugar em maior escala do que a comunidade tradicional. É como se o turismo desse uma ‘nova cara’ a Serra e esta passasse a ser explorada mais pelos que vem de fora.

*“O Cipó, sabe como o pessoal falava? Não era Cipó era um sertão. Por que sertão? Porque sertão na minha mente era um lugar vago, para todo mundo, mais família. No Cipó hoje não tem povo de antigamente, tem muita gente de fora” (Piedade, moradora da área do Parque).*

A comunidade inserida no distrito Serra do Cipó, é de maneira geral receptiva e acolhedora. É perceptível o misto de influências tradicionais e modernas, como a conversa ao redor do fogão a lenha na cozinha e o filme em DVD na sala; ou então, a procissão da Igreja e as noites badaladas nos restaurantes com música ao vivo. Contrastes que compõem essa comunidade que vive de maneira simples e agradável na sincera rusticidade do meio.

Com uma rotina de trabalho fora e cuidados com o lar, levam a vida com seriedade e descontração, em um paradoxo que se completa com encontros para comer um frango ou fazer um churrasco na casa de alguém. Como em qualquer lugar pequeno, as pessoas se conhecem e comentam sobre as outras, porém há um espírito de solidariedade e cumplicidade implícitos em cada um.

As influências externas ameaçam a identidade e os valores locais à medida que a comunidade dá abertura e assimila os hábitos e costumes dos citadinos.

*“Eu acho que a identidade e cultura da Serra do Cipó em parte ela já está ameaçada por causa da modernidade. O turismo influencia na mudança de identidade porque muitas pessoas querem ser como as pessoas que vêm de fora. Usar as mesmas roupas, falar do mesmo*

---

*jeito, copiar o turista que vem. Muitas pessoas trabalham um mês para comprar um boné. Eu acho isso um absurdo!” (Flor, condutora ambiental e moradora do Açude).*

Esse olhar voltado para o outro, o diferente como melhor, como atual, e a necessidade de adequar-se provocam uma descaracterização dos costumes em um processo de massificação cultural.

*“Eu acho que a gente não perde nada em manter a personalidade, a identidade. As pessoas que estão chegando é que têm que adaptar às pessoas do Cipó e não as pessoas do Cipó com as pessoas que vem de fora” (Flor).*

Fomos percebendo que a comunidade tem consciência desta ‘invasão’ mas, ao mesmo tempo, se deixa levar pelas influências externas, como se fossem mais importantes que suas próprias raízes. Os hábitos, aos poucos, vão sendo assimilados na maneira de falar, de vestir e até em relação a drogas<sup>6</sup>, que vêm se tornando um risco sério que a comunidade, em especial a juventude, está correndo.

A partir das implicações de implementação do Parque, com suas desapropriações as famílias foram saindo e a maioria foi tentar a vida na capital e adjacências. São poucos os que se adaptaram à nova dinâmica. Os que partiram dificilmente estarão gozando da qualidade de vida que tinham antes. *“Quase não existe mais população remanescente tradicional” (Henri Collet, chefe do PNSCi).*

Em uma de nossas conversas, Henri veio nos confirmar o que já estávamos observando em relação à proliferação de lotes, condomínios e ruelas. As famílias, que estão fora da área do Parque e dentro da APA, e que possuíam pedaços de terra, foram retalhando sua área e vendendo. Alguns vendiam, aos poucos, seus lotes, depois de dividir seu terreno. Outros já vendiam toda área para um comprador de fora, interessado em investir na expansão turística e imobiliária que o lugar experimenta.

O que ocorre é que a pequena parcela da comunidade remanescente, que tinha terras na Serra do Cipó, ao vender sua propriedade passou a viver daquela renda até ela se esgotar. Esse fato resultou na baixa renda e piores condições de vida avaliadas nesta pesquisa. O

---

<sup>6</sup> O problema das drogas atinge todas as camadas da população atualmente em qualquer parte. A facilidade ao acesso e os mecanismos ineficientes de prevenção são os principais responsáveis por essa propagação.

mercado turístico foi absorvido, em sua maioria, por pessoas ‘de fora’; principalmente de Belo Horizonte.

*“Os moradores foram vendendo seu terreno em pequenos lotes e muitos foram embora. Os que ficaram, trabalham em subempregos e vivem em condições precárias” (Henri Collet, chefe do Parque).*

Desde seu início o Parque enfrenta diversos problemas, sendo que o IBAMA foi visto como vilão, por muito tempo, pela comunidade local. Nesta fase, o conflito com o IBAMA era especialmente devido à falta de documentos e registros das terras.

*“Chegou a florestal primeiro, embargando as prantação, não podia prantá mais que era área de preservação e teve gente que brigô, bateu boca com polícia, queria enfrentá a polícia mesmo, queria enfrentá florestal. Outros já não achava bom, mas não falava nada né?” (Seu Zé Croá, morador tradicional).*

Outra constante são as queimadas ou “incêndios criminosos”, que representam uma prática da cultura local na criação de gado. Seja na intenção de fazer pasto ou de enfrentar os administradores do Parque, o fato é que sempre houve o uso do fogo. Neste período, o Parque contou com o apoio de voluntários para apagá-lo, sendo que hoje já existe uma Brigada de Combate. Parece-nos bem mais eficiente o Parque investir em prevenção, ao invés de buscar só o combate aos incêndios. Certamente é uma tarefa árdua, porém com retorno inestimável.

Em 1987, foi criada a Associação Comunitária João Nogueira Duarte – ACJND – um instrumento importante para promover a mobilização e diálogo entre a comunidade e órgãos públicos. A função social de uma entidade organizada da sociedade civil vai além da defesa dos interesses sociais, pois possibilita a participação da comunidade na gestão local.

É um mecanismo democrático, que envolve seus integrantes a legislar, ou seja, conhecer as leis e fazer valer seus direitos. No caso da ACJND, sua atuação esteve mais voltada para o abastecimento de água da população do distrito através do sistema de concessionária. Com a expansão local, ficou inviável para a Associação continuar provendo seus moradores de recursos hídricos. O problema foi levado à Prefeitura, que fechou concessão com a Copasa.

A Associação desenvolveu alguns projetos e fez algumas parcerias que tiveram sucesso e deram retorno à comunidade. Por exemplo, a implantação de uma rádio e parceria com o Senac, que ofereceu cursos de capacitação para cozinheiros, garçons, entre outros. Infelizmente a rádio foi desativada, no entanto, o projeto da criação de uma rádio educativa está em tramitação.

A partir de dados da Prefeitura, em 1989 houve uma ampliação territorial do distrito, através da Lei Municipal 160/89. Esta expansão levou o distrito a ocupar maior área na APA- Morro da Pedreira, que seria criada no ano seguinte.

Até o final desta década a comunidade vivia basicamente das atividades agropastoris, sendo que o crescimento do turismo só iria se efetivar em meados de 90. Até então a comunidade local estava com seus valores ainda preservados e seus costumes bem enraizados.

### **2.3- TRILHANDO PELA DÉCADA DE 90**

*“Se não existisse o Parque muitas pessoas já teriam ido embora por falta de emprego. Muitas coisas teriam desaparecido, sumido. A especulação imobiliária ia aumentar e talvez, o rio Cipó seria como o rio das Velhas.” (Flor, condutora ambiental)*

Em 1994 foi criado, por professores da UFMG, o Projeto Bandeirinhas. Em seu escopo foi ministrado um Curso de Capacitação de professores na área de Educação Ambiental, nas escolas vizinhas ao Parque. Deste projeto resultou a reestruturação do currículo nessas escolas, dando ênfase à Educação Ambiental. Dentre seus objetivos estava a profissionalização dos alunos da região em atividades relativas à preservação do patrimônio natural e à prestação de serviços turísticos. Assim, criava alternativas concretas para a ocupação da mão-de-obra disponível, que pudesse gerar recursos, fazendo com que o incremento do turismo criasse um mercado local de trabalho, melhorando conseqüentemente as condições de vida da comunidade.

Ao se perceber que a cultura do lugar estava ameaçada, foi proposto um outro projeto: Mãos do Cipó. Este visava reunir os artesãos da Serra para a produção de artesanato e a realização de feiras, objetivando a geração de renda e valorização da cultura local, tendo

como consequência a melhoria das condições de vida das pessoas. O Projeto Mãos do Cipó – Artesanato e Qualidade de Vida na Região da Serra do Cipó foi enviado para órgãos que apóiam a preservação do meio ambiente, sendo aprovado pelo Programa de Pequenos Projetos da ONU e recebendo apoio financeiro para suas atividades. Apesar de ser uma proposta boa, o projeto teve vida curta, começando em 1996 e acabando em 1998. Os artesãos foram se desmobilizando e as feiras escasseando até se extinguirem completamente. É lamentável, pois ali estava um caminho para a revitalização da cultura e propagação, para as novas gerações, do artesanato local.

Outro projeto que foi desenvolvido nesta década pelas Faculdades Integradas Newton Paiva e IBAMA, Projeto Pepalantus, tinha também como foco a Educação Ambiental. Essa parceria contribuiu para a formação de uma imagem mais positiva do IBAMA visto que, em pesquisa realizada na época, a atuação desse órgão obteve 50% de aceitação popular e 70% de aprovação entre os comerciantes. Esses dados foram fornecidos pela administração do IBAMA.

Em 1996, a ACJND adquiriu a concessão pública de abastecimento de água para o distrito, constituindo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. Havia, então, cento e oitenta residências e quatro pousadas. Já em 1999 foi criada a Fundação Comunitária Rio Cipó que, instituída pela Associação Comunitária, tinha como proposta inicial fazer um lar para idosos. Depois a idéia perdeu força e a direção da Fundação preferiu dinamizar um espaço de convivência. Assim, foram criados cursos de costura, bordado e tecelagem no tear.

Outra iniciativa que partiu da Fundação foi a criação da Liga das Mulheres. Visando ampliar a atuação das mulheres no mercado de trabalho, elaboraram um cadastro com pessoas do sexo feminino interessadas em trabalhar, para atender à alta demanda de serviços requisitados por visitantes, turistas, comerciantes, empresários e até mesmo outros moradores do local.

Em 1997 foi criada a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços da Serra do Cipó, que a princípio buscava agregar as atividades econômicas em uma entidade que organizaria suas demandas e poderia levá-las de forma legítima ao pleito municipal, através de sua representatividade. No entanto, por razões partidárias, ela

perdeu força e adeptos. Chegaram a mobilizar empresários dos vários setores e a produzir um jornalzinho: Folha do Cipó.

Hoje a Associação luta para se manter e necessita viabilizar ações concretas em favor do planejamento e atuação dos segmentos da economia local.

Passaremos à descrição de alguns depoimentos que retratam o sentimento da comunidade local, acerca das novas influências, resultantes da mudança de foco econômico gerada pela pressão externa.

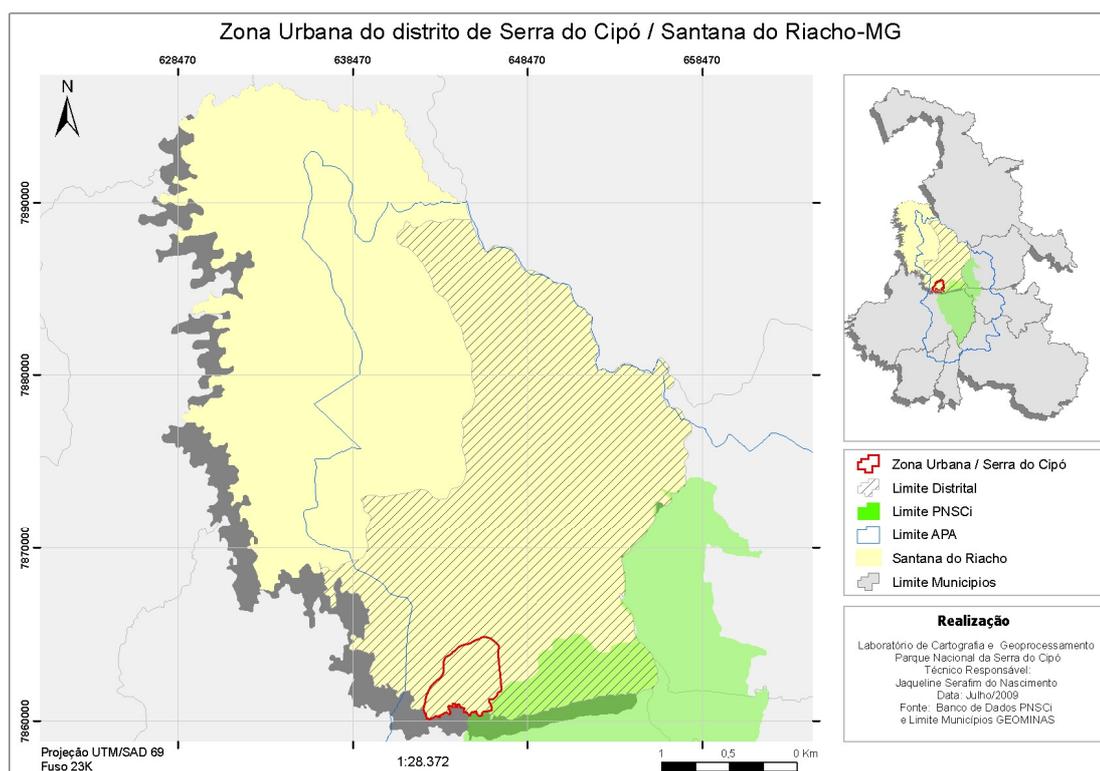
## **2.4 - PERCEPÇÕES DA ATUALIDADE**

Com o advento do século XXI, a Serra do Cipó, em termos espaciais e sociais, apresenta uma nova configuração. Com a consolidação de sua vocação turística, o espaço toma uma dimensão de valor que ultrapassa os valores da comunidade local. É como se os interesses que prevalecem, ou seja, econômicos, não se preocupem com os reais anseios de quem ali vive.

Com uma população de aproximadamente 4.000 habitantes no município de Santana do Riacho sendo 2.400 habitantes no distrito Serra do Cipó, incluindo a população flutuante<sup>7</sup>. O lugar sofreu uma grande expansão urbana (Mapa 2); diretamente relacionada à atividade turística e a proximidade com a capital do Estado.

---

<sup>7</sup> Existem alguns conceitos para população flutuante; aqui entendida como o grupo de pessoas que possuem vínculo com o lugar: semi-residentes, portadores de título eleitoral na localidade, prestadores de serviços temporários.



Mapa 2 – Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, em destaque a Zona Urbana do distrito Serra do Cipó.

Em 2007 foi produzido um vídeo-documentário sobre o distrito, intitulado: “O Lugar que a gente vive”. Esse vídeo contou com a colaboração de alunos de Cinema da UNA e de alunas do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Francisca Josina. Acompanhamos toda a elaboração, preparação e execução da produção.<sup>8</sup>

Foram escolhidas para serem entrevistadas pessoas nascidas e criadas na Serra, ou seja, que presenciaram toda a transformação recente. Com o objetivo de analisar o ontem e o hoje, a primeira pergunta foi: *Como era a Serra antes?*

*“Ela era muito mais bonita do que hoje, porque não tinha nada de artificial. O clima era bem mais agradável. As pessoas eram excelentes, ótima vizinhança, ótimas companheiras. Todo mundo era uma família!” (Dodora, moradora da Fazenda Cipó)*

Essa moradora realça o sentimento de família e de solidariedade existente entre eles, além de ressaltar o clima mais agradável e a inexistência de construções e modificações no lugar.

<sup>8</sup> Esta iniciativa partiu da Prof.(a) Maria Inês (UFMG), com o apoio da Comissão de Mobilização para elaboração do Plano Diretor do município de Santana do Riacho. A idéia central é revitalizar a memória coletiva, através de depoimentos de moradores tradicionais, e reforçar os laços identitários.

*“Quando eu era menina, era uma maravilha de lugar! A gente passava naqueles trilho, tinha lugar que a gente tinha que abri, às vezes chuvia, nós lá ia pra escola passando naqueles trio, só tinha um triozinho assim” (Maria, moradora das margens do Soberbo)*

Pelo relato de Maria percebemos a transformação do lugar que antes guardava suas características naturais. Demonstra um sentimento de pertencimento ao lugar, desbravando e percorrendo caminhos com profunda adaptação e alegria.

*“Eu, pra mim é igual eu tô dizendo. Igual eu vi a Serra antes, que eu conheci a Serra, ninguém nunca mais vai vê a Serra, nunca mais. A Serra era a maior tranqüilidade, a Serra era um sonho de Serra!” (Zé Raimundo, morador)*

Esse morador comenta sobre um lugar tranqüilo que não existe mais. O desenvolvimento da Serra trouxe também os perigos e inseguranças de quem experimenta o novo. Seu Zé transmite nostalgia de um tempo saudoso que não volta mais.

*“Na Serra era muito bom! Um povo muito humilde, ninguém tinha pressão, nem nada! Não tinha, não vinha mau elemento nenhum, mas, só não tinha carro pra levá a gente quando a gente adoecia, os menino, a gente tinha que se virá nos chá da Dona Lelinda aí da Fazenda do Cipó” (Dona Raimunda, moradora)*

Dona Raimunda ressalta a pressão que sofrem com as influências externas invadindo o espaço interno. A preocupação na época era apenas com a saúde, por não ter transporte, mas resolviam o problema com as ervas locais. Faz uma observação interessante, ao relatar a ausência de ‘elementos perigosos’. A Serra atualmente recebe pessoas de todo tipo de formação e origem.

*“Essa Serra tudo foi feito na mão! É triste, é triste, mas não é aqui só não, é o mundo todo tá desse jeito e cada vez vai pior...” (Seu Teobaldo, morador da margem da rodovia).*

Esse morador lamenta a expansão do lugar e com pessimismo alerta que essa situação é geral. Saudoso lembra que o que foi feito antes era com o próprio suor dos moradores. Além de ressaltar a tendência e consolidação da expansão planetária.

*“Antigamente era bom que a gente vivia uma vida tranqüila, podia dormir com a casa toda aberta, não tinha roubo, não tinha nada. Hoje em dia tá cada vez pior!” (Dona Maria, moradora)*

Mais uma vez é enfatizada a questão da segurança. A Serra por ser invadida por pessoas de todas procedências, tipos e diferentes lugares, gerando desconfiança e medo. D. Maria faz uma análise do aumento progressivo da insegurança. Hoje acontece casos de assaltos a casas e problemas com venda de drogas, por pessoas que não moram no lugar.

*“Aqui não tinha nada aqui uai, agora cresceu tem posto (de saúde), padaria, essas coisas, farmácia né? Já ajuda bem, mas, de primeiro não tinha nada, só mato mesmo!” (Dona Naná, moradora)*

Dona Naná levanta os aspectos positivos do crescimento, como infra-estrutura e serviços antes ausentes. Demonstra que esses recursos facilitam a vida e apresentam-se como desenvolvimento do lugar.

Esses depoimentos são muito significativos, por retratarem a opinião e percepção da comunidade acerca das modificações ocorridas no lugar, ao longo do tempo. Notamos que as transformações atingem com mais intensidade aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer um outro lugar, bem mais tranqüilo e que, portanto, permitia as práticas sociais de costume.

Ao analisarmos os depoimentos da camada jovem da comunidade local, o sentimento já é diferente: a maioria valoriza esse desenvolvimento súbito do lugar e acredita que ainda precisa crescer mais. Existe neles uma mistura de valores tradicionais e uma necessidade de se adequarem aos hábitos de quem vem de fora. Essa confusão os faz oscilar entre um e outro, o velho e o novo; alguns já perceberam a necessidade de manterem seus valores e partem para a revitalização da cultura através da dança e da música.

Um exemplo disso é o grupo Candoá, coordenado por Cuta, originário da Comunidade do Açude, com o objetivo de revitalizar valores culturais da localidade através da dança Afro. Por serem remanescentes de escravos buscam afirmação de sua raça com música e dança, no ritmo dos tambores e da origem africana.

Em relação à juventude da Serra do Cipó é preciso mais atenção. Ao terminar o Ensino Médio não há mais opção de estudo, limitando suas possibilidades de instrução, o que também reflete na ocupação profissional. Os que estão empregados atuam em prestação de serviços a pousadas, restaurantes, comércio em geral e auxiliar de obra. Nota-se uma carência de cursos profissionalizantes ligados à atividade turística, que gerem uma valorização destes jovens no mercado de trabalho.

Uma faculdade também supriria o desejo de muitos interessados em ter uma profissão, mas que não têm condições de sair para manter os estudos fora. A formação dos jovens pode se estender a oficinas e mini-cursos oferecidos pelas entidades e organizações atuantes no lugar. O que importa realmente é possibilitar o preenchimento do tempo da juventude com atividades úteis que os impeçam de se envolverem com hábitos nocivos as suas vidas como bebidas e drogas, dentre outras práticas.

O PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ E A APA – MORRO DA PEDREIRA

---

3.1 - ANTECEDENTES E PRECEDENTES

*“As unidades de conservação ou reservas naturais são áreas destinadas à ordenação do processo de ocupação em territórios que apresentem aspectos naturais relevantes, tais como: mananciais hídricos, sítios geomorfológicos, remanescentes vegetacionais em diversos estados de conservação, endemismos de fauna e flora, espécies ameaçadas de extinção, entre outros”. (CAMARGOS, 1999:06)*

Em um contexto dominado pela ordem globalizante, cuja lógica capitalista sobrepuja qualquer limite econômico ou espacial, a natureza se ergue e ao mesmo tempo fica sucumbida à “ação do desenvolvimento”. Diegues (1996), no sentido de elucidar a relação homem/natureza através dos mitos e simbologias e como eles surgem nas sociedades modernas, coloca que há uma busca pela aproximação com o mundo natural para afastar a ameaça da perda da “vida selvagem” pela civilização urbano-industrial.

O mito do Paraíso Perdido, neomito ou mito moderno está impregnado do pensamento técnico-racional, representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica, etc. A idéia da natureza em seu “estado puro” é ilusória, uma vez que o meio natural vem sofrendo transformações há milhares de anos, como reflexo da diversidade cultural e da dicotomia entre homem e natureza.

A noção do mito naturalismo, da natureza intocada do mundo selvagem é uma representação simbólica. Jonh Muir e Thoreau, chamados de “preservacionistas puros”, justificam a criação de áreas naturais protegidas: *“As imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser”*.

A força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la. Ao mesmo tempo, a criação de unidades de conservação implica, muitas vezes, na usurpação dos direitos à terra das populações locais e a expulsão de suas terras implica impossibilidade de continuar existindo como grupo de uma determinada cultura.

O conhecimento tradicional é coletivo e a inovação tradicional não pára no espaço e no tempo, sendo patrimônio comum das comunidades. Resta saber até que ponto a população afetada na implementação de UC's. está realmente envolvida. Quando se envolve, que peso efetivo esse envolvimento tem na criação de políticas públicas ou no beneficiamento deles em áreas protegidas?

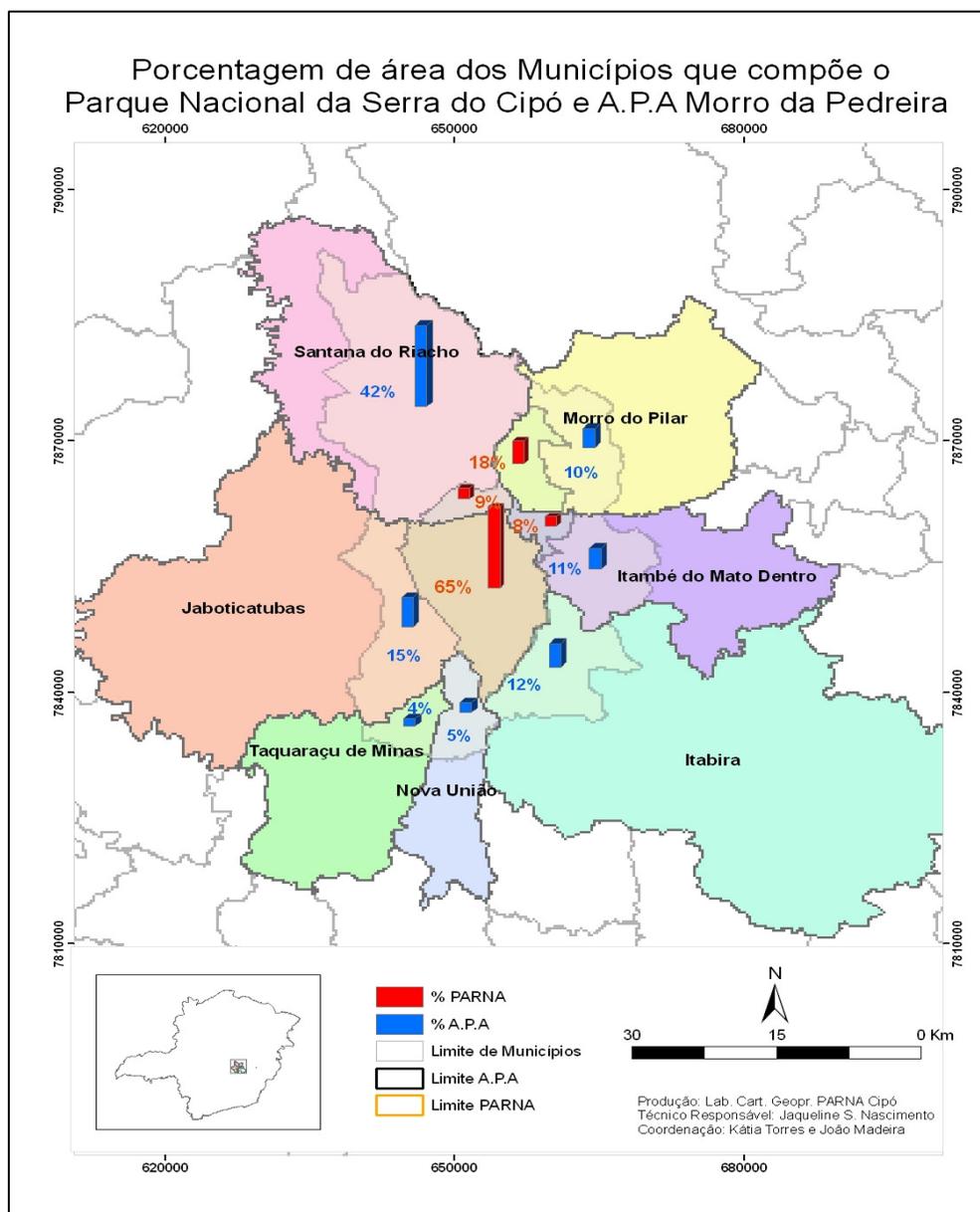
*“Expulsar as pessoas que sempre habitaram uma terra e a povoaram com seus mitos e seu imaginário, significa cortar os elos que se enraizaram à terra ao longo da história de vida desses povos”. (DIEGUES, 1996)*

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, criado através da Lei nº 9985/2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Elas estão divididas em dois grupos, com características específicas: Proteção Integral e Uso Sustentável.

Conforme os parágrafos 1º e 2º do Artigo 7º dessa Lei, o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei; e o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Aqui estaremos tratando de duas UC's, cada uma pertencente a um grupo. O PNSCi está na categoria Proteção Integral e a APAMP, uso sustentável. Sendo categorias distintas merecem tratamento diferenciado; no caso da Serra do Cipó, até pouco tempo a gestão das UC's era feita pelo IBAMA. Atualmente houve a divisão, sendo o IBAMA responsável pela fiscalização e o Instituto Chico Mendes na gestão das Unidades de Conservação. (Mapa 3)

O processo de criação dessa área de preservação iniciou-se com a lei Estadual nº 6605 de 14/07/75, autorizando o Executivo a criar o Parque Estadual da Serra do Cipó, entre os municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro, em uma área de 27.600 hectares. A Lei n 6681 de 10/11/75 e o Decreto n 19278 de 03/07/78 foram mais dois instrumentos legais sancionados pelo Governo de Minas Gerais para a implantação dessa Unidade de Conservação.



*Mapa 3 – Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, Municípios Confrontantes e estimativa de porcentagem de área de cada município nas referidas UC's.*

Em 1981, o então IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal criou uma comissão, com o objetivo de estudar a viabilidade de mudar o Parque Estadual para a esfera federal. Neste sentido, através do Decreto n 90.223, publicado no Diário da União em 25/09/1984, foi criado o Parque Nacional da Serra do Cipó. Os motivos que justificaram a criação da Unidade de Conservação foram: proteção da fauna e flora da Cadeia do Espinhaço e particularmente da Serra do Cipó devido ao alto grau de endemismo de suas espécies; proteção da bacia de captação do rio Cipó, importante pelas suas cachoeiras e águas límpidas; e preservação das belezas cênicas da região, que

vinham sendo ameaçadas por situações impactantes como queimadas para formação de pastos, retiradas de plantas ornamentais e extração de madeira para utilização como lenha e produção de carvão.

O processo de desapropriação começou através do IBDF, com adesão de 43% dos proprietários. Muitos não se manifestaram, ou a documentação apresentada não foi satisfatória, sendo que, em 30/09/87, um decreto federal instituiu a ocupação via desapropriação. Conforme depoimentos coletados, houve conflitos e a situação foi traumática para muitos, significando a perda da propriedade e uma mudança radical no modo de vida.

Há controvérsias em relação a esse processo de desapropriação, que serão detalhadas a partir das entrevistas com moradores da área do Parque e funcionários do IBAMA. A comunidade local não foi preparada nem informada, a princípio, sobre as transformações que ocorreriam e o redimensionamento espacial que estava se firmando. O lugar veio experimentando mudanças sem o desenvolvimento de uma consciência ambiental, além da falta de esclarecimento a respeito da importância da criação de áreas de conservação.

A relação do IBAMA com a comunidade teve início em 1989, com problemas devido às sanções impostas de uso e ocupação do solo, além dos entraves para a desapropriação das terras e da morosidade no processo de indenização. Esses fatores levaram ao fogo intencional na Unidade de Conservação e entorno, e a uma forte agressividade por parte dos moradores locais para com os funcionários do IBAMA.

O desgaste da imagem da instituição diminuiu sua credibilidade, estabelecendo uma situação de enfrentamento da comunidade com o órgão. Antes da instalação da Unidade de Conservação, o principal produto comercializável era o arroz, cultivado na vazante do Rio Cipó. A demarcação do Parque prejudicou essa lavoura, pois as terras que ficaram disponíveis não eram adequadas para o cultivo desse cereal, que necessita de áreas de várzeas; conseqüentemente extinguiu a cultura de arroz na localidade.

Com a implantação do Parque o comércio ganhou espaço, com a abertura de vários estabelecimentos, entre eles, restaurantes, supermercados, lojas de artesanato e materiais de construção. A abertura de pousadas também viria a aumentar 10 (dez) vezes; em 1990,

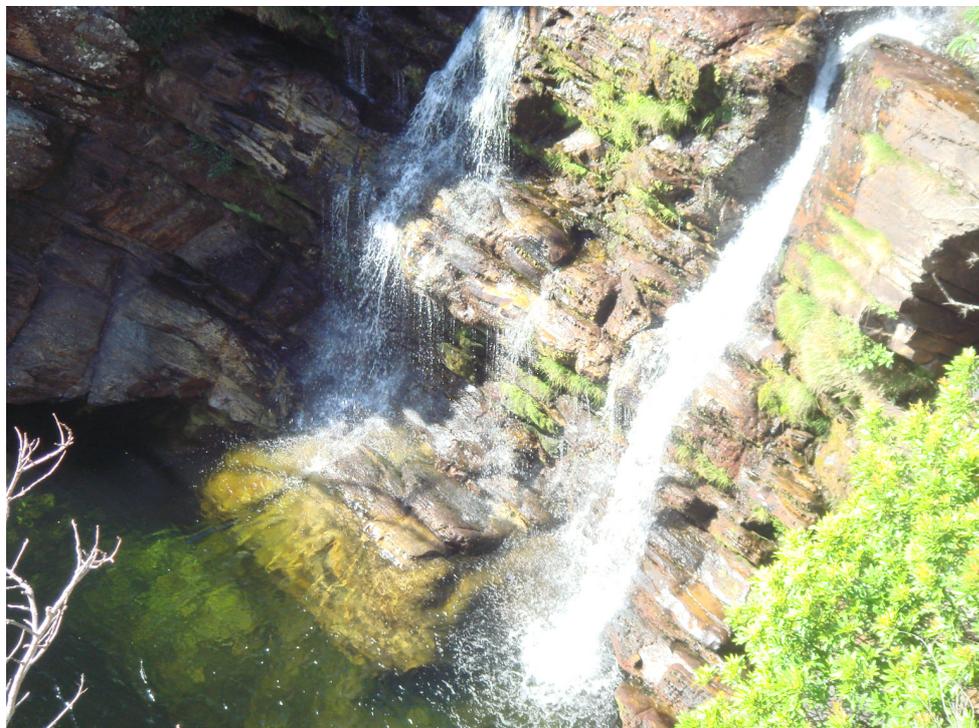
eram 6 (seis) pousadas, já em 2008 contabilizava mais de 70 (setenta) meios de hospedagem.

Naturalmente, a introdução de uma Unidade de Conservação de tanta relevância quanto um Parque Nacional, e também em decorrência de sua extensão gerou resistência e conflitos entre os envolvidos:

*“De maneira geral, a imagem do IBAMA na ocasião da implantação do parque era negativa, principalmente por causa das formas de atuação do órgão, dos problemas pendentes como: entraves da desapropriação das áreas, da demora no processo de indenização e das sanções impostas à população (uso e ocupação do solo). Esses fatos desgastaram a imagem da instituição e diminuíram sua credibilidade junto aos moradores”. (SANTOS 1998)*

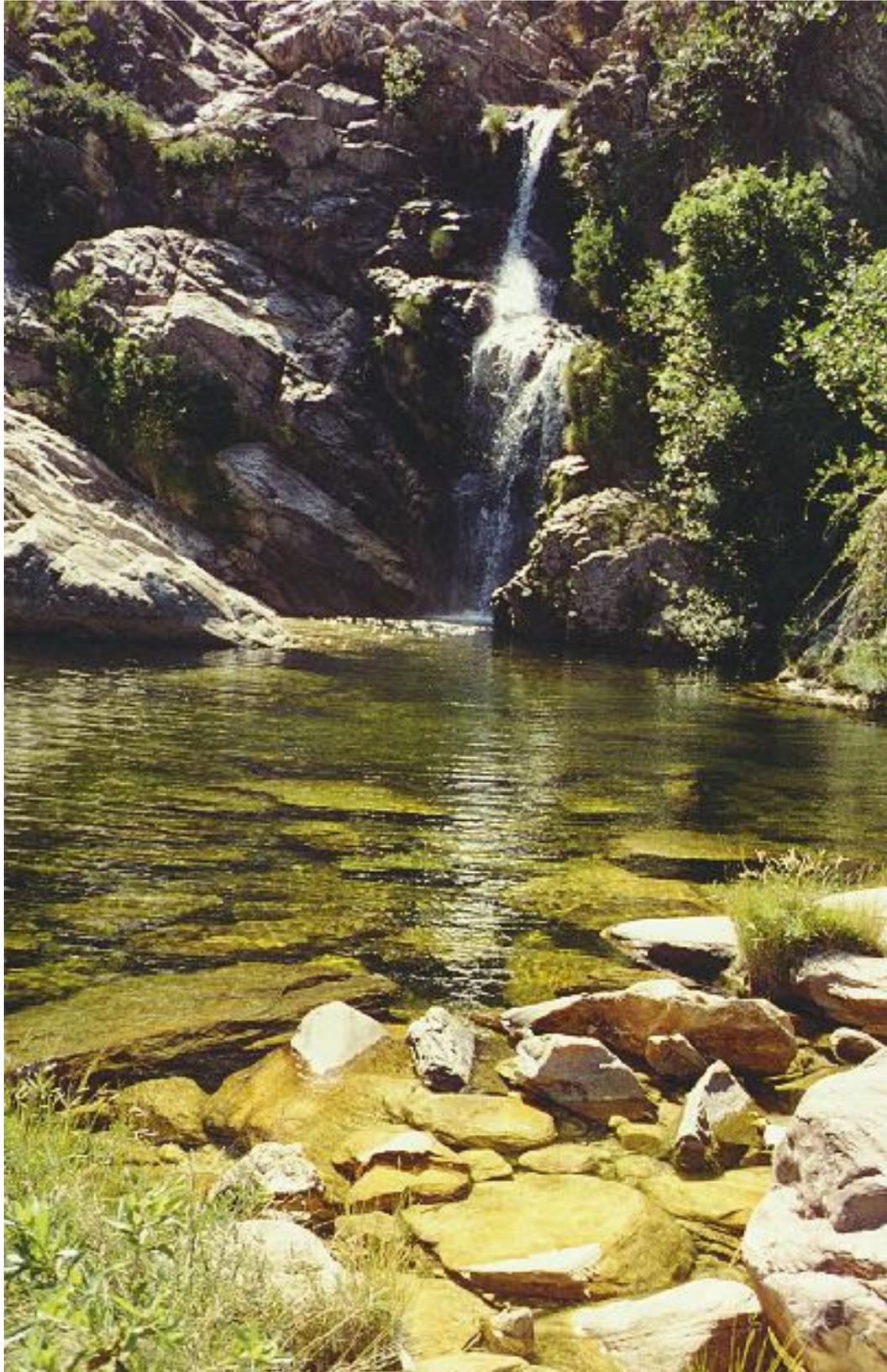
Veremos logo à frente que esta situação melhorou, ou ao menos foi amenizada, com o passar do tempo.

Paralelamente a esse processo de expansão e urbanização do lugar, ocorre um movimento de adequação da comunidade local ao ritmo que o turismo está lhes impondo.



*Figura 1: Farofa de Cima/ Antigamente chamada Cachoeira do Sobrado*

A existência de um Parque Nacional é o ‘cartão de visita’ que atrai os turistas, o surpreendente é a baixa visitação à U. C. Este fato reflete a dificuldade de acesso dos atrativos naturais, considerando a grandeza da área mas não se justifica uma vez que cachoeiras belíssimas como Farofa (Figura 1), Gavião (Figura 2), Andorinhas, Tombador estão entre 4 (quatro) e 8 (oito) Km.



*Figura 2 - Cachoeira do Gavião*

Certamente, esses percursos são inviáveis a crianças e idosos, é válido considerar os entraves recorrentes e serem propostas melhorias nos acessos e novos usos públicos ao Parque. O Plano de Manejo é o instrumento para legitimar as possíveis mudanças.

O Parque, que é considerado a “grande jóia” do distrito, tem pouco a ver com o turismo de hoje. Em entrevistas no Parque, percebemos que a falta de verba é o grande entrave para sua reestruturação. O analista ambiental João Madeira (comunicação pessoal, 2008) afirmou que a situação financeira do Parque é crítica: *“estamos no fundo do poço, se a situação não se resolver tem que fechar o Parque”*.



*Figura 3 - Portaria do Parque Nacional da Serra do Cipó*

Tendo em vista este quadro, a de se considerar o outro lado da relação, ou seja, o que a comunidade pode oferecer ao Parque, no sentido de promover uma maior valorização de seus recursos, auxiliando na sua manutenção, preservação e fiscalização, além de incentivo à visitação de seus atrativos. Agregar valor ao Parque, com manifestações culturais e atividades ligadas à tradição local, também representa excelente contrapartida.

*“O desenvolvimento sustentável não se limita a tornar compatíveis a conservação e o desenvolvimento, internalizando as condições*

*ecológicas para um crescimento sustentado da economia; também leva a pensar o ambiente como um potencial para um desenvolvimento alternativo, isto é, para construir um novo paradigma produtivo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas”. (LEFF, 1993, p: 66)*

Há uma incongruência ou falta de articulação/integração entre os órgãos públicos, impedindo uma gestão integrada entre IBAMA e Prefeitura. Com as dificuldades enfrentadas, por ambos, em relação ao financeiro, fiscalização e adoção de medidas mitigadoras para conter o impacto ao ambiente, seria fundamental uma maior coesão entre os gestores.

Quando perguntado ao Secretário de Turismo e Administrador Regional do município, Gesner, sobre o papel do Parque e Apa para o distrito, ele enfatizou: *“seria normatização, mas, hoje representa confusão. Há um conflito de competências. O IBAMA é um órgão fiscalizador e o município é o órgão executor. Por isso utiliza-se o Conselho (Codema) que não vem sendo respeitado pelo IBAMA. Dentro da zona urbana é o município que legisla com apoio da APA e Polícia Florestal. Legislação ambiental é eternamente um conflito de competências.”.*

Conforme declaração de Edward Elias, analista ambiental do IBAMA, *o Parque é uma referência de conservação, mas a comunidade vê o Parque como lugar de privação.*

Parece que há pouca percepção que o Parque é um espaço público. Se consultarmos a Constituição Federal, em seu Artigo 225 que trata das Disposições sobre o Meio Ambiente, veremos que uma unidade de conservação não tem que ser auto-sustentável é obrigação do poder público suprir suas carências. Mesmo com os entraves mencionados por funcionários do IBAMA, já está em tramitação a proposta de expansão da área do Parque, que chegará a cerca de 55000 ha. Isso significa uma ampliação em aproximadamente 75%. Para tal, é preciso aumentar em muito a arrecadação da UC, para aumentar o número de pessoal para fiscalização e gestão.

A necessidade de se dar novos usos públicos ao Parque, um dos objetivos do Plano de Manejo que está para ser aprovado, demonstra uma tentativa de aproximação com a comunidade e revitalização das visitas turísticas.

*“A criação do PARNA, bem como o surgimento da APA, não fizeram com que os problemas sócio-ambientais fossem extintos. A proposta*

*do Estado amparada pelos ambientalistas, instituições científicas e ONGs, não consegue resolver esta questão, principalmente a fundiária, demonstrando que somente criar áreas protegidas não é o bastante”. (OLIVEIRA, 2002)*

O Parque, que inicialmente estava sob jurisdição estadual, foi administrado pelo IEF e, posteriormente, ao passar para o poder federal, veio o IBDF, até a criação do IBAMA em 1989. As relações entre IBAMA e a comunidade local na época de sua implantação foram tensas e conflitantes, principalmente, devido ao fato de não ter acontecido uma preparação da comunidade local para a nova realidade do lugar.

*“Faltou esclarecimento a respeito do que venha a ser uma área de conservação e sua importância. Não se formou uma consciência ambiental na população, a princípio.” (SANTOS 1998)*

Conforme trabalho de Santos, parte dos moradores consideraram a criação do Parque relevante devido ao aumento do turismo, sendo este uma nova fonte de renda. Outros não apoiaram, alegando diminuição na qualidade de vida, indicada pelo aumento do alcoolismo, perda de áreas de lazer pela população local e invasão de propriedades.

*“Não foi o Parque que trouxe mudança, foi o nome, a mídia. Em termos de atrativo não representa 5%. A greve prejudica demais, o Parque fecha não altera em nada, mas, a mídia altera. Eles precisam pensar na função social deles. O órgão é complicado, é uma questão de gestão interna. Em 2002/2003 havia até 14000 visitantes no Parque, atualmente caiu 20%. O Parque é mal explorado! (Gesner Belizário, Sec.turismo e Adm. Regional)*

De maneira geral, considerava-se que os únicos beneficiados foram os proprietários de restaurantes, pousadas e áreas de camping. Observaremos no capítulo três que estas últimas sofreram um declínio nos últimos tempos, possivelmente devido às restrições da legislação ambiental à essas áreas em UC's.

*“O IBAMA era acusado de tratar de forma diferenciada os grandes e pequenos proprietários, sendo menos rigoroso com os primeiros e mais exigentes com os demais, quando usavam, inclusive, métodos repressivos”. (SANTOS, 1998)*

A Brigada de Combate a Incêndios começou em 2002, sendo que os brigadistas passam por uma seleção com exame médico, provas de resistência e um curso – os aprovados são contratados por um período de seis meses, prorrogáveis por mais três meses caso seja necessário.

*“Alguns indicadores de tensão nas relações entre IBAMA e comunidade foram o fogo criminoso em áreas da Unidade de Conservação e entorno, e a agressividade com a qual certos moradores respondem às indagações que envolvem a criação do parque e atitudes do IBAMA”. (SANTOS, 1998)*

Situação lamentável, fruto da falta de articulação necessária, entre comunidade e U.C, refletindo como efeito de impacto socioambiental. Medidas e práticas em educação ambiental certamente minimizariam ‘esses efeitos’, assim como contribuiriam, para o manejo das áreas.

*“Uma semana de curso de brigadista e não fala nada sobre meio ambiente, é só como apaga o fogo. Nós nunca iremos acabá com o fogo assim gente! Saber como o fogo chega e o quê que é uma nascente para evitar de se colocarem o fogo é essencial”.(Buiú, nativo)*

Essa colocação feita por um ‘filho da Serra’ ressalta a importância da conscientização dos moradores da relevância de preservação ambiental e dos impactos que determinadas ações podem causar.

Parece-nos bem mais eficiente o Parque investir em prevenção, ao invés de buscar só o combate aos incêndios. Certamente é uma tarefa árdua, porém, o retorno é inestimável.

A imagem do IBAMA perante a comunidade local já melhorou muito, devido ao empenho da nova gestão em promover abertura e diálogo à comunidade. Porém, ao longo do estudo, observamos que na prática a comunidade não se apropria do Parque, ou seja, apesar de terem entrada franca não o freqüentam e não demonstram sentimento de pertencimento ao lugar.

Henri Dubois Collet, atual chefe do Parque, é responsável por uma missão difícil: comandar o PARNA; comprometido com a regularização fundiária, transmite dedicação e confiança. A gestão de unidades de conservação de tanta relevância exige uma conduta firme e rigorosa para fazer valer a lei. Por outro lado, precisa romper essa barreira entre comunidade e Parque, pois, certamente, contribuiria na própria gestão do mesmo. Não há agentes transmissores de consciência ecológica, mais apropriados, que os moradores locais.

Por se tratar de Unidades de Conservação de categorias distintas, a administração das mesmas requer, em primeira instância, pessoas qualificadas e distribuídas nas diversas

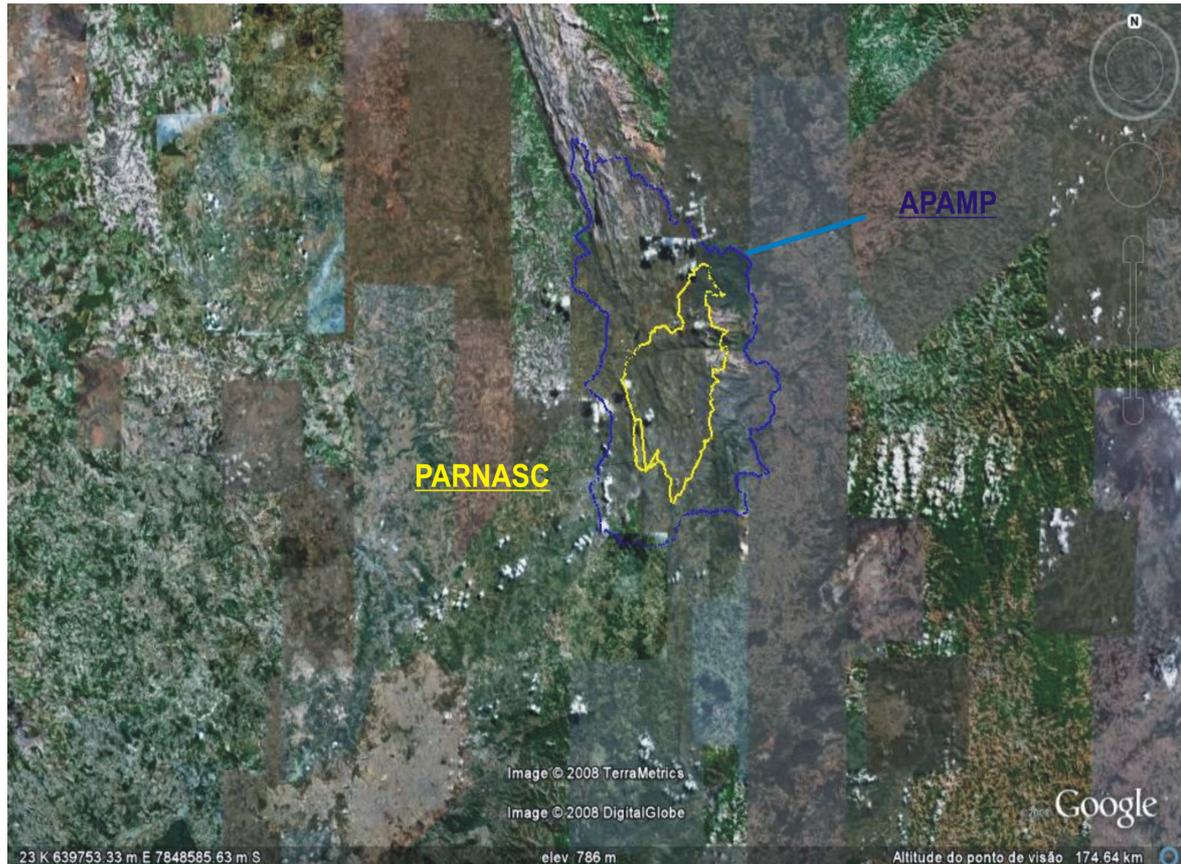
funções. A falta de pessoal é um agravante na maioria das UC's do Brasil, o que compromete muito a gestão e, principalmente, a fiscalização.

*“Sobre o ponto de vista social, o Parque foi aguardado com muita ansiedade pela população nativa. No entanto, a sua implantação gerou grandes impactos de natureza social. Principalmente no que se refere a um indesejável distanciamento da população com o comando do Parque.” (Dr. Osvaldo, Conselheiro do Projeto Manuelzão)*

Os desafios atuais da gestão do PNSCi consistem, conforme indicadores do IBAMA: integrar a comunidade local no desenvolvimento do turismo; valorizar a biodiversidade e a cultura nos programas turísticos; dispor de materiais de apoio e pessoas que apresentem a diversidade da Serra do Cipó ao público visitante; criar arranjos produtivos que viabilizem a manutenção e melhoria da produção rural, com incorporação de produtos da flora nativa; viabilizar turismo que não exclua população de baixa renda, mas que tenha viabilidade econômica e ambiental; criar mecanismos para que a visitação seja mais estável ao longo do ano, com atividades que estimulem visitação em baixa estação e fora de feriado.

### **3.1.1- LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO PNSCI**

O Parque Nacional da Serra do Cipó localiza-se na área central do estado de MG (Mapa 4). Sua área é de 31.600 ha, possuindo um perímetro de 130 km. Está situado a cerca de 100 km de Belo Horizonte, na direção Nordeste, entre as coordenadas 19° latitude sul e 43° longitude oeste. 70% de suas terras estão no município de Jaboticatubas, sendo as demais distribuídas entre os municípios de Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro.

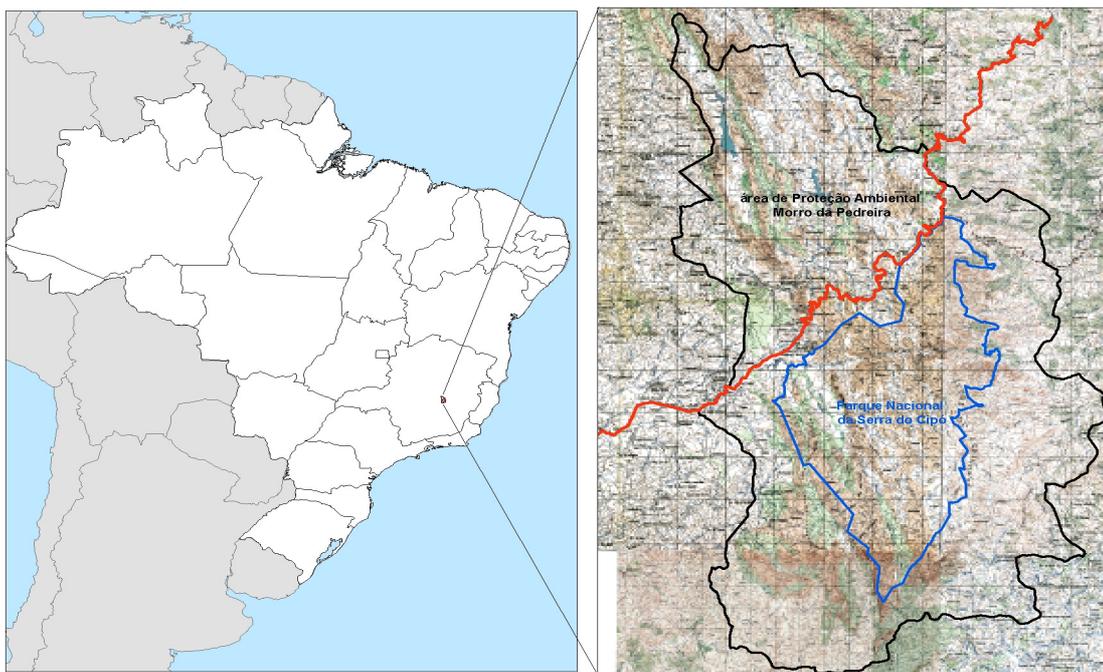


Mapa 4 - Imagem do Google earth com limite do Parque e da APA

Da capital mineira, a via de acesso para o Parque é a rodovia MG-010, passando pelos municípios de Vespasiano e Lagoa Santa. Após a travessia do Rio das Velhas, já no município de Jaboticatubas, segue-se por estrada asfaltada até o km 95 desta rodovia, chegando-se ao distrito da Serra do Cipó (ex-Cardenal Mota – pertencente ao município de Santana do Riacho).

A entrada para a sede do Parque é feita no km 94, antes da ponte sobre o rio Cipó, à direita, portanto no município de Jaboticatubas. São 4 km de estrada de terra, que se encontra em condições razoáveis, mas que na época de chuva se torna precária em alguns trechos. Este acesso permite chegar ao Ribeirão Bocaina, ao *Canyon* das Bandeirinhas, à cachoeira da Farofa, ao Capão dos Palmitos e Congonhas. Há também uma portaria no Alto Palácio, situada no km 110 da MG-010. As visitas só podem ser feitas a pé ou a cavalo pelas trilhas.

Há um projeto de criação de nova Portaria, via Retiro, o acesso está previsto pela rua da Padaria Serra do Cipó, ponto central do distrito.



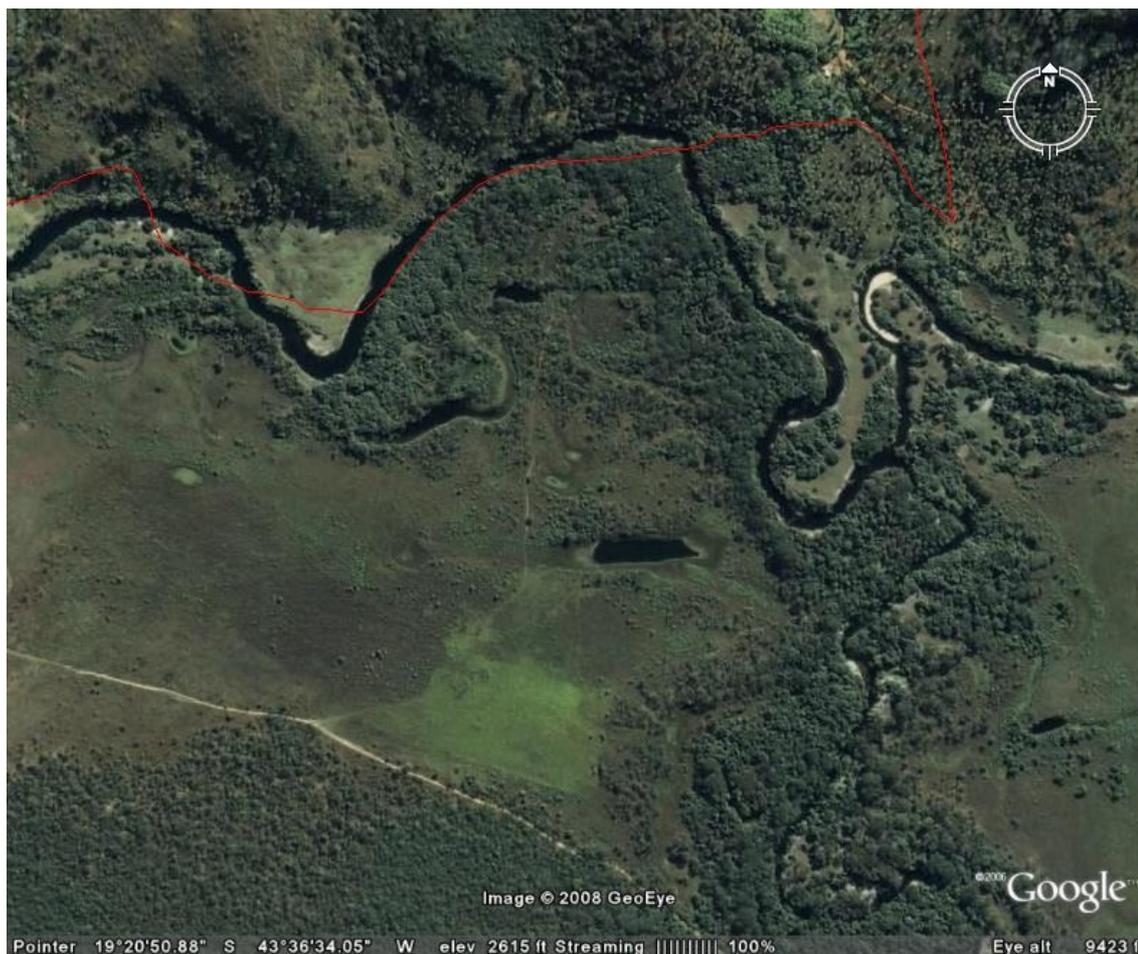
Mapa 5 – Localização geográfica do Parque, Apa e Rodovia MG -010

### 3.1.2 – ASPECTOS FÍSICOS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ

Sem a pretensão de fazer um detalhamento dos aspectos físicos do Parque, estaremos de forma superficial, levantando algumas das características da área, por se fazer necessário, para a maior compreensão do objeto em estudo.

No PARNA está o divisor de águas entre duas importantes bacias hidrográficas brasileiras - a Bacia do Rio Doce e a Bacia do São Francisco. As cabeceiras se debruçam sobre parte do Maciço do Espinhaço, onde está o Rio Cipó (Mapa 6), principal rio da região e oxigênio para a Bacia do Rio das Velhas. Dois são os cursos d'água que dão origem ao Rio Cipó: o Ribeirão Bocaína, que é formado pelos córregos João Fernandes, Palmital, Congonhas e do Caramba; e o Ribeirão Mascates, formado a partir da contribuição dos córregos da Garça, Gamela, dos Currais, dos Martins, dos Confins, da Taioba, do Capão dos Palmito e da Farofa.

*“Ironicamente o rio Cipó, o mais importante e o de maior volume d'água da região, possui menos de 4 Km de seu curso circunscrito às áreas de conservação federais.” (MOURA, 1999)*



*Mapa 6 - Imagem Google Earth, em destaque as Curvas do Rio Cipó*

Dentro da área do PNSCi, podemos nos deleitar numa profusão de sentimentos, despertados pela natureza, em um contato de ecologia profunda. Entre as cachoeiras estão as da Farofa, Taioba, Congonhas, Braúna, Andorinhas, Gavião, Tombador, dos Confins, da Bocaina, que permeiam essa Unidade de Conservação de pura beleza. A Lagoa Comprida, contendo peixes em exuberância, está situada junto ao Ribeirão Mascates, na área mais baixa do Parque. Na época das cheias, proporciona um visual ainda mais belo, sendo que na seca passa por um período de cenário desolador.

Nos vales dos Ribeirões Mascates, Bocaina e do Rio Cipó, as altitudes variam entre 1100 e 780 metros. As formas de relevo predominantes são as colinas, planícies e planalto, com a presença de rochas calcáreas e quartzíticas.

Segundo Moura (1999), predominam em quase todo o planalto, que nesta região possui uma largura média de 30 km, os quartzitos do supergrupo Espinhaço. Estes formam uma cobertura rígida cortada por intenso cizalhamento e fraturas resultando morfologicamente

em escarpas, cristas e “canyons”, vales encaixados e profundos, que acompanham as direções estruturais e tectônicas. As altitudes médias deste planalto estão em torno de 1.200m e são caracterizadas por superfícies de aplainamento paleogênicas salpicadas por pontões quartzíticos mais resistentes e elevados, impondo-se na paisagem circundante.

As formações rochosas encontradas na região datam do período pré-cambriano. Os quartzitos que ocorrem em grande quantidade foram formados por depósitos marinhos há milhões de anos. As rochas apresentam também marcas formadas pelo movimento das ondas, fatos estes que constituem provas irrefutáveis da existência de um oceano pré-histórico onde hoje as rochas estão consolidadas.

*“O geosistema montanhoso do Espinhaço caracteriza-se por alinhamentos de cristas, superfícies aplainadas entre 1100 e 1600m, com a predominância de rochas quartzíticas. Os afloramentos rochosos são componentes marcantes e, onde estes não estão presentes, os solos são ácidos e pouco profundos.” (SANTOS 1998)*

Na região do Parque Nacional da Serra do Cipó há, também, uma riqueza espeleológica constituída de cavernas, grutas e lapas, muitas das quais ainda não foram exploradas. Não há dados precisos sobre a localização, quantidade e importância histórico-científica das mesmas.

Numa atmosfera repleta de pintassilgos, sanhaços, bem-te-vis, pica-paus, tucanos, saíras, beija-flores, sabiás e gaviões, onde também habita uma fauna de mamíferos típica do cerrado, o cenário se completa.

Seu clima tropical de altitude possui temperaturas médias variando entre 17 e 18,5°C e índice pluviométrico oscilando entre 1450 mm a 1800 mm. As estações do ano se apresentam bem definidas, possibilitando verões quentes e úmidos, invernos secos e outono e primavera frescos.

A vegetação, devido ao posicionamento geográfico, solo e clima, é composta por campos cerrados, matas e campos rupestres. Estes últimos situam-se nas altitudes superiores a 900 metros e são riquíssimos em espécies endêmicas como a canela-de-ema (Velózia Gigante), sempre-viva, cactos, bromélias e orquídeas. O endemismo é a característica principal da flora cipoense, configurando-se em um dos maiores índices de concentração do mundo.

*“As matas são subdivididas em: matas de galeria, com uma vegetação mais densa e localizadas em vales úmidos ao longo dos cursos hídricos, em solos aluviais decorrentes de detritos carreados pela erosão das montanhas, que abrigam algumas espécies comuns à formação de Mata Atlântica; capões, formação que ocorre em altitudes superiores a 1.300 m na Serra do Cipó, sendo que sua fauna e flora ainda são de conhecimentos limitados; matas secas ou caducas, que ocorrem sobre calcáreos residuais, principalmente na parte baixa do PARNA da Serra do Cipó, assim como a formação anterior ainda têm poucos relatos científicos sobre a floresta estacional caducifolia e semicaducifolia.” (OLIVEIRA, 2003)*

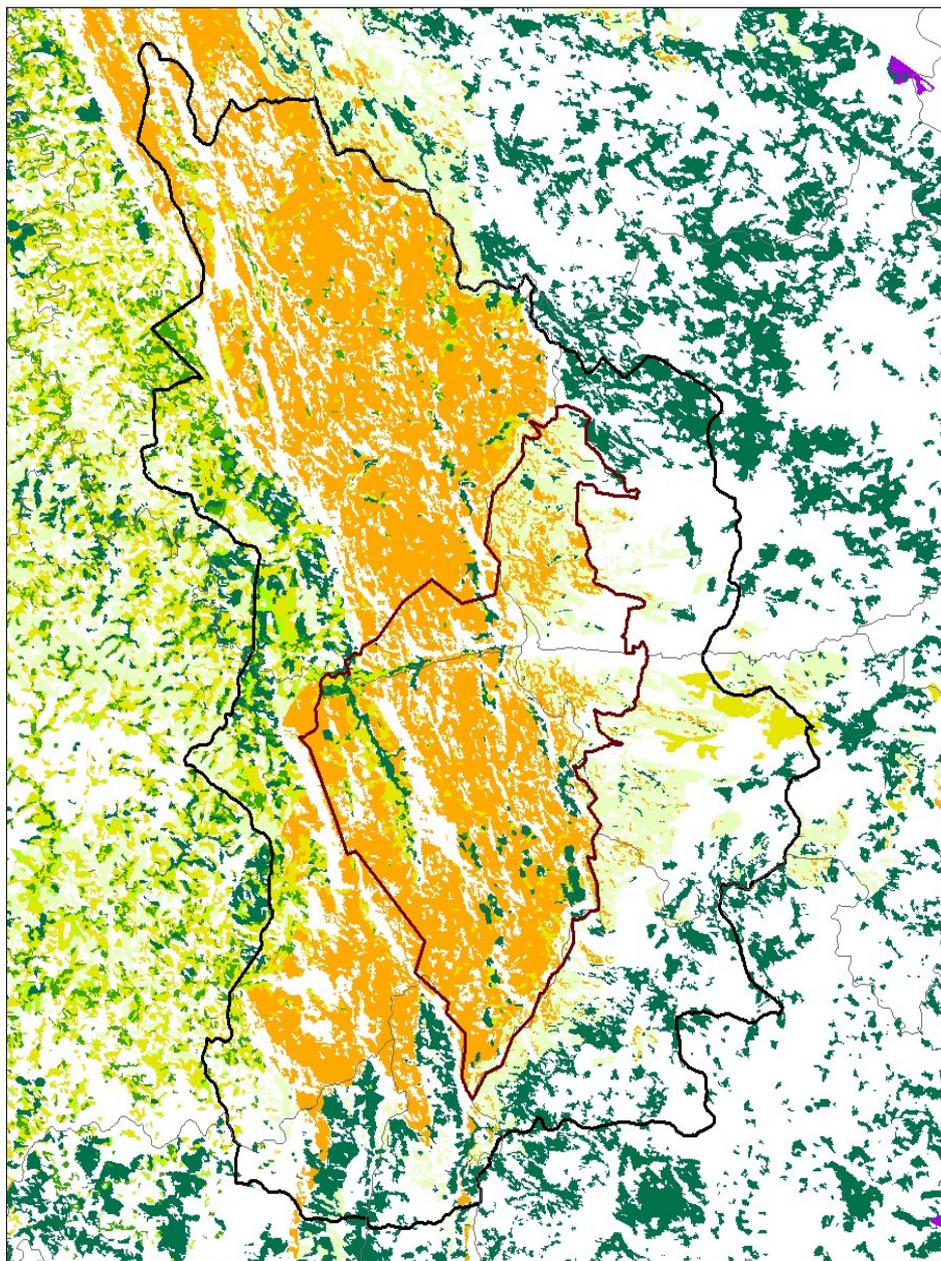
Certamente a proximidade dos dois biomas - Mata Atlântica e Cerrado- somados ao divisor de bacias hidrográficas- São Francisco e Doce - que fazem da Serra do Cipó uma das regiões mais ricas em biodiversidade do planeta, com diferentes fisionomias que vão do campo limpo ao cerradão.

*“Na Serra do Cipó, além de serem encontrados nesses derradeiros remanescentes da floresta tropical atlântica interplanáltica, que são as matas-galerias, os cipós são também comuns nas matas-secas que cobrem, ou cobriam originalmente, os afloramentos de calcários, associados a cactos, bromélias, orquídeas e árvores frondosas como o monjolo (ou angico), paineira, tamboril, gameleiras e outras.” (MOURA 1999)*

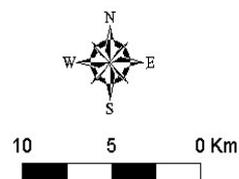
Os campos rupestres (Mapa 7) considerados a partir de uma altitude de 900 metros, são predominantes na região; com espécies de pequeno e médio porte, troncos retorcidos, rochas e inúmeros exemplares da flora endêmica. Devido à ação antrópica, como queimadas indiscriminadas, atividades agropecuárias, turismo, urbanização desgovernada e o extrativismo de espécies ornamentais como sempre-vivas, orquídeas, bromélias e cactos; medicinais, como a arnica e das usadas como lenha, como canela-de-ema e candeia, fazem dos campos rupestres o ambiente com o maior número de espécies ameaçadas de extinção no estado de Minas Gerais.

As características biofísicas da região, aqui apresentadas em síntese, devido ao seu enorme valor científico, ecológico e cênico, justificam a necessidade de preservar uma área com tamanho potencial.

## Parque Nacional da Serra do Cipó Área de Proteção Morro da Pedreira

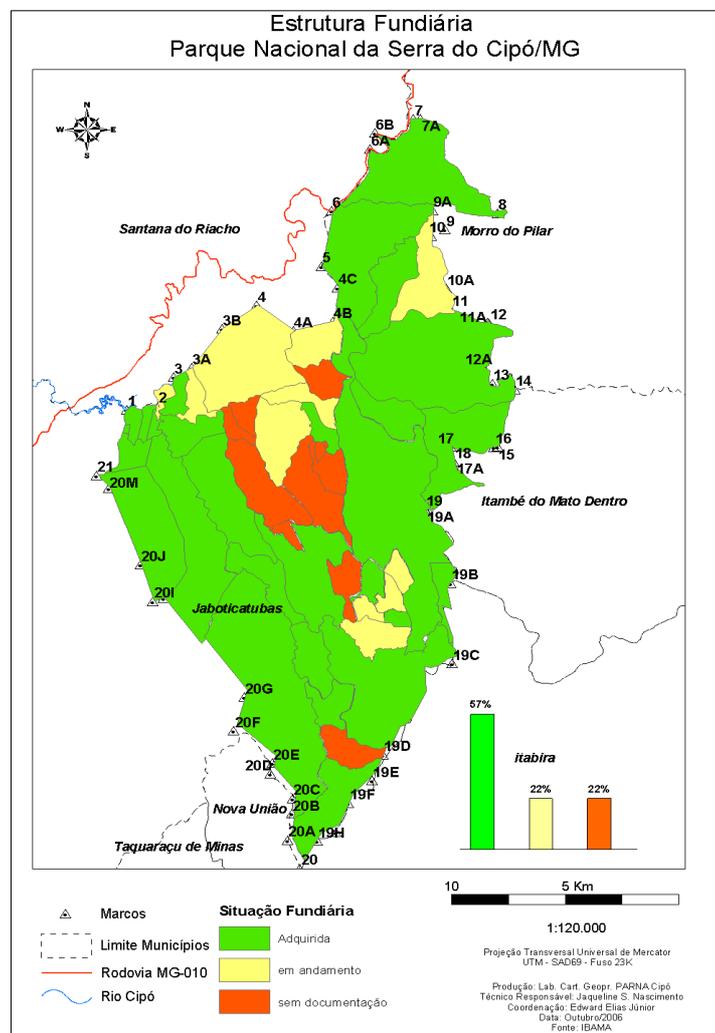


### Classificação Vegetacional - Instituto Nacional de Florestas



Mapa 7: Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, em  
destaque classificação vegetacional do Instituto Estadual de Florestas.

Com relação à situação fundiária do Parque, atualmente as terras adquiridas e aquelas em relação às quais inexistente documentação somam quase 80% da área total do Parque (Mapa 8). O restante ainda está em tramitação; há sete casas na região do Retiro, sendo que quatro ainda são habitadas. Em 2006, os filhos de D. Otília, que cobravam indevidamente a taxa de 3,00 reais para passagem por sua propriedade, que dá acesso às Cachoeiras do Gavião e Andorinha, foram retirados de sua casa. Há um conflito de interesses, pois, o IBAMA alega que a família já foi indenizada, eles por sua vez afirmam que não; o fato é que os ‘irmãos miné’, como os três são chamados, por não terem para onde ir, foram colocados em um cômodo do ex-posto de fiscalização, à margem da rodovia, em condições muito precárias.



Mapa 8: Parque Nacional da Serra do Cipó e Rodovia M010, em destaque situação fundiária.

### 3.2 – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MORRO DA PEDREIRA

*“Quanto à APA a sua implantação se deu em toda a extensão lindeira do Parque, isto é, no seu contorno. Por se tratar de Área pertencente a proprietários particulares apresenta imediatamente uma dificuldade inerente a utilização. Além disso, a dificuldade fica ainda agravada tendo em vista que até hoje, não se tem uma Política Administrativa que pudesse fixar as diretrizes relativas a referida utilização. Apesar disso, é relevante a importância da APA, pois, os proprietários respeitam ainda que em parte, a utilização agropecuária e extrativa das suas propriedades.” (Dr. Osvaldo, Conselheiro do Projeto Manuelzão)*

A APA Morro da Pedreira foi criada pelo Decreto n 98891, de 26/01/90, com uma área de aproximadamente 100.000 ha e 200 Km de perímetro. Ela circunda toda a área de entorno do PARNASC, servindo como um “cinturão de proteção” ou zona de amortecimento do mesmo. Nesta área deve-se avaliar a capacidade logística para o apoio à Unidade de Conservação, as principais atividades econômicas e os principais problemas ambientais decorrentes, assim como a relação do Parque com a comunidade local.

*“Na constituição da APA, Santana do Riacho teve uma participação relativa muito expressiva, são mais de 3/5 do município, ou seja, 61,07% das terras do município ‘vinculadas’ ao uso direto, totalizam 44.130 ha.” (OLIVEIRA, 2003)*

Além do município de Santana do Riacho, a área da APA abrange também os municípios de Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Morro do Pilar, Nova União, Itambé do Mato Dentro e Itabira (Mapa 9). Ao norte estende-se até a Lapinha e o maciço do Breu; ao sul, parte da zona rural de Senhora do Carmo, distrito de Itabira; ao leste, porções das zonas rurais de Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro, como a povoada Cabeça de Boi e a oeste, áreas de Nova União, Taquaraçu de Minas e Jaboticatubas, incluindo a Serra da Lagoa Dourada.



Mapa 9 – Localização Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, no contexto federal e estadual.

A APA recebeu esse nome devido à extração de mármore que havia no distrito, desde os anos 50. A exploração era realizada pela empresa Mármore e Granitos do Brasil S.A. Como o Morro da Pedreira não fora incluído dentro dos limites do PNSCi, havia a possibilidade de reativação da exploração da jazida. Foi realizado um grande movimento *Pró- Morro da Pedreira*. A manifestação, que culminou com um “abraço ecológico”, buscou garantir a proteção dessa área tão significativa.

O Morro da Pedreira, além de constituir uma formidável formação calcária, representa um patrimônio natural inestimável para o distrito. Apresenta ainda, em seus quatro grupos, diversas cavernas naturais, criadas pela ação da água há milhões de anos atrás. O movimento chamou a atenção do Poder Público; na Constituição Brasileira, as cavidades naturais subterrâneas integram os chamados bens da União e, como tal, não podem ser destruídas ou danificados em hipótese alguma. O resultado foi positivo, pois acelerou o processo de criação da Unidade de Conservação Federal.

De acordo com Moura (1999), embora teoricamente a criação de APA's vise também assegurar o bem-estar das populações nativas, a comunidade local novamente não participou do processo de criação dessa unidade de conservação.

Uma das características mais marcantes da APA são os paredões rochosos de metacalcáreo, com grutas e escarpas ideais para escalada e rapel, sendo considerado o local com maior número de vias do país para esse tipo de esporte de aventura. Na APAMP que estão localizados grandes paredões de pinturas rupestres de rara beleza, compondo o cenário de forma excepcional. Derramar o olhar sobre elas nos remonta a pré-história. A Lapa da Sucupira, em especial, guarda o encanto de muitas vidas que por ali passaram e deixaram seus registros; as inscrições resistem ao tempo, porém, necessitam serem salvaguardadas, assim como toda a riqueza histórico-cultural da face da terra.

Banhada pelo rio Parauninha, essa Unidade de Conservação, possui também problemas sérios, devido à exploração imobiliária, ocupação desordenada e o crescente número de estabelecimentos comerciais e pousadas, o que dificulta a preservação e contribui para a depredação acelerada dos recursos naturais renováveis e não renováveis.

*“A APA é uma área aberta e a fiscalização feita abertamente, mas tem seu lado de mau gestor, muitas coisas eles não fiscalizaram. Muda completamente o perfil do lugar!” (Marquinhos, dono de terras)*

A administração de uma APA, dentro do perímetro urbano, gera muitas controvérsias. Pela legislação, cada propriedade ou lote tem que manter pelo menos 20% de mata nativa; na prática não é isso que acontece e a falta de fiscalização amplia o número daqueles que não respeitam as normas.

Moura (1999), em seu estudo sobre a região, comenta a contradição local:

*“se por um lado a má-vontade governamental em resolver as questões fundiárias do PARNA da Serra do Cipó sempre dificultou a plena e justa desapropriação de suas terras, por outro facilitou a venda de importantes áreas circunscritas à APA e que foram negociadas com pessoas e grupos econômicos de Belo Horizonte e até do exterior por quantias irrisórias, expulsando ainda mais a população nativa para as periferias da capital.”*

Outra observação importante é a grande coleta de espécimes da flora local, endêmicas e de rara beleza. É preciso conter esta extração; a parceria entre poder municipal, ICMBIO e até a Polícia Militar poderia ser eficiente neste controle.

*“Principalmente na Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira o extrativismo é intenso das diversas espécies das famílias bromeliaceae, cactácea, veloziceae, orquidaceae, entre outras, para a confecção de arranjos florais”. (OLIVEIRA, 2003)*

A colheita, muitas vezes feita de forma predatória, fez com que muitas espécies de sempre-vivas fossem incluídas na Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora de Minas Gerais.

O total da APA atinge 99.362 hectares, e considerando também o Parque, as duas unidades de conservação totalizam 130.372 hectares. *“Toda esta extensão territorial equivale a mais de quatro vezes o tamanho de Belo Horizonte.” (OLIVEIRA, 2003)*

O distrito Serra do Cipó também abriga outro tipo de Unidade de Conservação, com outra proposta: a Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN, *Reserva da Cachoeira*, totalizando uma área de 72 hectares. *“Sob acompanhamento do governo federal, foi instituída pela Portaria 39 do IBAMA, de 30 de abril de 1997 e é propriedade da Zareia Empreendimentos Ltda”. (CAMARGOS, 2001)*

Essa área de frágil sustentabilidade corre sérios riscos de degradação, devido à forte pressão de turistas a Prainha e cachoeiras do Tomé (figura 6), Chica e Grande, pela ‘Portaria dos Zareia’. Pela outra via de acesso a Cachoeira Grande há um restaurante e foi interditada em 2007, em função da fossa séptica que estourou, contaminando regos d’água que correm para o rio Cipó.

### **3.2.1 - ZONEAMENTO DA APAMP**

As UC’s de Proteção Integral contam com um documento norteador do zoneamento que traz categorias já bastante consagradas desde os primeiros documentos que tratavam do manejo de parques nacionais, na época do IBDF. São categorias como zonas de uso intensivo, uso extensivo, primitivas e intangíveis, além de outras denominações para tratar de circunstâncias típicas e às vezes exclusivas de uma certa U.C. <sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Extraído do documento realizado pela equipe do IBAMA responsável pela elaboração dos Planos de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e da Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira: *Fátima Pires de Almeida Oliveira- coord. Geral de Brasília, João Augusto Madeira -coord., Kátia Torres Ribeiro, Henri Dubois Collet, Jaqueline Serafim do Nascimento*

No caso das APAs o zoneamento tende a ser mais complexo, em função da diversidade de condições sociais e econômicas, além de denominações específicas para as características de cada Unidade de Conservação.

A variação ambiental e as categorias são adequadas às condições particulares das mesmas, seguindo norteadores que vão do macrozoneamento a partir da homogeneidade ambiental e sócio-econômica até a legislação existente, critérios e limites claros às zonas específicas e identificação das potencialidades de cada zona.

No caso da APAMP, as macrozonas são definidas em campos rupestres, cerrado e mata atlântica. Cada uma destas áreas tem características ambientais e sócio-econômicas bem individualizadas, bem como potencialidades e problemas específicos e suficientemente homogêneos internamente, que justificam sua setorização e a construção de programas de gestão e conservação específicos.

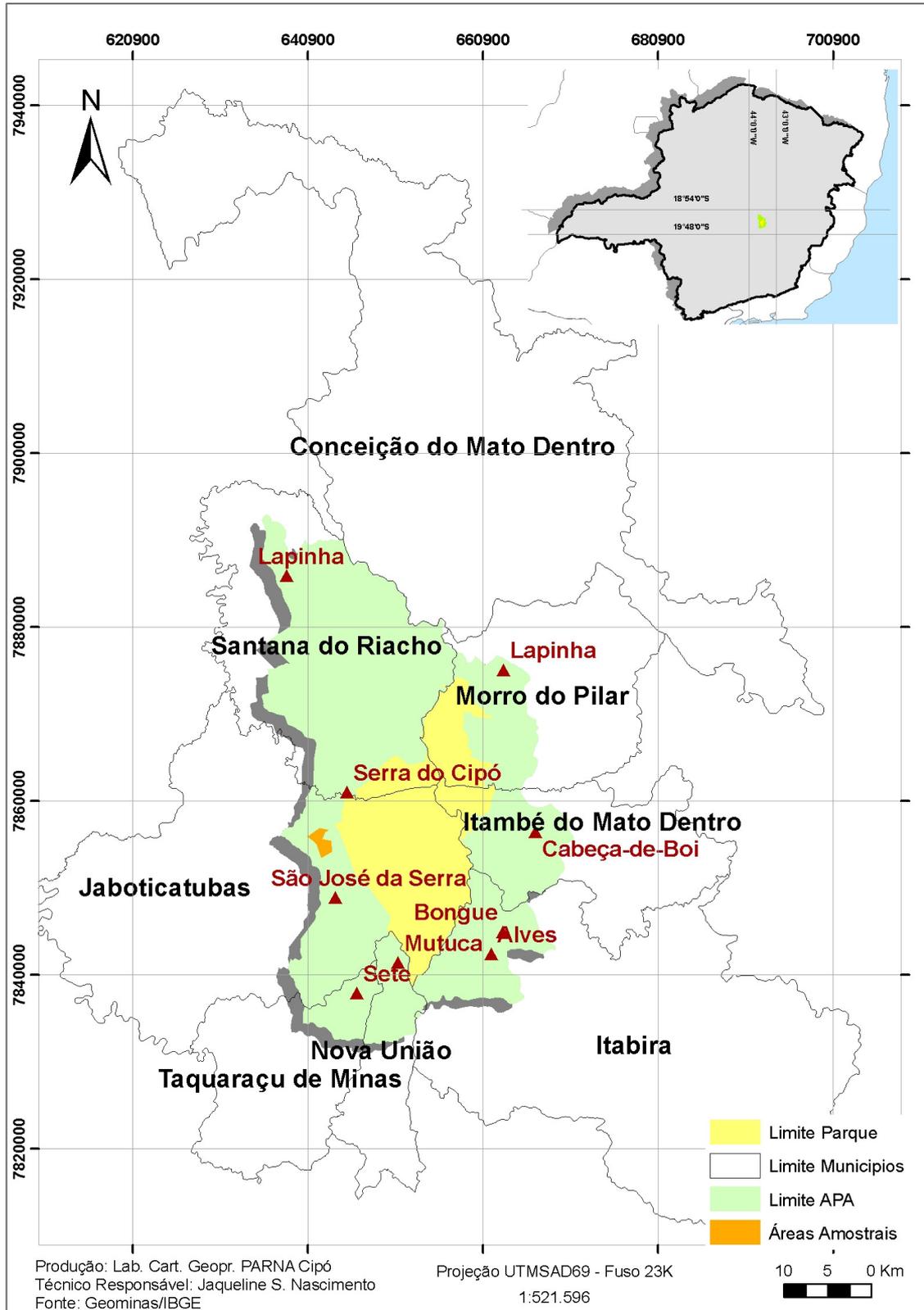
A APAMP possui 56% de campos rupestres, 30% de mata atlântica e 14% de cerrado. As macrozonas são subdivididas em: Zona de Vida Silvestre, Zona de Consolidação Urbana, Zona de Recuperação e Zona Histórico-Cultural.<sup>10</sup>

O IBAMA pretende instaurar programas de infra-estrutura, uso público, de alternativas de desenvolvimento, de comunicação, mobilização e participação, monitoramento, manejo e proteção. Dentro desta perspectiva, existem ainda, os subprogramas para fiscalizar e combater o fogo e espécies invasoras.

As áreas estratégicas da APAMP são: Morro do Pliar, em função da intensidade do desmatamento e da ênfase no extrativismo sem manejo de boa parte da população; Taquaraçu, em decorrência do avanço do parcelamento urbano e pouca referência da população à APA e ao Parque; e Rio Cipó, tido como o rio capaz de repovoar a bacia do rio das Velhas após sua revitalização.

---

<sup>10</sup> Dados fornecidos pelo IBAMA.



Mapa 10 – Limite das UC's nos municípios integrantes.

O rio Cipó, apesar de ser de proteção permanente estabelecida por Lei Estadual, abrigando peixes já extintos em outros locais da Bacia, vem sofrendo intervenções, até mesmo da Copasa, para captação e abastecimento de água ao distrito da Serra do Cipó.

Esta questão polêmica gerou tensão entre o poder municipal e IBAMA; as obras de intervenção da Copasa foram iniciadas com a concessão da Prefeitura, porém logo depois foram embargadas pelo IBAMA. Apresentado pela Copasa o estudo de impactos ambientais e estabelecidas as medidas compensatórias, conforme informações do órgão gestor, as obras foram reiniciadas e a captação realmente será feita pelo rio Cipó.

Segundo especialistas, o rio Parauninha seria mais adequado para o abastecimento, pelo escoamento por gravidade, mas a alternativa foi descartada pela Copasa. Possivelmente a distância desse rio geraria mais custos nas obras de infra-estrutura.

# UM LUGAR EM RECONSTRUÇÃO: DA IMPLANTAÇÃO DAS UC'S AO ASFALTO, TRANSFORMANDO O ESPAÇO E A CULTURA DA COMUNIDADE LOCAL

---

### 4.1 - DO PARQUE AO ASFALTO

*“O asfalto foi o grande divisor, aumentou o número de condomínios em torno do asfalto e a expansão só vai aumentando. Esse fluxo subindo a Serra tem que ter limite também, o Cipó é um lugar muito sensível, cortado por uma rodovia. A questão mais séria é esse crescimento. As pessoas trazem também riquezas de idéias e muitos vão embora reclamando a situação do Cipó. Aqui é o grande corte futuramente para o norte de Minas. Eu acho que o impacto vai ser cada vez maior, mas, que haja qualidade de estrutura para que possam receber as pessoas. Estamos no limiar de uma história, transição de uma época, nesta mudança radical que vai acontecer com o asfalto, à proximidade com centro urbano, etc.” (Marquinhos, dono de terras)*

Exatamente três anos após a criação do Parque Nacional, o chamado ‘desenvolvimento’ do lugar abre caminho para a chegada do asfalto em 1987, facilitando o acesso e aumentando o fluxo de visitantes. Este fato foi determinante para o crescimento da pressão na localidade.

*“Apenas dois anos depois da chegada da eletricidade em Lapinha, o asfalto chegava a Cardeal Mota (1987). Este foi o fator decisivo que deflagrou a invasão turística na Serra do Cipó. O número de pousadas proliferava em Cardeal e o efeito dessa leva de forasteiros não se fez demorar em Lapinha”. (GONTIJO, 2002, p.72)*

A falta de uma fiscalização efetiva no processo de ocupação e o descaso das autoridades no sentido de promover um planejamento adequado ao lugar geraram um desordenamento local que também já atinge a Lapinha, como observou Gontijo.

OLIVEIRA (2002) também realça como vem ocorrendo a forma de gestão da localidade e a especulação imobiliária, consolidando o avanço urbanístico.

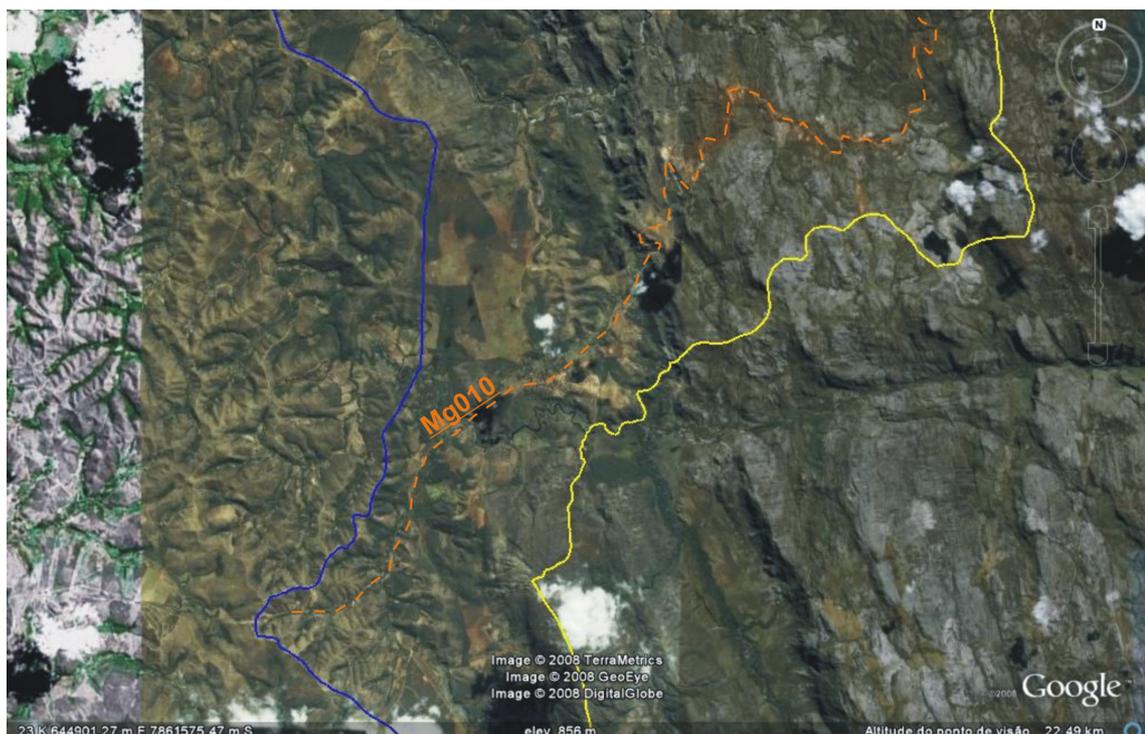
*“O lado externo do parque reproduz a disputa imobiliária, mas a falta de integração das autoridades locais dificulta a postura reativa dos órgãos de gestão ambiental. Essa valoração do preço da terra*

*desperta a atração de mais pessoas para a localidade, especialmente ecoturistas e sitiantes (a fugir da vida citadina); isto catalisa o processo de urbanização, principalmente em Cardeal Mota”. (OLIVEIRA, 2002)*

Por se tratar de uma rodovia (MG010) fazia-se urgente a implementação de obras de melhoria ao longo do asfalto que corta ao meio o distrito Serra do Cipó. Muitos atropelamentos e mortes ocorreram. O Sr. Teobaldo, que nos concedeu entrevista em 2007, era incomodado com essa situação e acabou sendo mais uma vítima.

*“Depois que chegou o asfalto acabou isso aqui. Agora é esse movimento o tempo todo. A gente não tem mais sossego, um barulhão danado de caminhão, carro subindo...” (S.Teobaldo, in memorian)*

Não ocorreu nestes vinte anos de asfalto, nenhuma campanha de conscientização voltada para a comunidade no sentido de elucidar de seus perigos, nem mecanismos de segurança foram adotados, além da precariedade das placas que não alertam a respeito de pedestres na via. Notamos constantemente o trânsito da comunidade andando pela rodovia como se estivesse no meio de uma pacata rua. Essa situação reflete a pouca noção dos riscos à beira de uma rodovia movimentada. Os motoristas que por ali passam estão entre bicicletas, crianças e carrinhos de bebê; a segurança é inexistente.



A presença da municipalidade na localidade só ocorreu a partir de 2000; segundo Gesner, não existia política pública no distrito, e o problema de zona urbana é do município. Percebemos que a atenção ao distrito passou a acontecer quando o turismo e a expansão ocupacional já estavam consolidados. Interesses políticos e articulações dos poderes federal e estadual moveram as ações da gestão municipal no sentido de criar uma subprefeitura que administrasse os 5 Km de asfalto da MG-010 que envolvem o distrito. Do ponto de vista burocrático, trouxe a descentralização da tributação, o que representa ganho para o distrito, que pode gerir seus recursos de forma mais independente.

Em 2001 foi criada a Secretaria de Turismo, através de mobilização e pressão dos empresários da Serra, que almejavam um maior controle e organização do turismo no lugar. Neste sentido, a legislação e fiscalização melhoraram, em certa medida, o controle do reordenamento espacial.

Em 2005, o Projeto da Avenida-Parque, idealizado por Heloísa Gama, começa a ser realizado, saindo definitivamente do papel e gerando controvérsias e adequações para a sua implementação. A obra, financiada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, foi interrompida em 2007, perfazendo um terço do trecho a ser concluído. Dentre as melhorias ocorridas estão a criação de um canteiro central separando as duas vias, passarela para pedestres e ciclovia, duas rotatórias com jardim central e um calçamento entre o asfalto e a passarela.. Resta agora, a realização da segunda parte do Projeto, que vai até a Cachoeira Véu da Noiva.

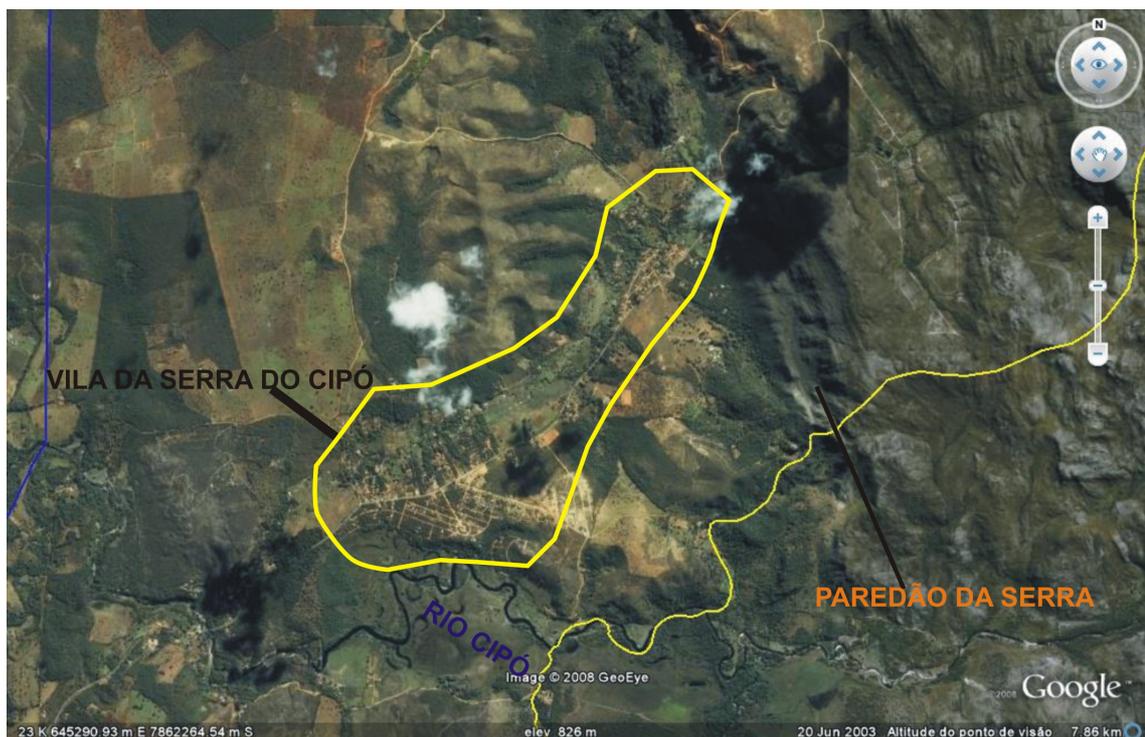
Para tal será realizada nova licitação em setembro de 2008; conforme informação da Prefeitura, a interrupção da obra deveu-se à empresa considerá-la como uma rodovia convencional e o trecho ser de drenagem urbana, o que levou os recursos dos 5 km. Faltam ainda 3,5 km para sua total conclusão.

## **4.2 - RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL E CULTURAL**

O que é interessante observarmos em termos de análise geográfica espacial?

Primeiramente, o reordenamento a que o lugar se submeteu com a criação do PARNA, a desapropriação de famílias que viviam naquelas terras e a implantação da APAMP.

Esse redimensionamento local promoveu uma expansão ocupacional na APAMP (Mapa 12) e o surgimento de novos loteamentos e condomínios, fruto da demanda por residências de lazer. A proximidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana é a causa principal desta expansão.



Mapa 12 - Imagem satélite do adensamento local.

Por outro lado, a pressão trazida com o turismo provocou a abertura de novas pousadas, restaurantes e estabelecimentos comerciais variados. O lugar então, muda seu perfil, com uma ocupação desenfreada e desordenada, pela falta de planejamento prévio e muitas vezes sem respeitar normas e condutas impostas em área com Unidades de Conservação.

Essas mudanças resultam em desenvolvimento do lugar e o contínuo processo de urbanização. A mudança das características de uma localidade essencialmente rural a transformam em potencialmente turística.

*“O problema da ocupação desordenada da Serra tem se avolumado e são cada vez mais constantes os conflitos decorrentes dos jogos de*

*interesse contraditórios entre os diversos profissionais que atuam na região”. (GONTIJO, 2002)*

Há uma disputa de interesses que, geralmente, não convergem para a preocupação ambiental, acarretando uma série de danos ao meio e uma crescente transformação da localidade. Em outra esfera de atuação está a comunidade que possui importante papel no processo de mudanças do lugar e, no entanto, ainda não assumiu sua função. A mobilização para a conquista dos seus interesses é praticamente inexistente e a participação, através dos mecanismos decisórios, muito fraca.

Há uma dispersão de foco, a comunidade está diante da introdução de hábitos distintos dos tradicionais, onde a atuação se faz necessária; e os velhos costumes onde a convivência acontece de forma espontânea. É como se hoje, fossem forçados a se adaptarem as mudanças. De diversas formas, teias de relações são construídas; o importante é que a maioria esteja buscando, mesmo que em atitudes, um lugar melhor para se viver.

*“Os valores locais são perturbados pela introdução de valores externos, particularmente pelos valores urbanos, que ameaçam a memória coletiva e a tradição local”. (PEREIRA, 2001)*

Como observou PEREIRA, os hábitos e costumes locais são ameaçados com a chegada de novas influências. Percebemos ao longo do estudo que em geral há mudanças, mas a essência permanece. Por exemplo, as Festas Religiosas ainda seguem sua tradição e acontecem freqüentemente, porém não há uma participação massiva como antes. Hoje, a sacralidade deixou de ser um grande ritual de adoração e respeito. Além da diminuição do número de fiéis, quase não há mais procissões e geralmente as festas ficam repletas de gente de fora.

Como expressão cultural tradicional, o distrito conta com a Festa do Divino e Festa de Santa Terezinha, reunindo anualmente a comunidade local. O boi da manta, batuque e dança dos paus são manifestações que ainda permanecem vivas, porém, com menor representatividade. Havia também a ‘catira’<sup>11</sup>, ritual que traduz uma certa influência indígena pois, além de baterem os pés ao dançar, entoam versos.

---

<sup>11</sup> Catira era uma dança típica da cultura local, tocada com violão e caixa de couro, chocalho de cascavel ao fundo; outra manifestação artística, através da dança, era a roda de quatro que também, não é praticada mais.

A Festa do Divino Espírito Santo começa com uma reza e hasteia-se a bandeira do Divino na casa do festeiro, que promove o evento em pagamento de promessa atendida. Após as orações é servido um almoço ou jantar aos participantes. No ritual, saem de onde está a bandeira, cantando em direção à mesa, representando a “Santa Ceia”, doze crianças de até sete anos de idade do sexo masculino, são escolhidas para representar os apóstolos. Colocam uma veste vermelha e degustam a comida ao som do grupo que alegra o ambiente com a música. As cantigas lembram Folia de Reis, toadas, predominando as orações cantadas. A fé, com celebração festiva, é um encontro encantador e transmite a sensação de um modo de vida simples e nobre. A comunidade ajuda na preparação da festa, cada qual como pode, até estarem prontos os tachos enormes de um saboroso arroz, feijão, macarronada, carne e salada. Um banquete!

*“Os homens de uma cultura, pelo seu modo de conhecimento, produzem a cultura que produz o seu modo de conhecimento. A cultura gera os conhecimentos que regeneram a cultura. O conhecimento depende de múltiplas condições socioculturais, as quais, em retorno, condiciona”. (MORIN, 1998, p.30)*

Outro bom exemplo de manifestação cultural local é o Candombe, atualmente resguardado apenas pela Comunidade do Açude. Por estar localizada antes da ponte do rio Cipó (Hotel Veraneio), esta comunidade pertence ao município de Jaboticatubas, compõe-se de remanescentes de escravos e guardaram com devoção suas práticas e rituais.

Primeiro esquentam os ‘tambu’ na fogueira, começam a afinar os instrumentos e há a abertura da roda com uma ladainha, geralmente entoada pela matriarca, no caso D. Mercês. As rimas e profias<sup>12</sup> antigas vão sendo recitadas, por quem vai entrando no meio da roda. É um espetáculo lindo que desperta em quem assiste, a vontade de participar da roda de alguma maneira, mesmo que seja só nas palmas. No final entra o samba de roda que anima e encanta os participantes.

---

<sup>12</sup> São versos entoados em um diálogo, por aqueles que estiverem no centro da roda, que só termina quando um dos dois não tiver mais verso para rimar.

Em 2004 foi produzido um documentário: Candombe do Açude – Arte, Cultura e Fé; ressaltando o misticismo e sincretismo religioso presentes na cultura desta comunidade que mantêm viva a tradição de seus ancestrais.

A Comunidade do Açude, em maio de 2008, recebeu do Ministério da Cultura o título de Comunidade Remanescente de Quilombolas. Merecidamente, agora eles terão seus direitos salvaguardados e a expansão de suas terras para o desenvolvimento de suas atividades.



*Figura 4 – Comunidade do Açude: Christiane (autora deste trabalho), D. Mercês e sua filha Flor.*

Em certa medida, seus rituais sofreram transformação com o aumento do turismo, pois, o que era bem característico da comunidade abriu as portas para visitantes, principalmente de Belo Horizonte, que incorporaram seus hábitos, (re) criando uma grande festa. Durante um tempo, grupos de capoeira faziam suas apresentações juntamente com o Candombe. Apesar de serem rituais pertencentes ao mesmo tronco africano, são manifestações distintas que tem que ser separadas para não promover sua descaracterização.

*“Impactos sociais a serem verificados constituem-se na estimulação de hábitos de consumo desconhecidos da população receptora, na alteração da moralidade, e na chegada de pessoas estranhas à comunidade que transferem-se para a localidade em busca de lucro com a atividade turística. A interferência cultural é outro aspecto que tem influenciado diretamente na população local, o que pode descaracterizar a cultura local especialmente no que diz respeito a costumes, tradições, folclore e festas populares. Procissões já não são mais feitas e as festas religiosas tradicionais recebem um contingente inesperado de pessoas de fora, que pouca ou nenhuma convicção religiosa possuem.” (GONTIJO, 2002)*

O Candombe acontecia no passado também do lado de cá da ponte, ou seja, tradicionalmente as festas na Vacaria eram ao som dos tambores. Aqueles que mantinham essa prática foram morrendo e com eles, o Candombe no distrito, também se extinguiu.

Outra prática interessante de observarmos é o Jubileu de Bom Jesus de Matozinhos em Conceição do Mato Dentro, festa que começa dia 13 de junho (Dia de Santo Antônio) e termina dia 24 do mesmo mês (Dia de São João), com a bênção na Igreja Matriz. Romaria mais antiga de Minas Gerais é um acontecimento que movimenta a comunidade e já se consolidou como uma manifestação da cultura local; há os que ficam em barracas, os que voltam no mesmo dia, os que se hospedam em casas e os que fazem peregrinação. O fato é que, nestes dias, entre shows e rodeios, as atenções ficam voltadas para Conceição.

*“Assim, o conhecimento está ligado, por todos os lados, à estrutura da cultura, à organização social, à práxis histórica. Ele não é apenas condicionado, determinado e produzido, mas é também condicionante, determinante, e produtor (o que demonstra de maneira evidente a aventura do conhecimento científico)”. (MORIN, 1998, p.31)*

Segundo MOURA (1999), as manifestações culturais da localidade são pouco exploradas no turismo. Seria interessante fomentar o patrimônio histórico-cultural, agregando valor à opção de roteiro. É importante incluir um circuito histórico, onde os visitantes possam percorrer o caminho dos tropeiros e conhecer a “Fazenda do Cipó”.

*“Outra deficiência é o baixo aproveitamento dos aspectos culturais locais como atrativos complementares do ecoturismo, como manifestações culturais, religiosas e artesanato, infelizmente já bastante descaracterizadas”. (MOURA, 1999)*

Quanto ao artesanato, destacam-se os artefatos feitos de bambu e taquara, a confecção de esteiras, piringa, jiqui<sup>13</sup> para pesca ou enfeite, chapéu, balaio e peneira. Esta atividade sofreu uma baixa na produção, mesmo com a iniciativa do Projeto Mãos do Cipó, relatada no capítulo IV. Existe um misto entre desmobilização por parte dos artesãos e ausência de iniciativas que incentivem a produção. A promoção de feiras permanentes seria uma boa alternativa de expansão artesanal, além de poder se tornar mais um atrativo no circuito turístico.

*“A singularidade do saber ecológico consiste na transversalidade, quer dizer, no relacionar pelos lados (comunidade ecológica), para frente (futuro), para trás (passado) e para dentro (complexidade) todas as experiências e todas as formas de compreensão como complementares e úteis no nosso conhecimento do universo, nossa funcionalidade dentro dele e na solidariedade cósmica que nos une a todos”. (BOFF, 2000)*

A comunicação é um elemento agregador de valores culturais e determinante na dinâmica para a educação, em todo e qualquer segmento que ela se apresenta. Todo meio de comunicação é eficaz, mas existem os que atingem o maior número de pessoas no menor espaço de tempo e, portanto mais eficientes; o rádio, por exemplo. No distrito este mecanismo não existe, o que dificulta o conhecimento e participação da comunidade local nos interesses públicos.

Uma iniciativa louvável foi a implementação do Projeto Bandeirinhas,<sup>14</sup> que agregou informação, comunicação e envolvimento da comunidade nas questões ambientais. O projeto, em parceria com a E.E. Francisca Josina trouxe para a grade curricular a matéria Educação Ambiental, conscientizando os alunos da necessidade de preservação do lugar onde vivem. Houve curso de aperfeiçoamento para professores e especialistas, produção de material didático, criação de um banco de dados e capacitação de alunos para atuarem como guias turísticos. O Bandeirinhas se tornou um projeto referência, por ter sido tão bem recebido pela comunidade.

---

<sup>13</sup> Piringa é um pote feito de barro para colocar água no formato de cabaça.

Jiqui é um artefato feito de bambu, com formato semelhante a um pote de bico mais estreito; colocado no rio em posição horizontal serve para pegar piaba.

<sup>14</sup> Bandeirinhas é o vale onde reúnem as águas dos cursos d'água que irão formar o rio Cipó. A mesma localidade também é chamada de 'Serra das Bandirinha' pela comunidade nativa; ali viviam algumas famílias, antes do processo de desapropriação do Parque.

Uma década depois, veio o Bandeirinhas II, com idéias fantásticas como curso de fotografia e filmagem, letramento digital, criação de um telecentro para os alunos manterem contato e troca de informações em rede com jovens do Brasil que vivem em áreas com unidades de conservação. Enfim, o Projeto ditava até diretrizes para o Plano Diretor, com assessoria técnica específica, mas, lamentavelmente, a falta de recursos inviabilizou as ações.<sup>15</sup>

Não poderíamos deixar de mencionar, a figura de Juquinha, que se tornou ícone da Serra do Cipó. GONTIJO (2003) destaca sua importância para a localidade, *“a coleta de sempre-vivas e das ‘ parasitas’ é um hábito antigo e relativamente comum na Serra, sendo inclusive imortalizada, ainda que inadvertidamente, na elevação de Juquinha da Serra (ou ‘Juquinha Parasita’) como uma espécie de guardião da mesma. Juquinha foi um personagem folclórico e profundamente marcado no imaginário da Serra. Tinha deficiência mental e morava enquanto eremita nas lapas da região do Alto Palácio. Abordava os viajantes que atravessavam a região oferecendo flores e pedindo fósforos”*.

Em sua homenagem, como guardião da Serra, foi feita uma escultura pela artista plástica Virgínia Ferreira, localizada próxima à rodovia MG 010, KM 117 – Alto Palácio. Fazendo parte da cultura oral da localidade, contam que ele tinha uma rara doença, que fazia com que seu coração parasse de bater e por mais de uma vez, já velaram seu corpo e de repente, ele se levantava do caixão, assustando os presentes. Esse fato é contado por antigos moradores como verdade, assim como lendas entram no imaginário coletivo e se eternizam.

Dorico foi outro personagem folclórico da localidade, lembrado por Ferreira (1999) *“Contam que ele foi criado dentro de um tacho. Os pais saíam para arranjar alguma coisa para comer, às vezes ficavam fora dois ou três dias. Ele ficava dentro do tacho e a comida ao seu alcance, até que voltassem. Criaram um tipo de criatura mais interessante. Era pequeno, feio, todo diferente. Só quem conheceu pessoalmente é que sabe o que ele era.”*.

Quando seus pais morreram, ele veio para Fazenda Cipó, onde viveu por quarenta anos. José Carlindo conta, em sua obra, casos de Dorico que virou atração para as crianças e

---

<sup>15</sup> É oportuno e legítimo ressaltarmos o trabalho voluntário, desenvolvido pelas professoras da UFMG: Márcia Spyer, Maria Inês, Beatriz Bretas, assim como a colaboração do Projeto Manuelzão.

peessoas que passavam pela Serra a passeio. Ele fazia brincadeiras e desenhos que vendia, passava bastante tempo na venda do Joãozinho, na Fazenda Cipó. Com seu jeito peculiar distraía e divertia a todos que encontrava.

Hoje os turistas aplaudem o ‘Maritaca’ constantemente encontrado na Venda do Zeca, cantando para aqueles que por ali passam. Uma espécie de cantor mambembe, com boa voz e um repertório variado entre sertanejo, Roberto Carlos e até canções em inglês; essas se tornam divertidas, pois, ele inventa palavras com afinação e no tom certo.

O sentimento de pertencimento ao lugar é um forte aliado na manutenção da cultura local, uma vez que reforça os traços identitários dos modos, costumes e valores da comunidade. Percebe-se que esse pertencimento é pouco sentido por eles, provavelmente pela invasão turística, associada a novos hábitos que se misturam aos tradicionais.

A idéia de Ecologia Profunda, anunciada por Boff, converge à noção de pertencimento e precisa estar ‘enraizada’ em cada indivíduo que se apropria deste lugar. Ecologia profunda como expressão de uma maior sensibilidade em relação aos recursos naturais, sua beleza e importância para obtermos qualidade de vida. Essa *“ecologia engloba e articula os saberes atuais, funda uma nova centralidade nas práticas e no pensamento humano e propicia a gestação de uma nova aliança do ser humano para com a realidade circundante social, terrenal e cósmica”*. (BOFF, 2000)

A visão holística é fundamental nesse processo de entendimento do social, por ser indissociável o ser do habitat em que ele vive. A Ecologia Profunda parte da totalidade, ou seja, a interdependência orgânica de todos os elementos, *“uma prática e um pensamento que incluem e relacionam todos seres entre si e com o respectivo meio ambiente”*. (BOFF, 2000)

No distrito, ocorre que os mecanismos de ação humana se manifestam em um espaço que sofre transformações decorrentes da forma como está sendo conduzido. Daí possivelmente justifica-se o depreciação dos valores locais. Em geral, o que acontece é que se ignora o código cultural de propriedades concretas que governa a ‘utilidade’ e assim, não se percebe o valor desses hábitos para a identidade local.

Ainda assim, a tradição resiste à imposição do tempo, que trás consigo a modernidade; podemos sentir a permanência de valores antigos, como os ‘causos’ contados,

animadamente, em torno do fogão de lenha, as reuniões nas casas para saborear uma galinha caipira, as ervas oferecidas para curar enfermidades. Para fechar esta parte, apresentamos o hino do distrito, encontrado pela pesquisadora durante a realização deste trabalho, em uma de suas visitas interrogativas á sub-prefeitura do município. Uma forte manifestação cultural que reforça os traços identitários; produzido em 1957.

### **Hino a Cardeal Mota**

Estendida ao sopé da montanha  
Num recanto feliz sem igual  
Fica a minha feraz Cardeal Mota  
Terra amada meu berço natal

Ao formá-la com arte e esmero  
Deus lhe deu as mais raras belezas  
Todo aquele que nela reside  
Tem prazer não conhece tristeza

Esses serros rochosos que acercam  
Quais muralhas pintadas de azul  
Dão-lhe encanto assim como a reservam  
Das nocivas lufadas do sul  
O teu céu é risonho e sereno  
O teu clima aprazível saudável  
O teu solo amanhado é ubérrimo  
O teu povo operoso e afável

Mil encantos têm, pois, esta terra  
Que por berço o bom Deus quis me dar  
Seus primores e raras belezas  
To fano hei de sempre cantar.

Letra: Leônidas Marques Afonso

---

### 4.3 - TURISMO: SITUAÇÃO ATUAL

*“Uma política do turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte objetivo supremo: assegurar a satisfação a nível ótimo das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais, no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone” (KRIPPENDORF, 2000).*

A colocação do autor nos leva a pensar no desenvolvimento do turismo, como uma dinâmica completa de interconectividade, entre as diferentes camadas sociais envolvidas no processo que preserve adequadamente o ambiente e atenda aos interesses coletivos. Tais como: infra-estrutura, segurança, tranqüilidade, espaços de convivência e de manifestações culturais.

*“Um turismo que não respeita o equilíbrio ecológico e que, sobretudo, despreza os hábitos das populações locais, privilegia um desenvolvimento pautado apenas por regras mercadológicas, buscando o acúmulo de capital”. (FONTELES, 2004, p.111)*

O impulso à economia local se justifica no turismo, então, como a região, com a consolidação do Parque, passa de agrária para turística, se faz essencial avaliar a repercussão na estrutura física e social do avanço do turismo.

Neste momento, um dos caminhos que seguiremos é analisar os reflexos, no lugar, do advento turístico, uma vez que passa a ser a atividade econômica de maior relevância para a região. A proliferação de pousadas e campings, por um lado trouxe empregos e aumento na fonte de renda, por outro, a falta de planejamento e infra-estrutura adequada, vem gerando sérios danos ao meio ambiente. Entre eles, a poluição dos cursos d'água, o assoreamento dos rios, destruição da fauna e flora nativas, desmatamento, abertura de ruas, esgoto e lixo, pichações a monumentos naturais e históricos.

A gestão e o manejo dos recursos naturais, voltados para a atividade “ecoturística” devem ser desenvolvidos sobre bases técnico-científicas, que considerem tanto o meio natural como os aspectos culturais, ou seja, a maneira como a comunidade local se relaciona com o meio ambiente em que vive, para que assim possa haver uma maior consonância entre os interesses econômicos e ambientais.

O que chamam de “ecoturismo” ou “turismo ecológico” na região da Serra do Cipó ainda está muito distante do seu real significado. Apesar das iniciativas do IBAMA, de algumas Ong’s, prefeituras envolvidas e até mesmo de alguns setores do turismo no sentido de se praticar tal atividade de forma sustentável, muito ainda precisa ser feito nessa direção. Gontijo chamou isso de “ilusão”.

Em 1994, com a criação das Diretrizes para a Política do Programa Nacional de Ecoturismo, estabeleceu-se o marco legal do turismo no Brasil, definindo como: *“um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”* (dppne, 1994, p.12).

Numa região dominada pelo chamado “ecoturismo” não há como desconsiderar tal conceito, até então tratado de forma generalizada e promocional pela indústria turística, em plena expansão no Brasil. Resta saber o rumo que será dado a questões tão delicadas como a manutenção da identidade local e a reconstrução da perspectiva espacial. O verdadeiro “turismo ecológico” deve valorizar o bem-estar da comunidade envolvida para que, de forma equilibrada, haja a conservação do patrimônio cultural e natural, promovendo o desenvolvimento local. Para tal, é preciso que a comunidade desenvolva uma noção mais integradora e atuante em relação ao turismo<sup>16</sup>.

Com o riquíssimo potencial de atrativos da região, se faz necessária a implementação de estratégias que organizem o turismo, através de um plano diretor que o privilegie como instrumento de valorização do patrimônio natural e cultural, bem como fator de dinamização econômica. Para a comunidade local, isto significa valorizar o patrimônio como expressão de sua identidade e aprimorar a qualidade da infraestrutura básica e dos serviços de atendimento turístico, com vistas a consolidar novas oportunidades de trabalho e geração de renda.

O que se percebe são ações isoladas que não privilegiam um desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável. Fatores essenciais são negligenciados, como a integração social, ou seja, a comunidade fica à margem do processo ao invés de ser

---

<sup>16</sup> Ver dissertação de Sandra Belchiolina Castro – Turismo e Meio Ambiente em município com unidades de conservação em seu território: Estudo de caso do município de Santana do Riacho/ Serra do Cipó – UNA.

incorporada a ele. A cultura local também não é um fator atrativo, o que compromete e enfraquece o sentimento de pertencimento e identidade local. Estratégias de marketing fomentam a atração de um público mais adequado ao que o lugar possa oferecer.

*“A locomotiva da sustentabilidade do desenvolvimento na Serra do Cipó reside em seu patrimônio natural e cultural – trata-se de uma sustentabilidade que deve ser, portanto e antes de mais nada, sócio-ambiental, pois é a partir do aproveitamento turístico desse patrimônio que um processo de promoção do desenvolvimento pode ser concebido.”(GONTIJO,2003)*

Em outras palavras, o desenvolvimento local é diretamente proporcional a promoção da sustentabilidade socioambiental.

Em termos espaciais, há de se considerar que houve uma reconstrução na percepção do espaço, uma vez que novos fatores são agregados, como as Unidades de Conservação – PARNASC E APAMP, maior ocupação e serviços para atender ao turismo.

A FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) editou uma obra: *Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os municípios- Vol. 1 O município e o meio ambiente*, sugerindo a criação do CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental. No município o órgão foi criado em 2000, porém, suas ações são pouco expressivas.

Segundo Gesner (Sec. de Turismo)...” *a parte de meio ambiente está bem encaminhada. As cascalheiras foram licenciadas, licenciamento de bota-fora, número expressivo de Reserva Legal, 35 averbadas no município. Estão fazendo 26 cercamentos de nascentes, viveiro de mudas e 50% do lixo estão sendo feita a coleta seletiva.”*

Parece-nos oportuno criar um Plano da Ação para as atividades voltadas para o turismo, juntamente com as empresas que realizam esporte de aventura; e apontar diretrizes, visando à sustentabilidade do meio ambiente.

*“Nos últimos dez anos diversas tentativas de mobilização social do distrito têm sido feitas visando a ordenação das atividades que compõem e dinamizam o espaço geográfico local, dentre elas o turismo”. (MOURA,1999)*

Em 2002 foi criado um Plano de Trabalho pela Secretaria de Turismo, que vem sendo revisto (Anexo 2). Em termos de infra-estrutura urbana vem trabalhando no abastecimento de água (Copasa), energia (Cemig), segurança (PMMG) e limpeza através do atendimento geral ao público. A questão do lixo ainda é complicada, o caminhão passa duas vezes por semana, o que não é suficiente pelo aumento de pessoas nos fins de semana e feriados; a inexistência de lixeiras e cestos espalhados pelo distrito dificulta a limpeza e finalmente há o problema da destinação, pois a capacidade de suporte do aterro de São José de Almeida chegou ao seu limite.

Existem projetos de usina de reciclagem e coleta seletiva que promoveriam geração de empregos e a resolução deste problema; por enquanto, o que consta é que estão fazendo a coleta seletiva de aproximadamente 50% do lixo e o restante encaminhado a um lixão nas proximidades da Lapinha, lugar de vulnerabilidade e fragilidade já explícita a todos.

Essa quantidade de lixo que recebe coleta seletiva é questionável, uma vez que ainda há pouco apoio e não existe uma campanha de conscientização e preparação da comunidade para a separação do lixo; além da inexistência de lixeiras diferenciadas. Por enquanto, o contingente de lixo recolhido para a coleta seletiva atende os meios de hospedagem e comércio.

*“Alguns atores sociais interferem fundamentalmente na localidade, entre eles o setor terciário. Esse segmento econômico foi o mais impulsionado, depois da instalação das unidades de conservação, mais precisamente nas atividades imobiliárias, hotelaria, bares, restaurantes, pousadas e áreas de camping”.* (OLIVEIRA, 2002)

Em função do aumento da demanda surgiram novos estabelecimentos comerciais. Em geral, o comércio é voltado para o turista, havendo carência no setor de vestuário, calçados, papelaria, chaveiro, banca de revistas e serviços gerais (eletricista, encanador). A comunidade sofre com isso, tendo que se deslocar para Lagoa Santa ou Belo Horizonte para atender suas necessidades.

A falta de um banco ou mesmo um caixa eletrônico é outro complicador, tanto para o turismo quanto para a comunidade. Muitas vezes, os turistas deixam de aproveitar mais as atratividades da Serra por falta de recursos. Outro problema é não haver um posto de

gasolina na localidade; o que estava em andamento foi embargado pelo IBAMA, por não atender às normas de licenciamento.

*“Destacamos que até o momento da pesquisa, não existia nenhum projeto consistente para fomentar o turismo na região fora dos períodos clássicos de visitação. O governo estadual, através da Secretaria Estadual de Turismo, tem vinculado algumas propagandas sobre o potencial turístico deste espaço, colocando Cardeal Mota como um ponto a ser visitado no “Circuito da Serra do Cipó”. Mas é um trabalho tímido e esporádico, que diante da envergadura dos problemas com o turismo predatório mereceria ser mais bem planejado”. (OLIVEIRA, 2003)*

Quando Oliveira realizou seu estudo os mecanismos para fomentar o turismo eram ainda incipientes; atualmente há outras iniciativas, como a proposta do governo estadual relacionada à Estrada Real, onde o distrito entra no Circuito do Diamante que vai até Diamantina. Essa iniciativa não teve muito sucesso o que já é considerado por muitos como inexistente. Há também o “Festival de Vinhos na Serra do Cipó” realizado pelo Convention & Visitors Bureau<sup>17</sup> que acontece no inverno, teve início em 2007 e em 2008, já contou com a presença de vários músicos, tocando em pousadas, bares e restaurantes.

*“Sobre o ponto de vista econômico, a primeira vista o turismo deve ser considerado como um fator importante para a região. Essa visão também abrange os aspectos sociais. Para confirmar esse entendimento, basta lembrar que de exportadora de mão-de-obra, nos anos 80 a 90, passou a Serra do Cipó a condição de importadora de mão-de-obra, tendo em vista a implantação da rede de pousadas e de comércio hoje existentes. Posso afirmar que parte da população é pobre, mas, posso afirmar também com segurança que na Serra do Cipó não existe miseráveis, isto é, pedintes e moradores de rua. Lamenta-se, no entanto, um desencontro que existe entre um turismo impactante, isto é, turismo de massa numa região extremamente frágil pois, é sabido que a Serra do Cipó é tão bonita quanto frágil!”  
(Dr. Oswaldo Machado, Conselheiro do Projeto Manuelzão )*

De acordo com a observação feita por Dr. Oswaldo que vem acompanhando todo o processo de expansão turística, observamos que o impacto maior na localidade está mesmo relacionado ao turismo de massa; ou seja, com a proximidade da capital e região metropolitana há uma grande procura do lugar, por uma camada da população de baixa renda.

---

<sup>17</sup> Entidade com o papel de promover e ampliar o potencial turístico da região, aumentando o fluxo de turistas de negócios ou de lazer; através de apoio de parcerias, captação de eventos e promoção dos atrativos turísticos da região.

Resultado disto é a chegada de vários ônibus de excursão nos fins de semana e feriados, lotando as áreas com atrativos naturais, sem infra-estrutura adequada e normas de educação ambiental. São realizados churrascos, piqueniques e no final eles vão embora e o lixo trazido por eles fica.

Na tentativa de minimizar este problema, o IBAMA interditou a Prainha (rio Cipó) e a Cachoeira da Capivara em 2007. A medida foi tomada também em decorrência das mortes que estavam ocorrendo, com frequência, na Prainha (figura 5). As pessoas, muitas vezes alcoolizadas, entram na água sem saber nadar direito e sem ter noção da correnteza do rio. No entanto, devido a falta de fiscalização, a pressão dos visitantes na Prainha continua, uma vez que não está dentro da área do Parque. É uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e o descaso com sua preservação apresenta um sério problema para o distrito.



*Figura 5 - Prainha*

A primeira área a sofrer interdição pelo IBAMA foi o Poço Azul, local de rara beleza e fragilidade, que teve um dos seus poços parcialmente assoreado, tamanha a pressão de

visitantes. Este fato ocorreu já há aproximadamente cinco anos e não há previsão de abertura. A área que abrange o Poço Azul está dentro da expansão do Parque.

Em janeiro de 2008 foi a vez da Cachoeira Grande (figura 6), cartão postal da Serra e primeira grande queda do rio Cipó, mas, neste caso o motivo foi outro; a fossa séptica do restaurante que recebia até 10000 pessoas nos feriados prolongados estourou, contaminando parte do curso d'água. A falta de manutenção da infra-estrutura provocou a multa pelo IBAMA ao dono da propriedade e fechamento do atrativo, até serem feitas as obras de reparo necessárias. Até junho, quando encerrávamos este estudo, ainda não havia previsão de reabertura.



Figura 6 – Foto aérea da Cachoeira Grande.

*“O turismo tem os dois lados: o lado bom é que trouxe muito emprego para as pessoas. Tem muito emprego na Serra do Cipó. E o lado ruim, primeiro que pra esse turismo de massa não tem infra-estrutura. Infra-estrutura do local e infra-estrutura emocional, a população local não foi preparada pra esse turismo que vai para Serra do Cipó hoje em dia. E junto com esse turismo vem as novidades boas e ruins. As boas é que a gente aumenta o conhecimento, vai ampliando os*

*horizontes. E as ruínas, é as drogas, prostituição que ainda não chegou na Serra. E transformação na casa, para receber o turista, pois as pessoas deixam de planta para estar recebendo o turismo. (Flor, condutora ambiental)*

A entrevistada comenta as influências trazidas pelo turismo, interferindo no modo de vida local. Em relação aos condutores ambientais ou guias turísticos do distrito, durante muito tempo, atuaram de maneira isolada e independente. A partir de 1998 começaram a se organizar, porém foi só em novembro de 2006 que conseguiram uma sede, com o apoio da Prefeitura, que cedeu um espaço para terem referência e facilitar para o turista. A ACAM – Associação dos Condutores Ambientais da Serra do Cipó já teve participação em vários cursos promovidos e são parceiros da ABETA. Atualmente a associação perdeu sua sede e precisa posicionar-se como entidade organizada. Parece-nos faltar articulação e mobilização, por parte dos condutores, para realmente se afirmarem em um universo tomado pela influência turística.

Entre as práticas de turismo de aventura<sup>18</sup> estão a canoagem, tirolesa, rafting, rapel, trekker e cavalgada (figura 7). Em um universo repleto de atrativos naturais, a potencialidade para tais esportes não se esgota.

---

<sup>18</sup> Também conhecido como esporte radical, são termos usados para designar esportes com um alto grau de risco físico, dado às condições extremas de altura, velocidade ou outras variantes em que são praticadas.



*Figura 7 - Lapa do Morcego onde ocorre canoagem e tirolesa.*

O Circuito Turístico Serra do Cipó foi criado em 2002, com a missão de recomendar aos turistas, circuitos a serem visitados. Para tal, é necessário empreender iniciativas que fomentem a visitação na região. Até agora, as atividades do circuito se restringem a um site que privilegia alguns pontos de visitação, sem critérios definidos, e muita retórica. Em geral se tem conhecimento de sua existência na teoria, com pouca prática.

MOURA (1999) sintetizou bem, há quase dez anos atrás, o que até hoje permanece acontecendo:

*“O principal problema da região da Serra do Cipó, e a partir do qual se reproduzem outros mais específicos, é a total falta de um planejamento sócio-econômico e monitoramento ambiental que valorize o seu conhecido e riquíssimo patrimônio natural, que resgate os aspectos negligenciados da cultura local e promova o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável”.*  
(MOURA, 1999)

Agora com a elaboração do Plano Diretor do município de Santana do Riacho e Plano de Manejo do Parque, ambos realizados em 2007, o distrito encontra diretrizes e possibilidades de reverter esse quadro.

#### **4.4 – A INSERÇÃO DA COMUNIDADE DIANTE DAS NOVAS PERSPECTIVAS DE PLANEJAMENTO: PLANO DIRETOR E PLANO DE MANEJO**

*“Podemos afirmar que a região carece urgentemente de um plano-diretor efetivo, elaborado a partir da participação de todos os setores da comunidade envolvida e da economia local e onde sejam expostas suas necessidades e ansiedades quanto aos destinos da Serra do Cipó”. (MOURA, 1999)*

No caso do distrito Serra do Cipó, pesquisadores como Moura já apontavam para a urgência da criação de um Plano Diretor para o município de Santana do Riacho. Com este instrumento é possível tecer as diretrizes de uso e ocupação do solo, buscando uma melhor organização do espaço.

A aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, possibilitou autonomia aos municípios para atualizar os princípios e instrumentos da agenda da reforma urbana, no que tange ao controle do uso e ocupação do solo.

*“De volta à centralidade da cena política municipal, o processo de elaboração ou revisão do plano diretor, agora revigorado pela ampliação dos instrumentos urbanísticos disponíveis, tende a ser o momento privilegiado tanto para a explicitação desse conflito como para a possibilidade de sua pactuação”. (COMPANS, 2003)*

Embora já estivesse previsto que os municípios tinham que criar seu Plano Diretor imediatamente após o Estatuto, muitos não o fizeram. Foi estabelecido um prazo limite até 2006, e mesmo assim muitos municípios ainda não haviam elaborado o seu. Houve prorrogação deste prazo para ser concluído, impreterivelmente, até 2007.

O município de Santana do Riacho estava entre estes retardatários e teve que partir para a ação enquanto estava em tempo hábil. Assim, a partir de dezembro de 2006 a Prefeitura estabeleceu um Núcleo Gestor do Plano Diretor de Santana do Riacho.

Em fevereiro de 2007, foi criada uma comissão para subsidiar o Núcleo Gestor do referido Plano. O objetivo desta comissão é promover maior mobilização e capacitação da comunidade da Serra do Cipó, para sua efetiva participação durante todo o processo de elaboração e implantação.

*“Percebe-se que na falta de um plano-diretor de proporções mais amplas e discutido democraticamente por todos os setores interessados as iniciativas isoladas vão privatizando e elitizando o meio-ambiente, apesar de imbuídos das melhores intenções de preservação ambiental”. (MOURA, 1999)*

Conforme artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o plano diretor “deve considerar as características de cada lugar para indicar as soluções e os caminhos para resolver muitos dos problemas das áreas urbanas e rurais dos municípios”. Com base neste princípio, a Comissão criada solicitou a inclusão de um capítulo específico para o distrito Serra do Cipó na elaboração de seu Plano Diretor, o que se justifica pela urgência em garantir a preservação do patrimônio ecológico, cultural e histórico da região.

*“Novamente percebe-se a falta de um plano diretor e de leis que regulamentem o uso e a ocupação do solo, como as posturas municipais que definam os tipos de construções: porte, estilo, padrão do arruamento, etc”. (MOURA, 1999)*

A Comissão solicitou junto ao prefeito e ao Núcleo Gestor que seus representantes pudessem, sistematicamente, participar das reuniões. Pretendia como forma de colaboração, após os trabalhos, encaminhar ao Núcleo Gestor um documento com as diretrizes definidas pela comunidade, o que certamente contribuiria para a construção participativa de um ambiente melhor e mais saudável para todos que vivem ou visitam a Serra do Cipó.

A resposta oficial à Comissão de Mobilização quanto à participação nas reuniões foi negativa, alegando que nesta fase dos trabalhos somente serão aceitas participações via representantes das entidades nomeadas pelo Decreto Municipal nº 058/06. O representante da Prefeitura Municipal e coordenador do Núcleo Gestor, Sr. José Luiz, comunicou também que estariam fazendo divulgação desta primeira fase de elaboração do Plano Diretor, através do Núcleo Gestor, e ainda estariam enviando correspondências às entidades nomeadas, sugerindo a realização de oficinas no âmbito de cada uma.

Em sua elaboração, através de reuniões quinzenais, o primeiro passo foi a definição da metodologia de trabalho a ser adotada e a concepção do Plano Diretor; concluiu-se que deve ser um documento sintético e estratégico, com definição de metas, premissas e parâmetros. Deve ser mais objetivo e genérico, com rigidez, mais que deixe espaço para o

gestor do município governar mais tarde, tomando cuidado para não colocar nada que não possa ser cumprido.

Estipularam que seriam discutidos pelo Núcleo todos os assuntos e proporiem emendas à legislação específica existente ou criariam uma nova, caso não existisse. Definiu-se ainda que seguissem como roteiro os títulos da minuta do Plano Diretor do município, elaborada com base no Plano Diretor de Conceição do Mato-Dentro (Anexo 3).

A Escola Estadual Dona Francisca Josina, através da diretora Josefina, realizou uma oficina na escola, coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Márcia Spyer, que se dispôs, juntamente com a Escola e a Comissão de Mobilização e Capacitação da Comunidade, a subsidiar o Núcleo nas seguintes ações:

1. Elaboração de uma proposta metodológica para realização das oficinas com os vários segmentos da comunidade local;
2. Elaboração de um cronograma de realização das oficinas com os vários segmentos da comunidade local;
3. Elaboração do documento final, sintetizando as contribuições das oficinas (montagem e tabulação dos dados) e realizando o diálogo com os técnicos do Núcleo Gestor e assessores.

Foi entregue ao Núcleo Gestor, pela Sra. Josefina (diretora da escola), o documento com o resultado da 1ª Oficina realizada na Escola Estadual Dona Francisca Josina. A Sra. Jacqueline Baruqui (presidente da Associação Comercial) comunicou também a realização da 1ª Oficina da Associação Comercial da Serra do Cipó. Ficou de entregar o documento ao Núcleo posteriormente, já que serão realizadas outras oficinas.

Na tentativa de maior propagação das informações recorrentes ao Plano Diretor, e para haver um efetivo acompanhamento, por parte da comunidade, do que estava sendo discutido pelo Núcleo Gestor; a Comissão de Mobilização veio requerer abertura do processo, através dos meios de comunicação pertinentes. A partir daí, a elaboração do Plano Diretor passou a ser divulgada no site do Circuito Serra do Cipó e no blog dos “Amigos da Serra”.

Desde a criação da Comissão de Mobilização por um Plano Diretor Participativo para a Serra do Cipó foram realizadas 21 oficinas para leitura comunitária do Distrito: sua

história, seu povoamento, seu desenvolvimento econômico, os problemas ambientais e as possíveis soluções a serem buscadas.

Destas oficinas participaram diretamente 539 pessoas, sendo 436 alunos, 80 pais, 11 professores e 12 comerciantes. Foram produzidos mapas que representam momentos do desenvolvimento local. Além das oficinas realizadas na Escola Estadual D. Francisca Josina, o Plano Diretor foi trabalhado de forma interdisciplinar e em atividades extra-classe, envolvendo as famílias dos alunos.

A Escola representa hoje, o maior vetor de mobilização do distrito; o resultado desse trabalho, que inclui também cerca de 50 maquetes, representando o lugar ideal de moradia de cada família, foi exposto na festa *Família e escola: juntos construindo um lugar melhor para se viver*. A festa, realizada em 21 de abril de 2007, contou com a presença maciça dos moradores da Serra do Cipó e o apoio dos deputados José Fernando de Oliveira e Wander Borges, além do ilustre Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, que se associou à Comissão, através de carta aos moradores e amigos da Serra. Nesta festa aconteceu também o lançamento da Campanha “*A Serra é de todos, vamos cuidar dela*”.

Com o material produzido, podemos concluir que a população da Serra do Cipó anseia por um Plano Diretor, realmente participativo, que tenha como princípio fundamental a preservação das belezas naturais, da identidade cultural e do bem estar da comunidade local. [...] “o ponto chave de renovação da governança local é a decisão conjunta, participativa, de atores que até então agiam isoladamente”. (DOWBOR, 2000, p.18)

Entre as prioridades apontadas como resultados das oficinas estão: criação de áreas de lazer, preservação da natureza, controle da violência, posto de saúde equipado, ambulância equipada e médicos, controle do turismo, manutenção de funcionários para limpeza dos pontos turísticos limpos, estruturação adequada da Serra do Cipó para o turismo, saneamento básico, centro esportivo, mais critério ao construir, placas indicativas e educativas, atendimento médico inclusive nos fins de semana, mais controle nas excursões de ônibus, melhoramento da telefonia pública, posto de gasolina, agência bancária, legalização e urbanização de loteamentos e definição das áreas comerciais, residenciais e industriais.

Na resolução nº. 25 do Conselho das Cidades e no art. 52, incisos VI e VII do Estatuto das Cidades, é exigência que, além das associações representativas, a prática da gestão democrática aconteça por meio da participação popular na formulação, execução e acompanhamento dos planos diretores.

Após o fechamento das atividades do Núcleo Gestor, foram realizadas reuniões com o Prefeito do município de Santana do Riacho, Sr. Agnaldo José da Silva e secretários municipais, e posteriormente com os vereadores. Apesar da sugestão do Núcleo Gestor de que fossem realizados fóruns de debate para esclarecimento à comunidade, com relação aos assuntos pertinentes ao Plano Diretor, os mesmos não aconteceram. Nota-se, mais uma vez, que a comunidade local ficou à margem de todo o processo.

Quanto às Audiências Públicas, foram realizadas em todos os povoados do município: Varginha, Mangabeiras, Vau da Lagoa, Usina, Cana do Reino, Galho Grande, Rio de Pedras, Melo, Mato Grande, Curral Queimado, Lapinha, Distrito Serra do Cipó e Sede.

A audiência do Distrito Serra do Cipó contou com a presença de alunos da Escola Estadual D. Francisca Josina e da diretora, Sra. Josefina Freitas, que apresentou os resultados das oficinas realizadas por seus professores e alunos. Ficou acertado que membros do Núcleo Gestor apresentariam a minuta do Plano Diretor na escola, em data a ser determinada pelos representantes da mesma.

Em seguida passou-se para o trabalho com a comunidade, com a divisão dos assuntos para discussão em grupos temáticos como se segue: Tema 1: Habitação e Segurança; Tema 2: Turismo, Meio Ambiente, Agricultura, Agropecuária e Desenvolvimento Econômico; Tema 3: Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Tema 4: Saneamento Básico, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Limpeza Urbana.

Pela falta de um mapeamento detalhado do que ficou definido do Zoneamento e pela complexidade dos temas a serem discutidos, não foi possível concensar, junto à comunidade local que estava bem representada, as diretrizes elaboradas pelo Núcleo Gestor. Ficou então marcada uma nova Audiência Pública.

Em um novo encontro, que só aconteceu no Distrito, pois nos outros povoados e na Sede aconteceu uma única audiência, o coordenador do Núcleo Gestor, Sr. José Luiz deu

abertura à reunião, comentando sobre o interesse e a participação da comunidade local e apresentou aos presentes o cronograma das atividades já realizadas e a realizar no processo de elaboração do Plano Diretor do município. Em seguida, foram expostos e discutidos com os principais pontos da minuta do Plano Diretor trabalhada pelo Núcleo Gestor. Após discussão, foi feito um relatório contendo as sugestões da comunidade para cada assunto. Foram também apresentados pela Sra. Josefina os resultados das oficinas realizadas por seus professores, alunos e Comissão de Mobilização.

Ficou combinado uma apresentação da minuta do Plano Diretor na escola, porém, ela não aconteceu. A única real participação da comunidade local na construção do Plano Diretor foi através da Escola; no entanto, suas contribuições foram negligenciadas. As sugestões das oficinas que passaram por uma leitura técnica, realizada por Maria de Lujan Seabra de Carvalho Costa, não foram incluídas na versão final.

Em uma última análise, de todo o processo de elaboração do Plano Diretor percebemos um duelo entre o Núcleo Gestor e a Comissão de Mobilização. Embora a proposta teórica fosse a construção de um Plano Diretor participativo, na prática isso não ocorreu. Em vários momentos a participação de alguns segmentos foi negada e, quando aceita, como foi o caso da Escola, não foi incorporada. A dicotomia de ideais defendidos por ambos, também permeou a construção; de um lado, turismo atrelado ao desenvolvimento e vice-versa, do outro, desenvolvimento sustentável como arcabouço para um turismo de qualidade.

Resta-nos aguardar, pois, o Núcleo Gestor admitiu sua falha ao não incluir as contribuições da Escola e ficou de inserí-las na elaboração da Legislação Municipal que será realizada em 2008. Para tal, há também um Núcleo Gestor e as reuniões já começaram a acontecer. Cabe à comunidade local e entidades representativas estarem atentas para não deixarem passar, mais uma vez, a oportunidade de exercerem uma gestão democrática.

- **PLANO DE MANEJO DO PNSCI E APAMP**

A construção do Plano de Manejo do PARNA e APA é uma necessidade, há muito aguardada pelos gestores das Unidades de Conservação. Pesquisadores já apontavam, desde a década de 90, para a urgência de elaboração do mesmo.

O IBAMA alegava que a falta de recursos inviabilizava sua realização, e a proposta foi sendo adiada. Em 2007 esta realidade mudou, e a construção do Plano passou a ser a grande meta para se promover o desenvolvimento da região de forma sustentável. Em junho deste mesmo ano a equipe do IBAMA responsável pela elaboração do Plano de Manejo realizou uma Oficina de Pesquisadores de diversas áreas, com o intuito de promover um maior cruzamento de dados entre as mesmas e obter subsídios para sua implementação.

Conforme depoimento de participantes, a Oficina foi de extrema importância e possibilitou a contextualização e fundamentação pertinente das informações referentes às Unidades de Conservação.

Em novembro de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com o apoio do Projeto para Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros – PROECOS – PNUD/ BRA 00/009, promoveu uma Oficina Participativa, com segmentos organizados da sociedade e entidades representativas, para contribuir na elaboração do Plano de Manejo do PARNA e APAMP.

A equipe responsável ressaltou a importância da participação dos diversos grupos e instituições envolvidos com o Parque e a Apa, para buscar alternativas, de forma sustentável, para o desenvolvimento da região. Também foi lembrado que, através do turismo, é possível potencializar o desenvolvimento sustentável da região, enfatizando sua relevância científica e de proteção dos recursos naturais, históricos e culturais.

Em um primeiro momento foi realizada uma análise da situação atual e planejamento do Parque. Foram mapeados, pelos participantes, os aspectos considerados como fatores restritivos e impulsores e identificadas as áreas consideradas estratégias para o seu manejo. Finalmente foram elaboradas propostas de ações, delineando-se o Plano de Ação para o manejo do Parque.

Em um segundo momento foi feita a análise e planejamento da APA, mapeando também os fatores restritivos e impulsores e identificadas às áreas, consideradas estratégicas para seu manejo, algumas com influência direta no Parque. Em seguida, elaboraram o Plano de Ação para sua gestão.

O fortalecimento da economia regional e valorização da cultura local, atrelados à conservação do meio ambiente, nortearam as discussões, que tiveram como moderador Roberto M. Rezende.

Conforme relatório enviado a Brasília para aprovação, a Oficina de Planejamento objetivou promover o intercâmbio de conhecimentos entre os participantes, promover a articulação e cooperação entre os principais grupos e instituições envolvidos e subsidiar a elaboração do Plano de Manejo do Parque e Apa. Foram orientados pela seguinte concepção: *“Um espaço de trabalho dinâmico e interativo, que mobiliza o conhecimento e as experiências dos participantes para realizar o diagnóstico das unidades de conservação, concebendo uma estratégia de ação, como subsídios para o manejo”*.

Apesar das entidades estarem ali representadas, participaram pouco mais de vinte pessoas; número inexpressivo para duas Unidades de conservação de suma importância, que envolvem sete municípios. Não houve uma consulta popular mais sistematizada e a maioria da comunidade local nem teve conhecimento da ocorrência da Oficina de Planejamento Participativa. Realmente a participação, mais uma vez, ficou resumida ao mesmo grupo.

Seguindo a breve narrativa dos três dias de encontro, buscou-se também identificar propostas para a superação dos problemas e aproveitamento das oportunidades existentes. Segundo o relatório final da oficina, foram apontados os fatores restritivos e impulsores do PNSCi e APAMP (Anexo 4).

Em suma, o Planejamento nos pareceu muito bem realizado e com qualidade, porém, a comunidade teve uma participação incipiente. Na elaboração de um documento de tanta importância fazia-se necessária uma consulta popular, através de fórum ou audiência pública. No entanto esse mecanismo de participação não foi utilizado e a maioria das pessoas nem teve conhecimento da realização da oficina.

*“Os conflitos ambientais ocorrem, assim, quando há um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país: a continuidade de um tipo de ocupação do território vê-se ameaçada pela maneira como outras atividades, especialmente conexas, são desenvolvidas”. (Zhour, 2005, P.08)*

Embora a maioria das questões seja de cunho técnico, o simples mecanismo de ouvir mais a comunidade aproximam as partes envolvidas, para uma melhor gestão das UC's e contribui no processo da apropriação de seus espaços públicos. Nesta relação de mão dupla entre comunidade e unidades de conservação cada lado precisa fazer sua parte; em outras palavras, a comunidade não tem que esperar as soluções prontas e depois aplaudir ou criticar. É necessário ter interesse, dar sugestões, difundir informações, enfim, assumir seu papel.

O problema da comunicação (falta de informações) nos pareceu um agravante neste distanciamento. A comunidade permanece a margem dos processos decisórios para gestão local, porém, o fato decorre, em grande medida, pela própria inoperância dos agentes sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao longo deste estudo, procuramos tecer apontamentos do distrito Serra do Cipó, no que tange ao reordenamento espacial, desde os primórdios de sua ocupação, quando ainda era denominada Serra da Lappa, passando a Serra da Vacaria e Cardeal Mota, até os dias atuais. Neste percurso, foi palco de interesses de naturalistas, bandeirantes, tropeiros, pesquisadores, agricultores e finalmente, turistas.

Dentro da perspectiva de análise ambiental, a localidade sofreu rearranjos ao passar de condição agrária à turística, reconfigurando a ocupação de seu espaço. O marco divisor deste processo está na implantação das unidades de conservação: Parque Nacional Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira.

Do ponto de vista físico, a criação do Parque possibilitou a conservação do ecossistema e evitou que a localidade se tornasse um lugar tomado por atividade agrícola e pecuária. Outra possibilidade seria dividir as terras em condomínios de luxo, loteamentos menores, hotéis e pousadas que privatizariam seus recursos naturais. Paralelamente a esse processo de preservação de uma parte do distrito, o aumento do turismo provocou a intensificação dos seus aspectos urbanísticos, na Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira.

Em um lugar de tantas potencialidades naturais, há que se considerar os impactos gerados à comunidade local e ao ambiente como um todo. Os conflitos socioambientais decorrentes da expansão urbana, mesmo que sejam indiretos, provocam uma desestruturação no seio da comunidade, que se vê, muitas vezes, alijada do processo de gestão do lugar.

Podemos afirmar a dificuldade sentida, pela comunidade cipoense, em se adaptar a novas atividades. No caso do distrito Serra do Cipó, a demanda turística foi aumentando, novos atores foram chegando e tomando conta do lugar. Esses novos atores configuram - se nos novos moradores, semi-residentes ou moradores de fim de semana e turistas. Eles trouxeram um maior parcelamento e ocupação do espaço, abertura de meios de hospedagem, estabelecimentos comerciais e movimentação aos atrativos naturais.

Com o estabelecimento deste assédio turístico, a comunidade local sofreu adequações, em certa medida, mas, não perdeu sua essência. Em outras palavras, procurou se adaptar às mudanças impostas pela transição de atividade econômica, sem, no entanto, descaracterizar-se totalmente.

Em resposta à questão que moveu este estudo: *Até que ponto, Unidades de Conservação podem influenciar na organização socioespacial da comunidade e contribuir para a permanência ou mudança na tradição local, com a chegada de ‘novos atores’?* Chegamos às seguintes considerações, sintetizadas a seguir:

**a) a comunidade vem, aos poucos, conscientizando-se do seu papel.**

Com a transformação ocorrida no foco de exploração econômica, a comunidade manteve-se à margem das mudanças e dos meios de produção. Os ‘novos atores’ chegaram dominando os mecanismos exploratórios da indústria turística; muitos daqueles que viviam na área do Parque se retiraram da localidade, em busca de um novo meio de vida. Dirigindo-se a Belo Horizonte e região metropolitana, abandonaram sua condição agrária para estabelecer-se nos modos citatins de sobrevivência.

Aqueles que continuaram morando no distrito perceberam que precisavam se adequar às transformações ocorridas com a implantação das Unidades de Conservação e passaram a prestar serviços para a demanda com o turismo e o estabelecimento de novas residências. Esse fato, atrelado ao interesse de defender seus interesses, contribuiu para o despertar da consciência da comunidade quanto à importância de sua participação nos mecanismos decisórios de gestão local, pois a sua não inserção significaria a inexistência de condições de permanência no distrito.

**b) a implantação das Unidades de Conservação intensificou a ocupação do lugar.**

O Parque Nacional representa um grande atrativo para a localidade, uma vez que desperta o interesse a visitação dos chamados ecoturistas e atrai visitantes de todo o país em busca dos encantos da natureza. A proximidade com a capital do Estado (98 Km) e a facilidade de acesso, devido à melhoria nas rodovias, contribui, efetivamente, para o aumento de visitantes.

Em busca de tranquilidade e lazer, as pessoas procuram a Serra do Cipó como alternativa para obter qualidade de vida. Não obstante, passam a adquirir lotes e a construir residências de fim de semana, e, conseqüentemente, começam a participar do processo organizacional do lugar.

**c) o aumento da população provocou a criação de associações e entidades organizadas.**

A expansão ocupacional gerou a necessidade de se instituir meios de participação da comunidade junto aos órgãos administrativos da localidade. Para tal, foram criadas a Associação Comunitária João Nogueira Duarte, Fundação Rio Cipó, Associação Comercial da Serra do Cipó, Associação dos Condutores Ambientais da Serra do Cipó, Circuito Serra do Cipó, Liga das Mulheres e Instituto Estrada Real.

Os diferentes setores que compõem a comunidade local passam a possuir entidades representativas, embora a participação ainda seja incipiente. Este fato justifica-se pela falta de mobilização da comunidade e pelos mecanismos ineficientes de comunicação, ou seja, parcela significativa da população não toma conhecimento dos acontecimentos relevantes para a gestão local. A ausência de uma rádio ou jornal que informe a comunidade dos fatos perpetua a alienação.

**d) as influências externas ameaçam a tradição local.**

Chamamos de influências externas os hábitos, costumes e valores trazidos pelos ‘novos atores’. Como citamos anteriormente, uma parte das famílias desapropriadas de suas terras, em função da implementação do Parque Nacional, se retiraram do distrito. A parcela de idosos residentes do lugar vem diminuindo, em função do óbito. Eles, guardiões da memória e tradição local, são responsáveis pela história da localidade, conservam sua cultura e, através de suas práticas e costumes, reforçam a identidade coletiva com seus hábitos e valores.

A chegada de pessoas oriundas da metrópole, estimulando hábitos de consumo até então desconhecidos e com comportamento adverso ao deles altera suas noções de moralidade e compromete sua formação. Em uma comunidade com um grande número de jovens e crianças, as influências são mais nocivas, por serem mais receptivos a elas.

A descaracterização da cultura local, principalmente sentida nas festas populares, procissões, folclore e festas religiosas reforça esta afirmação. Por outro lado, a ameaça de extinção dos valores tradicionais da comunidade fez surgir grupos interessados em revitalizar sua cultura. Parece que começam a perceber que a “grande jóia” está nos seus próprios costumes. A valorização do patrimônio cultural representa mais um vetor dos atrativos turísticos e necessita ser salvaguardada e transmitida às novas gerações.

**e) as UC's. foram responsáveis pela aceleração da urbanização.**

A criação das unidades de conservação deu uma nova dimensão ao distrito, a partir da valorização das terras e da proximidade com a capital do Estado. Surgiram novos condomínios, loteamentos irregulares e abertura de ruas sem um devido planejamento. O que se percebe é uma ocupação desordenada que carece de diretrizes, agora propostas no Plano Diretor do município de Santana do Riacho, que integra áreas de especial interesse turístico.

A ausência de uma fiscalização efetiva nas construções contribuiu para este desordenamento. A pavimentação da rodovia MG-0101 pelo DER/MG, passando pela localidade, foi determinante para o maior adensamento ocupacional. A ausência de uma norma que determine o tamanho dos lotes provocou um retalhamento do solo, com uma grande concentração de residências em alguns pontos do distrito, em um pequeno pedaço de terra.

A própria Prefeitura (na gestão anterior), com fins eleitoreiros, doou lotes de 240 m<sup>2</sup> para a comunidade sem estabelecer critérios, sendo contemplados muitos que não necessitavam. O resultado foi a criação do bairro “Progresso” (denominação contraditória no caso) em uma área, que faz limite aos domínios do Parque Nacional e deveria ser ‘zona de amortecimento’ da U.C. e não ‘zona de adensamento’.

Os próprios empresários locais disputam as terras para implantar loteamentos, sendo a questão fundiária um sério problema recorrente, na atualidade. Os interesses imobiliários sobrepõem-se aos interesses de preservação ambiental e bem estar social.

A gestão atual das Unidades de Conservação tenta seguir a lei, ao contrário das gestões anteriores.

Sendo que aproximadamente 70% do município é território pertencente a UC's, é preciso considerar a relevância do papel dos gestores do PARNA e APA no processo de criação do Plano Diretor. Também é salutar ressaltar que a Zona de Amortecimento do Parque será a mesma área da APA, por ser tão restritiva quanto. O que nos resta saber é se as restrições serão devidamente respeitadas.

#### **f) carência de infra-estrutura exacerba os conflitos socioambientais**

Mesmo com as obras da Avenida- Parque ainda há muito por se fazer, em termos de infra-estrutura, na Serra do Cipó. Devido à grande demanda, até hoje, em feriados prolongados, costuma faltar água e luz, embora a Copasa e Cemig venham trabalhando para um melhor abastecimento e atendimento ao público.

A falta de espaços públicos, como praças e parques, que estimulam a convivência da comunidade e reforçam laços identitários apresenta-se como sinalizadora da falta de infra-estrutura adequada para atender à demanda social. Existe um projeto de criação do Parque Municipal Mata da Tapera, com área demarcada, porém ainda não saiu do papel.

O problema da segurança foi relativizado com a implantação de um Posto da Polícia Militar em 2005. No entanto, a comunidade ainda sofre com furtos nas residências, principalmente os moradores de fins de semana, que têm suas casas reviradas e, na maioria das vezes, não conseguem pegar o culpado. O trabalho da polícia restringe-se a problemas domésticos e transitar nas noites movimentadas pelo turismo. Em certa medida, proporciona proteção, mas ainda pode ampliar seu campo de atuação.

Há uma necessidade latente da criação de uma Estação de Tratamento de Esgoto- ETE, tendo em vista a fragilidade de seu ecossistema e a importância do rio Cipó para a revitalização do Rio das Velhas. Em relação às fossas negras, predominantes em 90% das residências até cinco anos atrás, a realidade mudou; atualmente, há um incentivo da prefeitura para a instalação de fossas sépticas e prevêem que em breve não haverá mais este problema.

A eminência do asfaltamento, até o município de Santana do Riacho vai causar uma reconfiguração espacial. Ainda não foi definido por onde passará a estrada, se for pelo Rótulo não irá influenciar tanto, mas se for pelo distrito uma nova expansão ocorrerá. Em

outras palavras, a participação política da comunidade local é um critério para a sustentabilidade.

#### **g) governança local reflete poder do empresariado.**

A questão da força dos empresários em seus nichos de atuação é uma constante no país e no caso do distrito Serra do Cipó não é diferente. O jogo de interesses que envolve o poder e sua forma de atuação privilegia o empresariado e mantém a comunidade local alijada do processo de gestão. Essa realidade acontece há muito na localidade e dificulta a participação comunitária nos mecanismos decisórios. Certamente este fato estimula os conflitos socioambientais.

Setores vinculados ao circuito elitista, como o Circuito Serra do Cipó, demonstram o poder dos empresários, fazendo valer seus interesses e desconsiderando os interesses coletivos. Além disso, segmentos ligados ao poder executivo local geram atritos com o gestor das unidades de conservação, com conseqüências ainda imprevisíveis.

#### **h) necessidade de fortalecimento das iniciativas de educação ambiental.**

Embora algumas iniciativas já tenham sido adotadas no distrito, como o Projeto Pepalantus e Projeto Bandeirinhas, ambos bem sucedidos, com ênfase para o Bandeirinhas, que promoveu uma mobilização da comunidade e atuou na Escola Estadual D. Francisca Josina, já comentado neste estudo, falta uma continuidade neste processo de conscientização ambiental, em um lugar no qual o meio ambiente é o maior trunfo.

O Projeto Manuelzão já esteve mais atuante na localidade, mas sua participação foi reduzida e praticamente não há mais encontros. O trabalho com a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, desenvolvido pelo projeto, promove mobilização e trabalhos de educação ambiental com a comunidade. O rio Cipó, considerado o oxigênio para o Rio das Velhas, necessita de uma atenção especial para manter sua preservação.

A criação de um Subcomitê do rio Cipó seria uma boa alternativa de se promover sensibilização, conscientização e mobilização da comunidade local, juntamente com um programa de educação ambiental que se estendesse às associações e escolas do distrito.

Em síntese, essas considerações buscaram contribuir para um maior entendimento da dinâmica interna da Serra do Cipó, assim como levantar alguns pontos de interferência e permanência da tradição local na (re) produção do lugar.

Um distrito que se encontra em processo de reconstrução social e espacial, requer envolvimento e organização da comunidade local e eficiência dos mecanismos gestores.

Esperamos estar oferecendo subsídios para outros pesquisadores, em um universo que não se encerra, devido à sua complexidade.

## Referências Bibliográficas

---

AFONSO, Leonidas Marques. **História de Jaboticatubas.** Belo Horizonte, 1957.

ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira.** Maria do Carmo de Lima Bezerra e Marlene Allan Fernandes (coordenação geral), Brasília, 2000.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XIX.** São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002. 226p. 3 ed.

BOFF, Leonardo. **Dignitas Terrae, Ecologia: grito da terra, grito dos pobres.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

BRITO, Maria Cecília Wey de, **Unidades de Conservação: intenções e resultados/** Maria Cecília Wey de Brito. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BOURDIEU, P.A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, M & AMADO, J. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998, 2ª ed.

BECKER, Howard S. Sobre Metodologia. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** Tradução Marco Estevão, Renato Aguiar. – São Paulo : Editora Hucitec, 1993.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião. **Área de proteção ambiental: Planejamento e gestão de paisagens protegidas./** Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral, Marcelo Pereira de Souza. São Carlos: RiMa, 2002. 154p.

CASTRO, Sandra Belchiolina. **Turismo e Meio Ambiente em município com Unidades de Conservação em seu território: Estudo de caso do município de Santana do Riacho/ Serra do Cipó/ Minas Gerais.** Centro Universitário UMA, 2006.

CARVALHO, Daniel de. **Estudos e Depoimentos.** Belo Horizonte: Editora José Olympio. 1983.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** 11ª ed.rev.e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e Margareth C.A. Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

COMPANS, Rose. **O Plano Diretor entre a reforma urbana e o planejamento estratégico.** Rio de Janeiro, 2003.

**Diretrizes para a Política do Programa Nacional de Ecoturismo.** 1994

DOWBOR, Ladislau. Colaboração: Martins, Lilia de. **A Comunidade Inteligente: visitando as experiências de gestão local.** São Paulo: Instituto Polis, 2000.

FARIA, Ferreira de Ivani (Coord.). **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

FERREIRA, José Carlindo. **Memórias de um Rescenseador.** Belo Horizonte: Edições Cipó Voador, 1999.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo** (p.65-81). Revista Território/ LAGET, UFRJ, - ano V, nº 9 (jul./dez.2000) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais** / José Osmar Fonteles – São Paulo: Aleph, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente/ Carlos Walter Porto Gonçalves, 12ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó: Caso Lapinha. Tese de doutorado. Universidade Federal de Brasília, 2003.

GONTIJO, Bernardo M. Serra do Cipó: portal do Espinhaço. Caderno Manuelzão, V.2, 2007.

GOULART, Eugênio Marcos Andrade. Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço/ Eugênio Marcos Andrade Goulart. Belo Horizonte: Coopmed, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. 2 ed. Niterói: EduFF; São Paulo: Contexto, 2006.186p.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista (p.67-76). Revista Território/ LAGET, UFRJ - ano IV, nº 7 (jul./ dez.1999) – Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

INSTITUTO Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Ecossistemas. Departamento de Unidades de Conservação. Divisão de Gerenciamento: Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional da Serra do Cipó. Brasília: set. 1994.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.) Interpretar o patrimônio um exercício do olhar / Construindo com a Paisagem: um projeto para a Serra do Cipó – Oliveira, Heloísa Gama de. - Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

KRENAK, Ailton. O lugar onde a terra descansa. RJ: Imprinta, 2000.

LAMOUREUX, H.et al. La pratique de l'action communautaire. Montreal : Presses de l'Université du Québec, 1996.

LANG, Alice Beatriz da S. G. Trabalhando com História Oral: Reflexões sobre procedimentos de pesquisa. Caderno Ceru – série 2, nº 11, São Paulo, 2000.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder/ Enrique Leff; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

**MANUAL de Saneamento e Proteção Ambiental para os municípios – Vol.1 – O município e o meio ambiente** – FEAM, 2004.

MORAES, Antonio Carlos **Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas.** 4ª Edição/ Antônio Carlos Robert Moraes – São Paulo: Annablume, 2005.

MORIN, Edgar. **Meus demônios: tradução de Leneide Duarte e Clarisse Meireles.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertranol Brasil, 2000. 368p.

MORIN, Edgar. **O método 4. As idéias – habitat, vida, costumes, organização.** Tradução de Jurandir Machado da Silva – Porto Alegre: Sulina, 1998.

MOURA, Antônio Márcio Ferreira de. **Serra do Cipó – MG: ecoturismo e impactos sócio-ambientais.** UFMG/IGC, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade.** Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, 2000.

OLIVEIRA, Alexandre Magno de. **A preservação ambiental e a urbanização na Serra do Cipó.** UFMG/ IGC, 2002.

OLIVEIRA, Carolina Dias. **As relações artesanais e o estímulo ao Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia – MG e outras diferentes escalas.** UFMG, 2007.

OLIVEIRA, Heloísa Gama. **O projeto de arquitetura como co-gestante do devir de um território: ocupações e transformações sócio-espaciais na Serra do Cipó.** Tese de doutorado. São Paulo: FAU/USP, 2002.

PENA, Alfredo, ALMEIDA, Veja e Elimar Pinheiro de (Orgs.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade** – Rio de Janeiro: garamond, 1999.

PEREIRA, Doralice Barros. **La participation publique dans lês unités de Cosernvaion, région de la Serra do Cipó au Minas Gerasi, Brésil.** Montreal : Faculté dès Arts et dès Sciences, Département de Géographie, Université de Montreal. 2002. 206p. (Tese, Ph.D em Geografia)

REVISTA MEGADIVERSIDADE: **Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil.** Rio de Janeiro : Conservação Internacional, v.01, n. 1, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento Transdisciplinar** / Adyr Balastreri Rodrigues. – 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** – 14ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Maria Stela Ferreira dos. **Implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó: Mitos e Realidade.** UEMG/ FAE, 1998.

SATO, Michele. **Sistema de redes na educação ambiental.** REBEA, 2001. TORRES, Haroldo, COSTA, Heloísa (org.). **População e meio ambiente : debates e desafios.** – 2ª edição – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

ZHOURI, Andréa. **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos sócioambientais** / organizado por Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.